

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO -
UENF**

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS (PNAEST) NA UENF: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

CAROLINA FRANÇA PESSANHA

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA, POLÍTICA E CIDADANIA

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

ABRIL DE 2020

**O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS (PNAEST) NA UENF: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

CAROLINA FRANÇA PESSANHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em políticas sociais. Área de Concentração: Educação, Cultura, Política e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Maldonado da Silva.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

ABRIL DE 2020


**O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS (PNAEST) NA UENF: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

CAROLINA FRANÇA PESSANHA

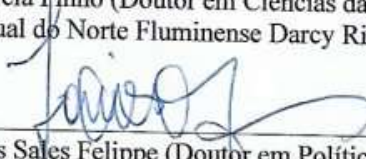
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em políticas sociais. Área de Concentração: Educação, Cultura, Política e Cidadania.

Aprovada em: 07/04/20

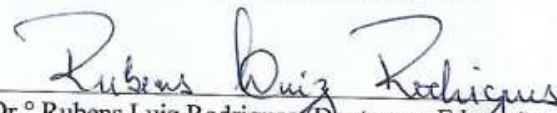
BANCA EXAMINADORA:



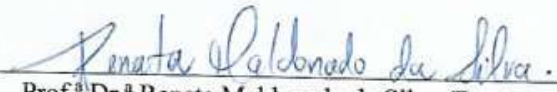
Prof.º Dr.º Leandro Garcia Pinho (Doutor em Ciências da Religião – UFJF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Prof.º Dr.º Jonis Manhães Sales Felipe (Doutor em Políticas Sociais – UENF)
Instituto Federal Fluminense - IFF



Prof.º Dr.º Rubens Luiz Rodrigues (Doutor em Educação – PUC/RJ)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Renata Maldonado da Silva (Doutora em Educação – UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientadora)

Dedico este trabalho a todos os jovens que sonham ter acesso, condições de permanência e sucesso na conclusão de um ensino superior público e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido força, saúde e sabedoria para chegar até aqui.

Aos meus pais Ubiraci e Elania e irmãos Vinicius e Mateus, por serem a minha base, as pessoas que suportaram com paciência e amor todos os meus momentos de ausência e stress, e que me incentivam a lutar pelos meus sonhos.

Agradeço também as minhas grandes amigas Gisele Caetano, Débora Borges e eterna Eri Lidiane Alves (*In Memoriam*) por todo incentivo e apoio dado no momento de preparo para o processo seletivo e após minha aprovação nele.

As minhas companheiras de UENF, Francine Machado, Renata Melo, Juliana Brandão e Lara Pereira, por terem sido meu ponto de equilíbrio nos momentos difíceis e por afastarem de mim a solidão que muitas vezes aflige um pós-graduando.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais pela formação que me foi proporcionada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela subvenção deste trabalho, que permitiu que eu me mantivesse e concluísse meus estudos.

Aos professores Leandro Garcia, Jonis Manhães e Rubens Rodrigues por terem aceitado participar da minha banca.

Finalmente, agradeço a minha querida orientadora Renata Maldonado da Silva pela dedicação, paciência, parceria e excelente orientação.

“Acredito nos jovens à procura de caminhos novos, abrindo espaços largos na vida [...]”
(Cora Coralina).

RESUMO

O presente estudo foi realizado com o objetivo de analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PNAEST, lançado pelo Governo Federal em 2010, e sua implementação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Primeiramente, a proposta de assistência estudantil elaborada durante o contexto denominado 'neodesenvolvimentista' (2003-2016) foi investigada. Secundariamente, as ações de assistência estudantil presentes na UENF foram pesquisadas antes e depois da adesão ao PNAEST. A partir disso, analisou-se o processo de execução do PNAEST na UENF e quais ações no campo da assistência estudantil surgiram nesse contexto. Assim, a fim de alcançar os objetivos propostos foi desenvolvido um estudo de cunho quanti-qualitativo, no qual foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevistas, análise documental e levantamento de informações em sites da rede mundial de computadores. Por meio do estudo foi possível verificar que, apesar de o PNAEST ter sido instaurado com o objetivo de ampliar ações de assistência estudantil nas instituições de ensino superior públicas estaduais; o programa contribuiu, timidamente, para a consolidação de uma política federal de assistência estudantil voltada para as IES públicas estaduais, em função da descontinuidade e da inexistência de recursos financeiros próprios, além das limitações impostas às instituições executoras devido ao seu formato.

Palavras-chave: Ensino superior. Assistência Estudantil. PNAEST.

ABSTRACT

The present study was carried out to analyze the execution of the National Student Assistance Program for State Public Higher Education Institutions - PNAEST, launched by the Brazilian Federal Government in 2010, and its implementation at the North Fluminense State University of Darcy Ribeiro - UENF. Firstly, the student assistance proposal developed during the so-called 'neodevelopmentist' (2003-2016) context was investigated. Secondly, the student assistance actions present at UENF were investigated before and after the adherence to PNAEST. From this, the process of implementation of PNAEST at UENF was analyzed and which actions in the field of student assistance arose in this context. Furthermore, in order to achieve the proposed objectives, a qualitative and quantitative study was developed, in which the following data collection tools were used: interviews, documentary analysis and information collection on sites on the world computer network. Through the study it was verified that, despite the PNAEST having been introduced with the aim of extending student assistance actions in state public higher education institutions, the program has, timidly, contributed to the consolidation of a federal student assistance policy at state public higher education institutions. The main obstacles for a better execution of PNAEST were the program own discontinuity and lack of proper financial resources, in addition to the limitations imposed on executing institutions by its format.

Keywords: Higher education. Student Assistance. PNAEST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Seleção dos entrevistados, de acordo com o método bola de neve.....	85
Figura 2 - Desembolso praticado com a primeira verba no PNAEST.....	100
Figura 3 - Construção do restaurante universitário da UENF.....	106
Figura 4 - Desembolso praticado com a segunda verba do PNAEST.....	107
Figura 5 - Desembolso praticado com a terceira verba do PNAEST.....	109
Figura 6 – Ocupação da reitoria da UENF, realizada pelos estudantes da instituição em 2016 reivindicando a implementação do auxílio moradia.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior públicas e privadas no contexto do Governo FHC (1995-2002)	32
Tabela 2 - Matrículas nas IES públicas e privadas no contexto do Governo FHC (1995-2002)	33
Tabela 3 - Número de instituições de educação superior públicas e privadas no contexto do Governo Lula (2003-2010)	39
Tabela 4 - Matrículas nas IES públicas e privadas no contexto do Governo Lula (2003-2010)	40
Tabela 5 - Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo FHC (1995-2002)	48
Tabela 6 - Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo Lula (2003-2010)	49
Tabela 7 - Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo Dilma (2011-2015)	50
Tabela 8 - Evolução do número de IES estaduais por regiões do país, no período do Governo Lula (2003-2010)	51
Tabela 9 - Evolução do número de IES estaduais por regiões do país, no período do Governo Dilma (2011-2015)	51
Tabela 10 - Bens e serviços adquiridos com a primeira verba do PNAEST.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de universidades estaduais por região do país.....	53
Quadro 2 - Relação dos participantes e datas de entrevistas.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

AE - Assistência estudantil

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

BM - Banco Mundial

CI - Comunicação interna

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONED - Congresso Nacional de Educação

COLAC - Colegiado Acadêmico

CONSUNI - Conselho Universitário

DAE - Departamento de Assistência Estudantil

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DOU - Diário Oficial da União

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FENORTE - Fundação Estadual do Norte Fluminense

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFF - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

NGP - Nova gestão pública

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs - Organizações não-governamentais

OSC - Organizações da sociedade civil

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto de lei

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais

PNE - Plano Nacional de Educação

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU - Restaurante universitário

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UCAM - Universidade Cândido Mendes

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UEZO - Centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESA - Universidade Estácio de Sá

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

USP - Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – Transformações no ensino superior a partir da década de 1990	20
1.1 – O contexto precursor e motivador da expansão da educação superior brasileira	20
1.2 – A implantação da reforma do ensino superior brasileiro e sua expansão a partir da década de 1990	27
1.3 – A expansão da educação superior no âmbito das IES públicas estaduais	46
CAPÍTULO 2 – As políticas de assistência estudantil no cenário educacional brasileiro	55
2.1 – O governo do Partido dos Trabalhadores e a política econômica neodesenvolvimentista	56
2.2 – O processo de construção da assistência estudantil no Brasil	64
2.3 – A assistência estudantil no governo neodesenvolvimentista: a implementação do PNAES e do PNAEST	68
2.4 – A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	79
CAPÍTULO 3 – A implementação do PNAEST na UENF	82
3.1 – Referencial teórico-metodológico	82
3.2 – As ações de assistência estudantil vigentes na UENF anteriormente à adesão do PNAEST	88
3.3 – Implementação e execução do PNAEST na UENF	93
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	129
Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido	130
Apêndice B – Carta Interna solicitada para consentimento de informações	132
Apêndice C – Roteiro aplicado ao participante 1 – Antiga pró-reitora de graduação da UENF	133

Apêndice D – Roteiro aplicado aos participantes 2 e 3 – Ex integrantes do movimento estudantil da UENF.....	134
Apêndice E – Roteiro aplicado ao participante 4 – Antiga pró-reitora de graduação da UENF.....	135
Apêndice F – Roteiro aplicado ao participante 5 – Antigo pró-reitor de graduação.....	136
Apêndice G – Roteiro aplicado ao participante 6 – Antigo assessor da Pró-Reitoria de Graduação.....	137
Apêndice H – Roteiro aplicado ao participante 7 – Antigo assessor da Pró-Reitoria de Graduação.....	138
Apêndice I – Roteiro aplicado ao participante 8 – Assistente Social da UENF.....	139
ANEXOS	140
Anexo A - Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010.....	141
Anexo B - Projeto de adesão do PNAEST pela UENF, ano de 2011.....	144
Anexo C - Termo de Convênio UENF 25/2011 – 756242.....	150
Anexo D - Termo de Convênio UENF 35/2012 – 774981.....	154
Anexo E - Termo de Convênio UENF 36/2013 – 791874.....	159

INTRODUÇÃO

A autora do presente trabalho, enquanto aluna de graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, instituição pública de ensino superior localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, foi atendida por ações de assistência estudantil relacionadas à alimentação durante o período de vigência do seu curso. Por isso, sempre reconheceu a importância que essas medidas têm para os estudantes universitários, especialmente, para os alunos das classes subalternas. Em função disso, ao fim da graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia na mesma instituição, a autora desenvolveu uma pesquisa sobre os pré-vestibulares sociais no município de Campos dos Goytacazes, entendidos aqui como iniciativas que contribuem para o acesso ao ensino superior. Este trabalho motivou o ingresso da mesma no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - PPGPS, que, em função da articulação com a proposta do Programa, buscou investigar as medidas voltadas para a ampliação das possibilidades de permanência dos estudantes das instituições públicas, sobretudo, os socioeconomicamente pauperizados, nessa modalidade de ensino. Assim sendo, optou-se por analisar o *Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais* – PNAEST, por se tratar de uma política direcionada às instituições públicas estaduais, entendidas como importantes impulsionadoras da expansão do acesso à educação de nível superior em regiões localizadas no interior do país.

Desse modo, verificou-se que, a partir da década de 1990, o ensino superior brasileiro passou por um processo de transformação que acarretou na sua gradativa expansão. Isso ocorreu no contexto de instauração do ideário neoliberal, que surgiu no cenário mundial buscando reverter a crise do capitalismo iniciada a partir de 1970 e que propôs, como solução, mudanças no mundo nas relações de trabalho e na atuação do Estado. Assim, devido às mudanças ocorridas no processo produtivo, exigiu-se novos perfis de trabalhadores, com maiores níveis de escolaridade, o que seria conquistado por meio do acesso ao ensino de nível superior. No Brasil, o neoliberalismo vigorou com maior intensidade a partir de 1995, com o processo de Reforma do Estado Brasileiro realizado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, o ensino superior brasileiro que, historicamente, foi construído com o objetivo de formar as elites intelectuais do país, passou a ampliar seu acesso às classes que, anteriormente, vinham sendo excluídas desse espaço. Assim sendo, concluímos que a

expansão iniciada a partir de 1990 ganhou maior projeção nos anos 2000 durante a gestão do Partido dos Trabalhadores – PT, que executou o projeto político-econômico denominado de ‘neodesenvolvimentista’ que, segundo teóricos do partido como Marcio Pochmann, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo, promoveu melhorias nas áreas econômica e social por meio do desenvolvimento de políticas sociais mais abrangentes, sobretudo, de caráter assistencial e redistributivo.

Durante a sua gestão (2003-2016), o Partido dos Trabalhadores promoveu uma série de reformas visando à ampliação e à ‘democratização’ do ensino superior brasileiro público e privado, por meio de programas, tais como: *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* – REUNI, *Programa Universidade para Todos* – PROUNI e o *Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior* - FIES. Nesse contexto, foram criados também o *Plano Nacional de Assistência Estudantil* - PNAES e o *Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais* – PNAEST, com o objetivo de auxiliar no processo expansionista realizado a partir dos programas anteriormente citados. De acordo com o Decreto 7.234/2010 que instituiu o PNAES e a Portaria Normativa nº 25 de 2010 que criou o PNAEST, as políticas foram instauradas visando oferecer condições de permanência para os estudantes socioeconomicamente pauperizados dos sistemas de ensino superior públicos federais e estaduais.

A partir disso, a presente pesquisa foi realizada com o propósito de analisar a política de assistência estudantil elaborada para as instituições de ensino superior públicas estaduais, o PNAEST, a partir da implementação deste na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Este programa foi criado no ano de 2010, dois anos após a implementação do PNAES, que era voltado exclusivamente para as instituições públicas federais, sob o discurso da tentativa de ampliação da política de assistência estudantil para as instituições de ensino superior públicas estaduais.

O PNAEST foi instituído com o objetivo de expandir as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual (BRASIL, 2010). As áreas de assistência estudantil a serem atendidas pelo programa foram: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010). O programa estabeleceu como público alvo os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Portanto, o Programa pode ser considerado como a primeira iniciativa

do Estado brasileiro em implementar ações em nível nacional no campo da assistência estudantil para as instituições de ensino superior públicas estaduais.

Verificamos que, apesar das políticas do PNAES e do PNAEST terem sido lançadas em um período curto de diferença (2 anos), a partir de pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes, realizada no dia 13 de março de 2020, utilizando os filtros mestrado (dissertações) e doutorado (teses), entre os anos de 2010 a 2019, não foi encontrada nenhuma produção acadêmica sobre o PNAEST. Isto difere consideravelmente do que ocorreu com o PNAES, que totalizou 17 trabalhos realizados. Diante disso, justificamos a realização do presente estudo, que foi elaborado visando contribuir com a produção acadêmica sobre o PNAEST.

Assim sendo, a presente pesquisa teve como objetivo principal:

- Analisar as concepções propostas de políticas de assistência estudantil instituídas no contexto do chamado ‘neodesenvolvimentismo’, sobretudo a partir de 2010, por meio da implementação do PNAEST na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF;

Secundariamente, os objetivos específicos foram:

- Investigar o processo de implementação do PNAEST na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF no período de 2011 a 2018, durante a vigência do Programa na instituição;
- Identificar quais medidas de assistência estudantil eram ofertadas pela UENF antes da adesão do programa e de que modo o PNAEST contribuiu na ampliação das ações de assistência estudantil na instituição.

A escolha da UENF como lócus da pesquisa ocorreu em função desta ter sido a única instituição universitária estadual pública no Rio de Janeiro a implementar o PNAEST. O centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro - UEZO aderiu ao Programa, embora não seja uma instituição universitária. No caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, a instituição não instituiu o Programa em função de não utilizar o *Sistema de Seleção Unificada - SISU* e o *Exame nacional do Ensino Médio – ENEM* como métodos de acesso aos seus cursos de graduação.

Os pressupostos metodológicos que nortearam a pesquisa foram quanti-qualitativos, também denominado de abordagem mista. Desse modo, foram realizadas oito entrevistas qualitativas, semi-estruturadas, com três antigos pró-reitores de graduação, dois ex assessores

da Pró-Reitoria de Graduação, dois integrantes do movimento estudantil da UENF e uma assistente social. Ainda foram feitas análises de documentos como a Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010, os termos de convênio referentes à adesão do PNAEST pela UENF nos anos de 2011, 2012 e 2013, assim como os planos de trabalho que a UENF submeteu com o objetivo de garantir o direito de adesão ao Programa. Ainda coletamos dados no *Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil* sobre os valores captados e disponibilizados para a UENF, assim como foram coletadas informações no site da UENF a respeito das ações de assistência estudantil ofertadas pela instituição, anteriores à adesão do programa. Os dados quantitativos foram organizados e analisados por meio de gráficos.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos, essa dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada uma discussão acerca do processo de expansão e de tentativa de ‘democratização’ do ensino de nível superior brasileiro, iniciado na década de 1990, no contexto de ascensão da ideologia neoliberal no país e sua tentativa de reconstrução do sistema capitalista mundial a partir do processo de reestruturação produtiva (HARVEY, 2001) e da redução do papel do Estado, sobretudo, na área social. Pesquisou-se, ainda, o processo de expansão das instituições de ensino superior públicas estaduais no país durante a vigência da gestão PT, que é pouco abordado na literatura acadêmica sobre o tema.

No segundo capítulo, foram discutidas as concepções norteadoras do projeto político-econômico denominado ‘neodesenvolvimentista’, executado pela gestão do Partido dos Trabalhadores entre os anos 2003 e 2016. Além disso, buscou-se investigar o processo histórico de construção das primeiras ações direcionadas à assistência estudantil promovidas pelo Estado brasileiro, assim como a elaboração das políticas do PNAES e do PNAEST instauradas neste mesmo contexto.

No terceiro e último capítulo, foram discutidos os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa. Foram resgatadas as primeiras ações da UENF no campo da assistência estudantil e o processo de adesão da UENF ao PNAEST, examinando os limites e possibilidades institucionais. A partir disso, foi elaborada a análise dos resultados obtidos a partir dos dados coletados.

CAPÍTULO 1 – Transformações no ensino superior a partir da década de 1990

O objetivo desse capítulo foi o de discutir o processo de expansão e de tentativa de ‘democratização’ do ensino de nível superior brasileiro, iniciado a partir da década de 1990. Para isso, foi necessário compreender, primeiramente, as razões que precederam e motivaram tal expansão. Assim, no contexto de tentativa de reconstrução do capitalismo mundial e a partir da reestruturação do processo produtivo, são encontradas algumas possíveis respostas que explicam a razão pela qual o ensino superior brasileiro passou a sofrer um processo de reformulação, voltado para sua ampliação.

A educação superior brasileira, historicamente, desde as suas primeiras iniciativas em 1808, foi construída com o objetivo de formar as elites intelectuais do país. Desde então, vem sendo um nível de ensino “marcado pelo elitismo e seletividade” (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016, p. 763). Entretanto, observamos que, a partir da década de 1990, iniciou-se um processo de expansão desse nível de ensino. Essa expansão foi acentuada nos anos 2000, quando se buscou o desenvolvimento desse setor educacional por meio dos sistemas público e privado de ensino. É importante salientar que, no que diz respeito, especificamente, aos investimentos na educação pública superior, ao se expandir as vagas nesse sistema de ensino, gerou-se também pressões sobre o campo da assistência estudantil, sobretudo, no que se referia a permanência dos estudantes.

A partir disso, podemos verificar que, a partir da década de 1990 surgiram tentativas de ampliação e ‘democratização’ da educação superior brasileira (DOURADO, CATANI e OLIVEIRA, 2003). A expansão desse nível de ensino no Brasil, no contexto citado, ocorreu devido à necessidade do país em se adequar à “globalização da economia e à sociedade da informação, isto é, à nova ordem mundial globalizada, oriunda da atual configuração do capitalismo” (LIMA, 2007, p. 21). Essa nova ordem mundial foi instituída com o objetivo de responder à crise do capitalismo mundial iniciada na década de 1970, que culminou na ascensão da ideologia neoliberal.

1.1 – O contexto precursor e motivador da expansão da educação superior brasileira

De acordo com Lima, “a crise estrutural do capitalismo [...], impulsionou a burguesia internacional à elaboração de estratégias de enfrentamento a essa crise [...]” (LIMA, 2007, p.

21). Desse modo, foi no contexto de retração do sistema capitalista e, em consequência à queda da hegemonia instaurada durante o Estado de Bem-Estar Social, que a ideologia neoliberal surgiu buscando ‘reverter’ a crise econômica instaurada. O Estado de Bem-Estar Social foi um sistema instituído no período do pós-guerra de 1945, que teve como principal objetivo o “comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 92), e buscou atenuar os conflitos e contradições oriundos da relação capital X trabalho. De acordo com Behring e Boschetti, os princípios que caracterizaram esse modelo foram:

1) reponsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego, prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação, e em conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalização dos serviços sociais; 3) implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 94).

Contudo, de acordo com Harvey (2001), a partir do final da década de 1960, já havia sinais de mais uma grande crise de acumulação do capitalismo, que colocou em xeque as bases do Estado do Bem-Estar Social. A partir disso, diante da impossibilidade dos governos de esquerda em conseguir frear as consequências desse processo por meio dos pressupostos socialdemocratas, o discurso neoliberal se impôs como a única alternativa possível para ‘solucionar’ os efeitos das contradições do sistema capitalista. Buscando atingir esse objetivo, o neoliberalismo propôs a não interferência do Estado no mercado e na economia, além da defesa da contenção de gastos sociais (NAVARO, 1998 e ANDERSON, 1995 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2009). Desse modo, uma das ações tomadas pelo sistema neoliberal para a reversão da crise capitalista, em curso na época, seriam mudanças no mundo produtivo.

Essas modificações no mundo produtivo e nas relações trabalhistas foram frutos das transformações sofridas pelo capitalismo nas últimas décadas, denominada por Harvey (2001) de “acumulação flexível”. Conforme afirmou o autor, o período de expansão do pós-guerra, que perdurou de 1945 a 1973, marcado pelo modelo fordista-keynesiano, entrou em declínio a partir de 1973, com a chamada crise do petróleo, provocando o surgimento de um novo regime capitalista marcado pela flexibilidade (HARVEY, 2001). A acumulação flexível, segundo Harvey, seria definida como:

Marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2001, p. 140).

Dessa forma, a partir do estabelecimento desse novo regime de acumulação, ocorreram mudanças no mercado de trabalho, surgindo o processo denominado por Harvey (2001) de ‘reestruturação produtiva’, que instaurou novas relações e modalidades de trabalho. Segundo Neves e Fernandes (2002), “a reestruturação produtiva é caracterizada pelo emprego de formas mais racionalizadas de organização do trabalho e da produção” (p. 21). Ainda de acordo com os autores, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho promoveram modificações também na formação da força de trabalho (NEVES e FERNANDES, 2002). Lima (2007), seguindo as mesmas ideias, ressaltou que, após a crise do capital de 1970, “o capitalismo passou a atuar a partir de novos padrões de produção caracterizados pela flexibilização das relações, dos processos e do mercado de trabalho [...], gerando modificações nesse mercado e alterando o perfil da classe trabalhadora” (LIMA, 2007, p. 28).

Portanto, a partir desse novo contexto no mundo do trabalho, o que se observou foi o surgimento da exigência de se gerar novos perfis de trabalhadores, com maiores níveis de escolaridade e melhores formações para atuarem nesse novo contexto. Assim, de acordo com o discurso oficial, este novo profissional deveria ter o conhecimento como sua principal ferramenta de trabalho. Assim conforme Lima (2007) ressaltou, o trabalho, antes alienado, passou a ser executado por meio do conhecimento do trabalhador, isto é, a máquina que antes comandava o trabalho do trabalhador, agora precisa do conhecimento deste para entrar em funcionamento. O conceito de trabalho alienado é aqui utilizado na perspectiva de Marx, no qual se trata de:

um trabalho que impede que o homem possa desenvolver as suas potencialidades, bem como que ele possa desenvolver a sua humanidade. Ele transforma-se, pura e simplesmente, numa atividade vital, onde o trabalho representa somente, uma possibilidade de subsistência. Na sua condição de trabalhador, equipara-se a uma máquina, que deve integrar-se perfeitamente no processo produtivo, e que pode ser descartada tão logo não atenda as exigências desse processo (LUZ e BAVARESCO, 2010, p. 146).

Dessa forma, quando analisamos o conceito de trabalho alienado defendido pelos autores Luz e Bavaresco, notamos que, apesar de agora, o trabalhador deter o conhecimento necessário para a execução de sua atividade, este ainda continua exercendo um trabalho alienado, pois este continua representando sua única possibilidade de subsistência, além de o

trabalhador continuar convivendo constantemente com o provável descarte (desemprego) a partir do momento em que passar a não se enquadrar mais no processo produtivo (LUZ e BAVARESCO, 2010).

Em relação à questão da mudança do perfil do trabalhador, no que tange aos países de capitalismo periférico, dependente e subordinado, como o Brasil, “o nível de racionalização do trabalho começou a ser difundido [...], mais intensamente, nos anos 1990, e passou a demandar do trabalhador brasileiro o aumento do patamar mínimo de escolarização [...]” (NEVES e FERNANDES, 2002, p. 22). Assim sendo, o Brasil aderiu na década de 1990 ao processo de mundialização do capital, que, juntamente com a instauração de padrões mais flexíveis de acumulação, provocaram profundas transformações nas relações de trabalho e, conseqüentemente, novas exigências para a classe trabalhadora.

Desse modo, passou-se impor aos países de capitalismo periférico, como o Brasil, a realização de “alterações substantivas na formação para o trabalho complexo” (NEVES e PRONKO, 2008, p. 52). O conceito de trabalho complexo aqui utilizado se refere a um tipo de trabalho que “requer maior tempo de formação, isto é, um trabalho cujo caráter está voltado para uma natureza mais especializada” (LIMA, NEVES E PRONKO, 2009, p. 1). Dessa forma, o trabalho complexo, que no Brasil, tinha como “patamar mínimo, o nível médio para o ramo tecnológico e a graduação para o ramo científico, alterou-se paulatinamente para o nível superior de ensino em ambos os ramos”, o que implicou na necessidade de expansão desse sistema de ensino (NEVES e FERNANDES, 2002, p. 23).

Além das novas demandas do processo produtivo e da adequação à nova ordem global, é importante chamar atenção para o papel que as organizações multilaterais de financiamento passaram a exercer no processo de reformulação do ensino superior dos países periféricos, como é o caso do Brasil. A partir, sobretudo da década de 1990, instituições como o Banco Mundial - BM, o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Organização Mundial do Comércio – OMC e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, passaram a interferir consideravelmente nas políticas educacionais implementadas pelo Estado Brasileiro, em todas as modalidades de ensino (LIMA, 2007). De acordo com Lima (2007), estas organizações já vinham defendendo há algumas décadas transformações no âmbito da educação superior dos países periféricos. Segundo a mesma autora, a ideologia neoliberal passou a “instaurar novas formas de organização do capital, do trabalho” e da educação, sobretudo a superior, em todos os países de capitalismo periférico, como o caso do Brasil – grifo nosso (LIMA, 2007, p. 53).

Sendo assim, os organismos internacionais, por meio de documentos, fóruns e conferências internacionais passaram a sugerir e direcionar reformas que deveriam ocorrer no sistema superior de ensino brasileiro. Estas teriam, primordialmente, o objetivo de expandir o número de vagas nesse nível de ensino e assim, ofertar a um maior número de pessoas o acesso à formação exigida pelo novo mercado de trabalho (LIMA, 2007).

Ainda segundo Lima (2007), os principais temas abordados pelos organismos internacionais, no que tange ao campo educacional dos países de capitalismo periféricos, diziam respeito ao tratamento de questões relacionadas à pobreza, à segurança, à democratização do acesso à educação e à capacidade da educação em assegurar um lugar no mercado de trabalho. Assim, o que ocorreu foi a imposição das exigências do processo produtivo na educação, isto é, “a educação submetida às exigências da lucratividade do capitalismo internacional” (LIMA, 2007, p. 52).

Portanto, é possível observar que as reformas instituídas na educação superior brasileira a partir da década de 1990, que possibilitaram a expansão desse nível de ensino, surgiram sob um discurso de necessidade de ‘democratização’ desse sistema, que historicamente foi marcado, prioritariamente, pelo elitismo. Contudo, diante do contexto instaurado a partir da Reforma do Estado Brasileiro, ocorrida a partir de 1995, que implementou modificações substantivas no que tange à educação superior, é importante relativizar o discurso de ‘democratização’ nesse âmbito.

Como foi mencionado acima, o Estado brasileiro, a partir de 1995, sofreu profundas transformações por meio do projeto de reforma do Estado. Este foi baseado nos preceitos do neoliberalismo e da socialdemocracia, que defendia “a liberdade individual [...], a concepção de mercado como um complexo sistema de realizações individuais, como instância de ordenação da vida social e a crítica à intervenção do Estado nas atividades econômicas” (LIMA, 2007, p. 54).

O surgimento da necessidade de reformulação do modelo estatal brasileiro se articula à crise instaurada no modo de produção capitalista, a partir de meados da década de 1970, como já foi mencionado anteriormente. No que se refere ao Brasil, a partir da década de 1980, o país estava passando pelo processo de transição política. Neste momento, após os 21 anos da ditadura civil-militar, se iniciou o chamado processo de ‘redemocratização’, com a ampliação da atuação dos movimentos sociais e o retorno das discussões de várias pautas com o Estado.

Assim, no Brasil, nesse período histórico, ocorreu a junção desses dois processos: a chegada dos efeitos da crise do capitalismo mundial e a transição democrática (PERONI, 2003).

De acordo com Peroni (2003), o quadro de crise no Brasil se intensificou com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello, que afirmou que “para ser conduzido às primeiras fileiras do Primeiro Mundo, o país deveria adequar-se às exigências do receituário neoliberal” (p. 46). Diante disso, conforme a mesma autora, o que se observou foi a “crise da dívida externa e o aprofundamento da crise fiscal no Estado brasileiro nesse período de transição” (PERONI, 2003, p. 46). Portanto, o Brasil inicia a década de 1990 com o problema do aumento da dívida externa, a baixa arrecadação em setores como a indústria nacional e a agricultura, que contribuíram para o agravamento da crise fiscal (PERONI, 2003).

Desse modo, com a instauração do neoliberalismo a partir da década de 1990, legitimou-se o discurso da crise da dívida externa e do problema fiscal da década de 1980, propondo a Reforma do Estado como resposta ao problema. Assim, diante desse contexto de ‘crise econômica e fiscal’, foi proposta a reforma do aparelho estatal brasileiro, que ocorreu a partir de 1995, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC. Esta foi realizada com a justificativa da necessidade de se desburocratizar o Estado brasileiro, flexibilizando sua administração, de forma a reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços ofertados. Conforme Peroni (2003) ressaltou:

O objetivo da reforma do Estado [...], era reforçar a capacidade de governabilidade do Estado através da transição programada de um tipo de administração pública, burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento da cidadania (BRASIL, 1995, p. 12 apud PERONI, 2003, p. 59).

Portanto, a Reforma do Estado teve como foco a redefinição do papel do Estado brasileiro buscando o desenvolvimento econômico e social do país, segundo o discurso governamental na época. Esta teve por base a tríade: privatização, terceirização e publicização (SILVA, 2001, p. 5). A privatização refere-se à transferência para empresas privadas, mediante a venda de empresas nacionais, de serviços que o Estado deveria fornecer a população [...] ficando apenas com a função de regular estes serviços. Em relação à terceirização, esta se refere à prática do Estado em transferir para o setor privado, mediante contratos, serviços auxiliares ou de apoio, como limpeza, o processamento de dados e o transporte (SILVA, 2001). No que tange à publicização, esta consiste na “transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal” (BRESSER PEREIRA, 1997 apud SILVA, 2001, p. 5). A partir disso, criou-se o controverso

conceito de terceiro setor, que compõe uma gama de instituições diversificadas, tais como organizações não-governamentais - ONGs, fundações, entidades filantrópicas, organizações da sociedade civil - OSC e até mesmo associação de moradores. Assim, “essas organizações sociais são financiadas pelo Estado, mas administrada por grupos privados sem fins lucrativos” (SILVA, 2001, p. 5).

Nesse sentido, observamos que a partir da Reforma do Estado Brasileiro, este “deixou de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalece-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12). A partir disso, o Estado brasileiro passou a descentralizar suas funções de execução de serviços, transferindo isso para as esferas municipais e estaduais, ou para setores privados e para organizações da sociedade civil (PERONI, 2003).

O direito à educação, que foi historicamente negligenciado pelo Estado brasileiro, sobretudo para as classes subalternas¹, e foi incorporado a partir das reivindicações dos movimentos sociais na Constituição Federal de 1988 adquiriu novos contornos. No que tange, especificamente, à educação de nível superior, esta passou, a partir da Reforma do Estado, a se configurar como uma atividade não exclusiva do Estado brasileiro. Desse modo, “o Estado passou a adotar estratégias de privatização desse nível de ensino: transformando a educação pública em educação pública não-estatal e estimulando o ‘empresariamento’ desse sistema de ensino” (NEVES e FERNANDES, 2002, p. 29). O termo ‘empresariamento’, diz respeito ao conjunto de empresas que passam a oferecer a educação de nível superior como um serviço (NEVES e FERNANDES, 2002).

Portanto, as reformas desenvolvidas no ensino superior brasileiro a partir da década de 1990, tiveram como base, em essência, os princípios da privatização e da mercantilização do ensino superior (NEVES e FERNANDES, 2002). O conceito de privatização aqui utilizado incide no incentivo à iniciativa privada e ao financiamento público no sistema de ensino superior privado com ou sem fins lucrativos, assim como no processo de transformação das instituições públicas em instituições privadas ou não-estatais. A mercantilização é aqui entendida como a transformação do processo educacional em uma mercadoria, isto é, como um serviço a ser comercializado. Desse modo, conforme foi salientado por Mancedo, Vale e Martins:

¹ Trata-se de um conceito gramsciano, aplicado às classes exploradas economicamente e também submetidas à exploração nos âmbitos social, econômico e político (YAZBEK, 2015).

Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015, p. 33).

Assim, as reformas do ensino superior, baseadas no modelo privatista e desenvolvidas para a expansão dessa modalidade de educação, se iniciaram no governo de FHC (1995-1998 e 1999-2002), e tiveram continuidade, com algumas reformulações, nos governos seguintes de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015 – 08/2016) (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016).

1.2 – A implantação da reforma do ensino superior brasileiro e sua expansão a partir da década de 1990

Conforme Paula (2017) afirmou, a reforma do ensino superior brasileiro consistiu em “um intenso processo de reordenamento da política de educação superior do Brasil decorrente de um agrupamento de leis, decretos presidenciais e medidas provisórias” (PAULA, 2017, p. 48). Em função disso, as leis, planos e decretos educacionais foram instituídos a partir dos governos anteriormente citados e revelam como foram ocorrendo o incentivo e a tentativa de expansão desse sistema de ensino.

Um dos primeiros aparatos legais nessa direção foi a promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB. Esta esteve em tramitação, por um período de oito anos, havendo, nesse contexto, “dois projetos de sociedade e de educação, no sentido público *versus* privado” (BRZEZINSKI, 2010, p. 190). Assim, durante a tramitação da LDB, que culminou na sua promulgação em 1996, houve o acirramento das disputas entre, de um lado, os setores que defendiam a escola para toda a população, isto é, pública, laica, gratuita e de qualidade e, de outro, os que, representados pelos empresários da educação, queriam transformar a educação em uma mercadoria (BRZEZINSKI, 2010). Conforme a autora supracitada:

Esse cenário foi marcado no Congresso Nacional por uma disputa na arena de poder na qual se aglutinaram forças de alguns parlamentares [...] em torno das reivindicações do mundo vivido dos educadores, representado pelo Fórum, bem como de outros parlamentares que atendiam interesses dos empresários e lobistas do ensino privado (BRZEZINSKI, 2010, p. 191).

Ainda de acordo com Brzezinski (2010), o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública na LDB, representante da sociedade civil e defensor da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, interferiu no anteprojeto de LDB que estava sendo proposto no Congresso Nacional. Isto ocorreu por meio de debates e embates, alcançando no final da escrita do anteprojeto, sucesso com a inserção de algumas pautas apresentadas e defendidas por eles (BRZEZINSKI, 2010). Desse modo:

Atento às negociações que se faziam nos bastidores do Congresso entre os parlamentares, o Fórum, estrategicamente, conquistava espaço para apresentar as suas propostas aos legisladores simpatizantes com a causa da educação pública e fazia valer seus interesses em defesa desta educação, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada para todos os brasileiros, em todos os níveis e modalidades de formação (BRZEZINSKI, 2010, p. 187).

Dessa forma, após um amplo processo de discussões e negociações, “o anteprojeto de lei n.º 1.258-C3, foi aprovado pelo plenário dos deputados federais, em 13/05/1993” (BRZEZINSKI, 2010, p. 191). O presente anteprojeto, embora não respondesse a todas as demandas previstas pelos setores favoráveis à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, representou uma vitória em função das conquistas que os representantes da educação privada vinham pleiteando desde o início no processo de discussão da lei. No entanto, essa vitória dos setores mais progressistas foi logo derrubada pela entrada em jogo de um novo anteprojeto de lei, n.º 67/1992 desenvolvido pelo então Senador Darcy Ribeiro (BRZEZINSKI, 2010). Portanto:

O anteprojeto de LDB da Câmara dos Deputados recebeu o número PLC n.º 101/1993 no Senado e seu relator na Comissão de Educação foi Cid Sabóia, porém, por imposição regimental, o anteprojeto de lei de Darcy Ribeiro transformou-se em referência para o relator elaborar seu substitutivo e não o anteprojeto (Substitutivo Ângela Amin) encaminhado pela Câmara (BRZEZINSKI, 2010, p. 192).

Apesar do anteprojeto que tinha por relator Cid Sabóia ter sido transformado no projeto de lei – PL n.º 250, recebendo aprovação e sendo enviado ao plenário em 1994, este foi arquivado. Isto ocorreu em função da nova configuração política que se instaurou a partir das eleições do ano de 1994. Nesse contexto, o então Senador Darcy Ribeiro, autor do anteprojeto de LDB em disputa com o anteprojeto que tramitava na Câmara, foi instituído como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A partir disso, este rejeitou, com base no princípio da inconstitucionalidade, os anteprojeto que anteriormente estavam em tramitação e instaurou um substituto amplamente favorável ao empresariado da educação. Este substitutivo, majoritariamente, esteve presente no texto final da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRZEZINSKI, 2010).

Portanto, a LDB 9.394/96 foi promulgada, após oito anos de tramitação, no primeiro mandato do governo do Presidente FHC. No que se refere ao ensino superior, a LDB possibilitou um novo ordenamento jurídico para a educação superior e introduziu inúmeras modificações neste nível de ensino (FERREIRA, 2012, p. 459). Um dos eixos da nova lei foi o estímulo à diversificação desse sistema de ensino, tais como:

A existência de instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (art. 45 da LDB); [...] e a diversificação das IES, ao mudar sua organização acadêmica para universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (art. 4º do Decreto nº 2.306/1997) (FERREIRA, 2012, p. 459).

Portanto, a tentativa de expansão do acesso ao ensino superior ocorreu por meio da legitimação da oferta dessa modalidade de educação por instituições públicas e, sobretudo, privadas e também, pela diversificação das instituições superiores de ensino no que se refere à sua organização acadêmica. No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que essa diversificação acadêmica comprometeu a formação e fragilizou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão presentes no modelo universitário. Neves e Pronko afirmam que, a diversificação de IES abriu espaço para “a divisão entre instituições de ensino e instituições de pesquisa e o ‘empresariamento’ da educação superior” (2008, p. 62). Além disso, esta diversificação dividiu o sistema de ensino superior entre “instituições produtoras de conhecimento e instituições formadoras para o mercado de trabalho” (NEVES E PRONKO, 2008, p. 63).

Ainda no contexto do Governo FHC, é possível observar a implementação de outros programas e medidas que visavam promover a ampliação da educação superior. Dentre as ações implementadas cabe destacar, a instituição do *Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior*² de 1997, que visava a reestruturação dos espaços físicos de instituições de ensino superior públicas e privadas; e o lançamento da medida provisória nº 1.827/99 que instituiu o *Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior - FIES* (LIMA, 2007).

A partir do anteriormente exposto, conclui-se que havia incentivos ao processo de privatização do nível de ensino em questão. Portanto, no que se refere ao *Programa de*

² De acordo com Lima (2007, p. 142), “o programa objetivava a recuperação das IES públicas e seus hospitais universitários e as IES privadas, tratadas em um mesmo nível. Por meio deste programa, o governo financia a recuperação e ampliação da infraestrutura física das instituições privadas, por intermédio do BNDES”.

Modernização e Qualificação do Ensino Superior e o FIES de 1999, ambos se enquadram no contexto de eliminação de barreiras entre financiamentos públicos x privados (LIMA, 2007).

Entretanto, pode-se afirmar que essas medidas foram tomadas com o objetivo de expandir a oferta da educação de nível superior e atender aos objetivos do sistema em sua nova fase. Desse modo, como se analisará mais adiante, houve uma significativa evolução do número de instituições de educação superior instituídas a partir do ano de 1995, assim como, a ampliação do número de matrículas nesse nível de ensino.

Ainda no âmbito da reformulação do ensino superior, no ano de 2001, foi instituído o *Plano Nacional de Educação – PNE*, no final do segundo mandato do governo FHC. Assim como ocorreu com a LDB, houve também no âmbito da elaboração do PNE, uma disputa entre dois grupos: o primeiro, representado pelo governo e, o segundo, pelos setores mais progressistas da chamada sociedade civil. Ambos os grupos apresentavam propostas diferenciadas para a sociedade e educação (NEVES, 2008).

De acordo com Neves (2008), a proposta de dois projetos de PNE se articulava à promulgação da LDB 9.394 em 1996, que representou a vitória do grupo representando pelo governo instituído. Portanto, houve um esvaziamento da participação da sociedade civil na elaboração do projeto aprovado. Desse modo, Neves afirmou que:

A nova LDB [...] elimina o Fórum Nacional de Educação, mesmo como órgão de consulta e de articulação com a sociedade na definição da política educacional e credita a elaboração do PNE exclusivamente ao Ministério da Educação, em sintonia com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, cabendo ao Congresso Nacional a sua aprovação (NEVES, 2008, p. 161).

Portanto, insatisfeitos com os rumos que a política educacional assumiu durante a gestão FHC, que foi fortemente influenciada pelo ideário neoliberal, as entidades ligadas à questão educacional, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, se organizaram ainda no ano de 1996, antes da promulgação da nova LDB, e realizaram o I Congresso Nacional de Educação – CONED. Assim, nesse contexto de insatisfação, o CONED elaborou uma proposta de PNE que, segundo eles, representaria uma proposta advinda da sociedade civil (NEVES, 2008). No entanto, o “Ministério da Educação - MEC, procurando cumprir o disposto na nova LDB, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, iniciou o processo de elaboração da proposta do Executivo de um Plano Nacional de Educação” (NEVES, 2008, p. 162). Desse modo, ainda segundo Neves:

Inicia-se um novo confronto no Congresso Nacional. Entretanto, a hegemonia da proposta neoliberal na sociedade leva-nos a admitir [...] que dificilmente se efetivará esse novo enfrentamento. Em parte, porque o PNE do governo traduz uma prática formal, já que as políticas públicas de educação, de fato, são definidas pelo Executivo Central em consonância com os objetivos estratégicos dos organismos internacionais para o campo educacional. Em parte, devido a composição minoritária das forças representativas da proposta societal democrática de massas no Congresso Nacional (NEVES, 2008, p. 169-170).

Como já anteriormente citado, no final do segundo mandato do presidente FHC, foi aprovado o PNE, por meio da Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. O PNE que teve seu processo de discussão iniciado após a promulgação da Constituinte de 1988, no período de redemocratização da sociedade brasileira e de efervescência da sociedade civil na luta por garantias de direitos sociais, como no caso da educação, é aprovado após doze anos de discussões e embates. Isto ocorreu em um contexto que “absorve algumas das posições de outros atores (presentes do governo FHC), especialmente no que tange ao diagnóstico, diretrizes e metas para a educação nacional em um período de dez anos” (CATANI e OLIVEIRA, 2003, p. 144).

Porém, o Plano foi aprovado com “nove vetos presidenciais que anulavam os subitens do plano que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que cinco deles se referiam diretamente a educação superior” (CATANI e OLIVEIRA, 2003, p. 144). Em relação ao diagnóstico e diretrizes para a educação de nível superior, o PNE 2001 assegurou que, “apenas em 1998, o número de matriculados da educação superior saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões e 125 mil em 1998, ocorrendo um crescimento de 9%” (BRASIL, 2001, p. 29). No entanto, apesar do crescimento citado acima, o documento identificava que um dos “problemas da educação superior [...] dizia respeito ao baixo percentual de atendimento, pois apenas 12% da população de 18 a 24 anos cursa esse nível de ensino” (CATANI e OLIVEIRA, 2003, p. 144-145).

Conforme foi ressaltado por Catani e Oliveira (2003), “o PNE apresentava 35 objetivos e metas para a educação superior” (p. 146). Dentre os objetivos e metas estavam o da elevação, até o final da década de 2000, da oferta da educação superior para, pelo menos 30% da população da faixa etária de 18 a 24 anos e a necessidade de ampliação da oferta no ensino superior público para 40% do total das vagas ofertadas (BRASIL, 2001). No entanto, segundo Catani e Oliveira:

Em linhas gerais, identifica-se no PNE [...] no item “educação superior” [...] a busca por uma expansão acelerada por intermédio da diversificação da oferta, do crescimento das matrículas no setor privado e da racionalização dos recursos nas IFES, que permita ampliação de vagas a custo zero, sobretudo nas universidades federais. Objetiva-se, também, maior articulação dos currículos de formação com as demandas do mercado e maior controle da educação superior, por meio de amplo e diversificado sistema de avaliação, que ordene as tomadas de decisão em termos de gestão e do estabelecimento de políticas governamentais (CATANI e OLIVEIRA, 2003, p. 147).

Portanto, o que podemos inferir do exposto acima, é que a elevação da oferta da educação superior objetivada pelo PNE continuaria ocorrendo por meio das instituições de âmbito privado. Quando ofertadas pelas instituições públicas, como no caso da meta da ampliação da oferta nas IES públicas para 40%, esta seria realizada sem o devido aumento de recursos para o atendimento dessa nova demanda.

A partir da análise do *Censo da Educação Superior do ano de 2002*, podemos verificar que as medidas postas em ação, a partir da década de 1990, iniciaram o processo de ampliação do número de instituições de ensino superior – IES, sobretudo, privadas.

Tabela 1: Número de instituições públicas e privadas de educação superior no contexto do Governo FHC (1995-2002):

ANO	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
1995	210	684	894
1996	211	711	922
1997	211	689	900
1998	209	764	973
1999	192	905	1.097
2000	176	1.004	1.080
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637

Fonte: Inep/Censo da Educação Superior/Resumo Técnico 2002, acesso em 21/06/2019.

Ao analisarmos a tabela acima, concluímos que as IES públicas, que agrupam as instituições pertencentes às esferas federais, estaduais e municipais, sofreram um ínfimo aumento, que seria o equivalente a apenas uma instituição, do ano de 1995 para 1996. No ano seguinte, o mesmo número de instituições permaneceu. Entretanto, o que se constatou a partir do ano de 1998, é uma situação ainda mais desafiadora, pois o número de IES públicas tendeu a diminuir a partir de então, só voltando a crescer nos dois últimos anos. Contudo, não

alcançou o número de instituições existentes no período inicial. Desse modo, o que fica expresso é a queda na quantidade de IES públicas existentes no governo FHC.

Diferentemente do observado em relação as IES públicas, as IES privadas já iniciaram o ano em ascensão, quando comparado às IES públicas. A quantidade de instituições privadas sofreu um pequeno descenso do ano de 1996 para 1997, se recuperando dessa baixa no ano de 1998. Deste ano, até o ano de 2002, ocorreu um processo contínuo de expansão. Portanto, podemos concluir que, no governo FHC, a estratégia para a expansão da educação superior foi a do estímulo ao setor privado. Esta questão fica mais evidente se analisarmos as medidas tomadas por esse governo no que se refere à “tentativa da caracterização da educação superior como um serviço público não-estatal e da diminuição significativa do financiamento estatal na manutenção das universidades federais” (FERREIRA, 2012, p. 460). As ações citadas reforçaram o processo de expansão do ensino superior, tendo sido criadas um quantitativo expressivo de matrículas, como se verá na tabela a seguir.

Tabela 2: Matrículas nas IES públicas e privadas no contexto do Governo FHC (1995-2002):

ANO	IES PÚBLICAS	IES PRIVADAS	TOTAL
1995	700.540	1.059.163	1.759.703
1996	735.427	1.133.102	1.868.529
1997	759.182	1.186.433	1.945.615
1998	804.729	1.321.229	2.125.958
1999	832.022	1.537.923	2.369.945
2000	887.026	1.807.219	2.694.245
2001	939.225	2.091.529	3.030.754
2002	1.051.655	2.428.258	3.479.913

Fonte: Inep/Censo da Educação Superior/Resumo Técnico 2002, acesso em 21/06/2019.

No que se refere ao número de matrículas, podemos verificar que, apesar da diferença entre o número de matrículas das IES públicas para as privadas, ambas as esferas administrativas sofreram um aumento contínuo no número destas, entre os anos de 1995 e 2002. Ao compararmos os dados referentes às IES públicas da atual tabela com os dados da tabela 1, uma questão nos chama atenção. Esta consiste no fato de que, apesar da queda em relação à quantidade de instituições públicas, continuou ocorrendo o crescimento do número de matrículas nessas IES.

Com o objetivo também de expandir a oferta de vagas no ensino superior, no ano de 2007, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi lançado o *Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*. Este consistiu em um plano de metas que teve o objetivo de melhorar a qualidade da educação brasileira em todos seus níveis e modalidades (SAVIANI, 2009). O PDE “agregou 30 ações do MEC [...], parecendo um grande guarda-chuva que abrigou praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”, para os diferentes níveis e modalidades de ensino (SAVIANI, 2007, p. 1233).

É importante chamar atenção para o fato de que o PDE foi lançado no período em que ainda estava em vigência o PNE 2001. Entretanto, conforme Saviani (2007) apontou, ao se comparar o PDE com o PNE, podemos observar que: o primeiro não se constitui em um plano, mas sim em um conjunto de medidas e serem colocadas em ação de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos previstos no PNE 2001. No entanto, o autor explicita ainda, que esta relação entre as ações do PDE como estratégias para o alcance das metas do PNE só pode ser analisada teoricamente, pois “o PDE não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE. Ele não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas compõe de ações que não se articulam [...] com este” (SAVIANI, 2007, p. 1239).

A partir disso, o mesmo autor acima citado conclui que “o PDE foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. Como adotou o nome de plano, projetou a percepção de que se tratava de um novo Plano Nacional de Educação que estaria sendo colocado no lugar do PNE 2001” (SAVIANI, 2007, p. 1241). Corroborando com essa análise de Saviani, Ferreira (2012) salienta que, “o PDE [...] surgiu à margem e independente do PNE 2001” (FERREIRA, 2012, p. 463).

Dessa forma, o que podemos apreender dessa questão é que o PDE, apesar de ter recebido o nome de plano, se revelou como um “programa de ação” (SAVIANI, 2007, p. 1242), criado com o objetivo de desenvolver melhorias na qualidade da educação nos diferentes níveis e modalidades (SAVIANI, 2007). Contudo, não definiu as formas de financiamento para que os programas propostos, o que os condicionou à disponibilidade de recursos do Governo Federal, o que, em muitos casos, impossibilitou a continuidade dessas políticas educacionais.

Assim, no que se refere a educação superior, o PDE instituiu cinco metas a serem atingidas, tais como “expansão da oferta de vagas; garantia da qualidade; promoção da

inclusão social pela educação; tornar o ensino acessível inclusive nas regiões mais distantes e possibilitar a formação de recursos humanos qualificados” (SAVIANI, 2009, p. 18).

Dentre as principais medidas instituídas pelo PDE, voltadas para a expansão da educação de nível superior, é importante destacar a instituição do *Programa Universidade Para Todos* – PROUNI. Este, apesar de ter sido criado por meio da Lei nº 11.096 no ano de 2005, foi incorporado ao novo “Plano”. Além disso, o PDE promoveu a ampliação do *Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior* - FIES, com critérios que visavam a ampliação do crédito aos estudantes desse nível de ensino. Outro elemento estratégico do PDE foi a criação do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* – REUNI, instituído por meio do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

No que tange ao PROUNI, este dizia respeito à ampliação do ensino superior via concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em IES privadas, com ou sem fins lucrativos. Segundo a Lei nº 11.096, a bolsa integral seria concedida aos estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. A bolsa parcial, no percentual de 50% ou 25%, seria concedida aos estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos. Outro critério para a concessão das bolsas seria a realização do ensino médio em escola pública ou, na área privada, mediante a concessão de bolsas. Além dos estudantes da rede pública ou dos bolsistas da rede privada, o PROUNI também tinha como público alvo os professores da rede pública de ensino fundamental sem formação, em nível de licenciatura. É importante salientar, que como contrapartida à concessão das bolsas, as instituições que aderissem ao PROUNI passariam a ficar isentas de alguns impostos e contribuições (BRASIL, 2005). Conforme Ferreira afirmou:

O PROUNI representou uma tentativa diferenciada do governo Lula em relação ao governo FHC de tratar a expansão do ensino superior ao associar o financiamento estatal das instituições privadas com e sem fins lucrativos, por meio da isenção fiscal, à incorporação de parcela da população estudantil historicamente sub-representada no sistema da educação superior (GOMES, 2008, p. 30 apud FERREIRA, 2012, p. 461).

No entanto, de acordo com Saviani, “a criação do PROUNI, embora tenha se constituído numa inovação, não só não se opõe à orientação do Governo FHC, como a reforça, pois, esse governo se empenhava em ampliar a participação das instituições privadas na oferta do ensino superior” (SAVIANI, 2018, p. 299). Portanto, podemos observar que o PROUNI contribuiu no processo de expansão da educação superior brasileira por meio do

incentivo à iniciativa privada, a partir do financiamento público nesse sistema de ensino. Isto ocorreu, prioritariamente, por meio da concessão de isenções fiscais a essas instituições, em troca do oferecimento de bolsas parciais ou integrais aos alunos provenientes das classes socioeconômicas historicamente excluídas do sistema superior de ensino. Segundo Trópia (2009):

O PROUNI, defendido por seus propositores como a mais democrática das ações do governo Lula, cumpre duas funções ideológicas fundamentais: aludir à democratização do ensino superior e ocultar que os maiores interessados e beneficiados são as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) que a ele aderirem, na medida em que elas ficam isentas dos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social (TRÓPIA, 2009, p. 3).

O segundo programa citado, o FIES, foi criado em 1999 ainda no governo FHC, por meio da medida provisória nº 1.827. Esta foi transformada na Lei nº 10.260 em 7 de dezembro de 2001, “possibilitando, indiretamente, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas, com avaliação considerada positiva, assegurando o preenchimento de parte das vagas do setor privado” (FERREIRA, 2012, p. 459).

Assim, o FIES, já existente no contexto das políticas educacionais voltadas para a expansão do ensino superior, foi integrado ao PDE e reformulado. Esta reformulação, segundo o PDE, incidiu na ampliação do prazo de amortização do financiamento, no aumento do percentual da anuidade que poderia ser financiado (até 100%), na redução dos juros, na consignação em folha de pagamento e na instituição do fiador solidário (BRASIL, 2007). Nas palavras de Saviani (2007), “o FIES [...], pretendia facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento” (SAVIANI, 2007, p. 1236). Assim, a reformulação do FIES deixou em evidência a continuidade do incentivo à iniciativa privada nas políticas voltadas para o ensino superior nesse contexto.

No que tange ao REUNI este, diferentemente do PROUNI e do FIES, foi desenvolvido com o objetivo de expandir o ensino superior por meio da ampliação de matrículas no sistema público federal de ensino. O REUNI foi instituído em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6.096. O programa foi criado com a proposta de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, por meio do aumento de vagas e do número de cursos nas universidades federais, aproveitando as estruturas físicas e os profissionais já existentes. Teve também como meta a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para

90% e o aumento da relação de alunos por professor, com uma média de dezoito alunos por professor em sala de aula (BRASIL, 2007).

Para aderir ao REUNI, as universidades federais deveriam elaborar e apresentar ao MEC seus planos de reestruturação. A partir da aprovação do plano, a instituição passaria a receber recursos financeiros adicionais do MEC, que deveriam ser encaminhados para o cumprimento das metas de reestruturação e expansão expostas no plano (BRASIL, 2007).

Embora tenha possibilitado uma significativa ampliação da educação superior de âmbito público federal, o REUNI também foi responsável pelo acentuamento no processo de precarização nas universidades federais que o aderiram. Mancebo e Léda em análise crítica realizada sobre o REUNI, já assinalavam no ano de 2009, dois anos após a instauração do programa que, tal “proposta governamental [...] poderia aprofundar o quadro de precariedade em que se encontravam muitas instituições federais de educação superior - IFES, comprometer a qualidade do ensino ministrado e intensificar a exploração do trabalho docente” (MANCEBO e LÉDA, 2009, p. 53). As autoras baseiam essa informação, especialmente, pelo fato de o valor investido pelo governo não ser suficiente para realizar todas as mudanças propostas. Sendo assim, declararam que:

Na XXX Reunião Anual da ANPEd, ocorrida entre 7 e 10 de outubro de 2007, em Caxambu/MG, não foram poucos os pesquisadores que, através de complexos cálculos, impossíveis de se reproduzir neste texto, afirmaram que a expansão da educação superior, nos moldes colocados, não terá uma contrapartida orçamentária correspondente, para a implementação de um ensino de qualidade, em especial, se considerarmos a já precária situação física e de pessoal da maioria das universidades federais (MANCEDO e LÉDA, 2009, p.55).

Desse modo, são apontados pelas mesmas autoras acima citadas, alguns aspectos negativos do REUNI nas universidades federais que o aderiram. O primeiro deles refere-se ao esvaziamento da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Conforme Borowsky (2018) apontou, com a implementação do REUNI, a prioridade nas instituições passou a ser relacionada às funções de ensino, comprometendo assim, as atividades de pesquisa e extensão e, fragilizando o tripé universitário, representado pela indissociabilidade entre esses três eixos. Assim, de acordo com Mancebo e Léda, podemos observar que “o processo de reforma em curso para as IFES implica na regressão ou, no mínimo, congelamento, do nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a, no geral” (MANCEBO e LÉDA, 2009, p. 56).

O segundo ponto negativo mencionado pelas autoras Mancebo e Léda relaciona-se à precarização da profissão docente. Assim, na medida em que os docentes ampliassem as

atividades de ensino para um maior número de alunos em sala de aula, ocorreria o aprofundamento da “precarização das condições de ensino” (MANCEBO e LÉDA, 2009, p. 58). Verifica-se que o aumento do número de estudantes por professores causa, “o sobretabalho do docente [...] bem como o desgaste deste em um cotidiano sem sentido, marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal” (MENCEBO e LÉDA, 2009, p.59).

Dessa forma, o que podemos analisar em relação a instauração do REUNI, é que o discurso governamental sobre o programa ressaltou a expansão das vagas públicas na educação superior e a abertura desse espaço para as pessoas oriundas de classes sociais que, historicamente, foram excluídas desse nível de ensino. Portanto, como pudemos observar a partir das informações tratadas acima, o programa foi exitoso no que se refere à ampliação do número de instituições federais e ao número de vagas ofertadas por estas. Todavia, devido, sobretudo, à contenção dos recursos públicos, o REUNI teve, predominantemente, consequências negativas em diferentes aspectos no ambiente de algumas IES públicas federais que o aderiram. A partir disso, as autoras Mancebo e Léda concluíram que:

O debate sobre a igualdade de acesso à educação superior, em especial quando está em causa a formação da população mais pobre, não se deve pautar pela edição de medidas legais baseadas num imediatismo pragmático, meramente quantitativo e vinculado à relação custo-benefício, em ondas de expansão feitas às pressas e sem garantias para a qualidade do ensino. O que infelizmente, ocorre com a Reforma da Educação Superior em curso no Brasil, onde se pode incluir o Reuni (MANCEBO e LÉDA, 2009, p. 61).

A partir das ações desenvolvidas pelo Governo Lula da Silva em prol da expansão do ensino superior brasileiro, se faz necessário analisar, por meio, do *Censo da Educação Superior de 2010*, ano referente ao último período do governo supracitado, como ficaram os números relacionados a quantidade de IES e matrículas oferecidas por estas.

Tabela 3: Número de instituições de educação superior públicas e privadas no contexto do Governo Lula (2003-2010):

ANO	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
2003	207	1.652	1.859
2004	224	1.789	2.013
2005	231	1.934	2.165
2006	248	2.022	2.270
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252
2009	245	2.069	2.314
2010	278	2.100	2.378

Fonte: Inep/Censo da educação superior/Resumo Técnico 2010, acesso em 21/06/2019.

Observando a tabela acima, notamos que o número de IES públicas, a partir do ano de 2003, sofreu um processo de ampliação, pois, no ano anterior, haviam no total 195 instituições. Essa expansão continuou ocorrendo até o ano de 2007. Entretanto, entre 2007 e 2008 houve uma ruptura na expansão iniciada, com a relativa diminuição do número de instituições. No ano seguinte, a situação foi revertida e a quantidade de IES públicas voltou a crescer, fechando o ano de 2010 com um total de 71 instituições criadas no período analisado.

É importante ressaltar que, o aumento no número de instituições públicas pode estar relacionado à instauração do REUNI e à promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. No que tange à criação dos institutos federais, segundo Mancebo e Júnior (2015), esta “foi a responsável pela Reforma da Educação Profissional, na educação superior. Ela redesenhou a rede federal de educação profissional e tecnológica então existente no Brasil” (p. 85). Apesar de desde o “ano de 2004 todos os Cefets já terem se convertido em instituições de educação superior, e, por meio do Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, terem autonomia equivalente à das universidades” (MANCEBO e JÚNIOR, 2015, p. 84), foi a partir da promulgação da Lei nº 11.892 que houve a expansão significativa dessa rede de ensino, por meio da transformação dos antigos Cefets em IFs e criação de novos IFs por todo país. Contudo, é importante ressaltarmos que, em algumas regiões como Rio de Janeiro e Bahia não ocorreu a conversão dos CEFETs em IFs.

No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que, apesar de terem se reorganizado em instituições de ensino superior e de passarem a ter responsabilidades similares às das universidades, podendo ofertar de cursos de graduação, pós-graduação e desenvolver pesquisa e extensão, os IFs não dispõem da mesma configuração que as universidades e são responsáveis também pela oferta do ensino médio na mesma instituição. Assim, a criação dos IFs contribuiu para que o ensino superior brasileiro passasse a ter um caráter ainda mais diversificado, em relação ao ensino superior público federal, agora dividido entre as universidades e os institutos profissionais de tecnologia (MANCEBO e JÚNIOR, 2015).

Em relação às IES privadas, observamos o mesmo movimento ocorrido nas IES públicas. O número de instituições sofreu um processo contínuo de ampliação, tendo sido registrada uma queda do ano de 2007 para o de 2008 e, no ano seguinte, houve uma recuperação, dando continuidade à expansão iniciada em 2003. Assim como no Governo FHC, durante a gestão Lula, o número de instituições privadas prevaleceu de forma acentuada sobre as instituições da rede pública de ensino.

Tabela 4: Matrículas nas IES públicas e privadas no contexto do Governo Lula (2003-2010):

ANO	IES PÚBLICAS	IES PRIVADAS	TOTAL
2003	1.176.174	2.760.759	3.936.933
2004	1.214.317	3.009.027	4.223.344
2005	1.246.704	3.321.094	4.567.798
2006	1.251.365	3.632.487	4.883.852
2007	1.335.177	3.914.970	5.250.147
2008	1.552.953	4.255.064	5.808.017
2009	1.523.864	4.430.157	5.954.021
2010	1.643.298	4.736.001	6.379.299

Fonte: Inep/Censo da educação superior/resumo técnico 2010, acesso em 21/06/2010.

A tabela acima mostrou como o número de matrículas na educação superior brasileira sofreu considerável expansão durante o Governo Lula. Assim como no governo anterior, a discrepância entre os números referentes às matrículas da educação pública e privada ficou evidente. Em relação às da rede pública, observamos que a ampliação destas foi ocorrendo de forma contínua até o ano de 2009, quando ocorreu uma queda comparada aos anos anteriores. Diferentemente da rede pública, as IES privadas sofreram elevação constante do número de matrículas, o que comprova o estímulo ao ‘empresariamento’ do ensino.

Ao final do segundo mandato do Presidente Lula, no ano de 2011, foi eleita Dilma Rousseff, que havia sido sua ministra da Casa Civil. No que diz respeito ao novo governo, este buscou promover uma relativa continuidade do governo anterior. Contudo, sua gestão sofreu os efeitos da crise internacional, e, juntamente com o acentuamento da precarização no mercado de trabalho, que já estava em curso, a partir de 2013, instaurou-se uma grave crise social no país. Esta foi marcada por intensas mobilizações de rua, assim como o reflorescimento do “movimento grevista expresso em formas diferenciadas” (ANTUNES, 2018, p. 286). De acordo com Antunes, uma das mais emblemáticas foi a greve dos garis no Rio de Janeiro, no início de 2014, que gerou uma grande repercussão e adesão social:

Ao contrário de uma pretensa inação da classe trabalhadora, evidencia-se que, especialmente entre 2012 e 2013, as greves se somaram ao descontentamento social e político associado ao governo Dilma. O projeto lulista, em curso havia uma década, começava a entrar em colapso. De professores públicos a garis, de bancários a metalúrgicos, de trabalhadores da saúde e dos transportes aos terceirizados, enfim, uma miríade de categorias assalariadas irrompeu nesse novo ciclo grevista que, de algum modo, expressou descontentamento em relação às condições de trabalho e ao salário, luta por ampliação de conquistas já asseguradas ou, ainda, solidariedade a outras categorias, somando-se aos protestos mais abrangentes que estavam na cena social e política do país (ANTUNES, 2018, p. 286).

Em relação à questão educacional, de acordo com Saviani (2018), o governo Dilma enfatizou as políticas educacionais voltadas para a formação profissional de nível básico, como por exemplo, a instituição do *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* - PRONATEC, e a expansão das Redes Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFs, por todo o país (SAVIANI, 2018). No que tange à educação superior, “o primeiro Governo Dilma deu continuidade à política educacional do Governo Lula efetuando alterações pontuais [...] como a instauração da Lei nº 12.416/2011, referente à oferta de educação superior para os povos indígenas” (SAVIANI, 2018, p. 300). Dessa forma, as ações como PROUNI, FIES e REUNI, seguiram em funcionamento no primeiro mandato da referida presidente.

Na reta final do primeiro mandato da referida presidente, em junho de 2014, foi sancionado um novo PNE. O contexto do debate de um novo PNE iniciou-se ainda no Governo Lula da Silva, por meio da Conferência Nacional de Educação - CONAE. Assim, de acordo com Lima (2015), “uma importante referência das diretrizes do governo federal para o PNE 2011-2020 pode ser identificada no Documento Final da Conferência Nacional de Educação - CONAE realizada em 2010” (p. 36). Ainda segundo a mesma autora, “a leitura atenta deste documento indica um conjunto de fragilidades no diagnóstico da política de Educação Superior vigente no período 2003-2010” (LIMA, 2015, p. 36).

Desse modo, o documento elaborado pelo CONAE criticou ações dirigidas à educação, sobretudo, a de nível superior. Algumas das ações criticadas diziam respeito aos vetos realizados pelo Presidente FHC no PNE 2001, que foram mantidos pelo Presidente Lula; a diversificação da educação superior, iniciada no Governo de FHC e aprimorada e ampliada no atual governo, assim como o acentuamento do processo de mercantilização desse nível de ensino (LIMA, 2015). Entretanto, o documento final elaborado pelo CONAE defendeu ações como a do REUNI e do PROUNI que, como já abordado nesse trabalho, foram programas nos quais, uma parte da comunidade acadêmica teceu críticas severas, sobre o modo como o processo de ‘democratização’ do ensino superior estava sendo desenvolvido. Segundo a mesma autora:

A análise do Documento Final da CONAE [...] mostra que o documento se constituiu em um frágil diagnóstico da educação brasileira no período 2003-2010 e, simultaneamente, um indicativo do aprofundamento das políticas em curso naquele período para a década seguinte, apesar do esforço de entidades e movimentos sociais da área da educação para a construção de um documento referenciado na educação pública, gratuita e de qualidade (LIMA, 2015, p.37).

Dessa forma, o que podemos verificar é que, assim como na construção do PNE 2001, o PNE 2014 também teve a intensa participação da sociedade civil. No entanto, essa participação ocorreu de modo diferenciado do PNE anterior, pela quase inexistência de projetos divergentes. O que se observou no caso do PNE 2014 foi a tentativa de incorporação, por parte do governo, de projetos da sociedade civil, por meio do CONAE, na discussão e elaboração do plano. Em concordância com essa questão, Bodião (2016), salientou que, “diferente do que ocorrera com o PNE anterior, o Ministério da Educação foi o protagonista na tarefa de realizar, articulando-se com a sociedade civil, a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010” (BODIÃO, 2016, p. 340) visando à construção do novo PNE.

Bodião também chamou a atenção para o fato de que, após a construção final do texto elaborado pela CONAE, o MEC encaminhou para a Câmara dos Deputados o projeto de lei 8.035/2010 (BODIÃO, 2016). De acordo com Lima, “segundo o discurso governamental, o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010a) orientou a elaboração do Projeto de Lei (PL) nº 8.035/10, que tratava do Plano Nacional de Educação (PNE)” (LIMA, 2015, p. 39).

Conforme foi ressaltado por Bodião (2016), o documento transformado em projeto de lei nº 8.035/2010 não correspondia fielmente ao elaborado pelo CONAE, que, teve sua construção descaracterizada ao excluir decisões que haviam sido discutidas nas conferências. Assim como Bodião, Minto (2018) relatou que, “depois de muitas mudanças no projeto

original, que já havia incorporado de maneira bastante restrita as deliberações da [...] CONAE, o texto aprovado foi comemorado por várias razões, entre as quais sobressai seu viés privatista” (MINTO, 2018, p. 6).

Portanto, o texto encaminhado para a Câmara dos Deputados foi aprovado em junho de 2012, e, em seguida, foi enviado ao Senado Federal. Após o reenvio do texto para a Câmara dos Deputados para ajustes, foi sancionado em 25 de junho de 2014 o novo PNE, por meio da Lei nº 13.005 (BODIÃO, 2016). Segundo Lima (2015), “a análise das metas e das estratégias do PNE evidenciou um movimento de continuidades e aprofundamentos dos eixos fundantes da política de educação vigente no período 2003-2013, sobretudo, em relação as parcerias público-privadas” (p. 39). Estas reforçaram o caráter privatista da educação, especialmente, no que diz respeito ao ensino superior.

Em relação à expansão da educação de nível superior, a meta de número 12 do PNE assinalou que, no ano de 2013, a taxa bruta de matrículas nos cursos de graduação era de 30,3%. No entanto, dentro de percentual, apenas 16,3% dizia respeito às matrículas de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, considerada pelo PNE como a faixa etária de referência para a matrícula na educação de nível superior. Segundo o documento, a taxa líquida³ que se referia ao número de matrículas no ensino superior ocupadas por pessoas pertencentes à faixa etária “ideal” ou por pessoas dessa faixa etária já formadas nesse nível de ensino, era de 20% no ano de 2013. Assim, o PNE 2014 estabeleceu como meta a expansão da educação superior por meio da elevação da taxa bruta de matrículas para 50% e, da taxa líquida para 33%. Além disso, o Plano ressaltou também a necessidade de se assegurar, pelo menos 40% das novas matrículas no ensino superior público (BRASIL, 2014).

Dessa forma, a expansão proposta pelo PNE 2014 ocorreria por meio dos programas REUNI, FIES e PROUN. Como já foi mencionado anteriormente, são ações que buscaram ampliar o acesso ao ensino superior por meio do estímulo ao ‘empresariamento’ do ensino. No caso dos dois primeiros programas, aprofundando as relações público x privadas, por meio do financiamento público ao setor privado. Em relação ao REUNI, como dito anteriormente, devido à contenção dos recursos públicos, este estimulou a expansão do acesso ao ensino

³ Taxa líquida de matrícula (TLM) é um indicador do acesso ao sistema educacional por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-lo. É a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade recomendada para cursar determinado nível de ensino e a população total na mesma faixa etária. Fonte: Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 17:03.

superior público federal por meio da ampliação da sobrecarga do trabalho docente e ausência de infraestrutura adequada para suportar os novos cursos que foram sendo criados.

Ao compararmos os objetivos referentes à expansão da educação superior citados pelos PNEs 2001 e 2014, observamos que as metas do primeiro PNE relacionadas à expansão para, pelo menos 30% da população da faixa etária de 18 a 24 anos, não foi alcançada. Entretanto, ressaltamos que, apesar de não ter atingido a meta estipulada, ocorreu um aumento no percentual de matrículas que, como foi visto no segundo PNE, no ano de 2013 chegava a 20%. A partir da comparação dos dois planos, percebemos que o objetivo de aumentar as vagas no ensino superior público também não foi alcançado. No primeiro PNE já havia sido citada a taxa de 40%, que foi repetida no segundo PNE, o que mostra que, infelizmente, a meta do primeiro plano não teve sucesso (BRASIL, 2014). Possivelmente, a ausência de recursos comprometeu o processo de ampliação ao acesso ao ensino no primeiro PNE, já que este, desde o seu nascimento, teve seus mecanismos de financiamento vetados.

Em 2014, ao fim do primeiro Governo de Dilma Rousseff, as IES públicas totalizavam um número de 298 instituições, distribuídas entre universidades, centros universitários, faculdades, IFs e Cefets. As IES privadas, divididas entre universidades, centros universitários e faculdades, totalizavam 2.070 instituições espalhadas por todo país (BRASIL, 2014). Como pôde ser visto, o número de instituições privadas representa cinco vezes mais o número de instituições públicas. A discrepância de números também pode ser visualizada em relação às matrículas. Em 2014, estas correspondiam à 1.961.002 nas IES públicas e, 5.867.011 nas privadas. Isto, possivelmente, pode ser explicado a partir do incentivo e promoção da iniciativa privada no processo de expansão da educação superior brasileira, desde o início da década de 1990, com a implantação da ideologia neoliberal no país.

No entanto, o processo de ampliação ao acesso ao ensino superior passou a ser ameaçado a partir da conjuntura que foi se desenhando no Brasil desde o final do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, como já se mencionou anteriormente. Conforme Mancebo (2017), a crise do capitalismo mundial iniciada no ano de 2008, chegou a América Latina e, especificamente ao Brasil, em 2013, no fim do primeiro mandato da referida presidente. Desse modo, ainda no ano de 2013, surgiu uma série de protestos contra o governo instituído, devido à crise econômica que se instaurava. Ainda, segundo Mancebo:

[...] a profundidade da crise econômica mundial (de 2008), que chegou com furor aos países sul-americanos a partir de 2013, eliminou progressivamente as condições necessárias à manutenção do “lulismo” e à sua estratégia de conciliação de classes, tornando cada vez mais evidente a incapacidade dessa estratégia em se manter como alternativa econômica, política e social (MANCEBO, 2017, p. 879).

O contexto de crise econômica e política instalada no país permitiu que atores contrários à política desenvolvida pelo governo do Partido dos Trabalhadores - PT articularassem o encaminhamento do pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que ocorreu em 31 de agosto e 2016 (MANCEBO, 2017). Assim, conforme foi salientado por Mancebo (2017), o impeachment da presidente Dilma se configurou em um “um golpe parlamentar-judicial-midiático que começou a ser urdido desde sua reeleição em 2014” (MANCEBO, 2017, p. 878).

Portanto, após o impeachment, a presidência da República foi ocupada por Michel Temer, vice de Dilma Rousseff e, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. A partir disso, o presidente instituído iniciou o aprofundamento de uma nova agenda neoliberal visando superar a crise capitalista vigente (MANCEBO, 2017).

No que tange ao ensino superior público federal, o novo governo iniciou um processo de “cortes de verbas para manutenção e renovação das instituições, abandonando a infraestrutura física dos *campi*. [...] Outro movimento de acomodação à atual conjuntura [...] refere-se ao certo enxugamento de suas funções, priorizando o ensino” (MANCEBO, 2017, p. 885). Além disso, ocorreu nesse contexto a aprovação da Ementa Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que, regulamentou o corte de verbas em áreas como educação e saúde pública. Desse modo, o que se observou na conjuntura do Governo Temer, foi o refreamento do processo de expansão das IES públicas federais, iniciado no governo PT, por meio do REUNI.

Em relação ao ensino superior privado, Mancebo (2017), relatou que as IES desse seguimento não sofreram com a crise os mesmos impactos que as IES públicas federais. Isto ocorreu porque a maioria dessas instituições eram empresas rentáveis, por meio da entrada no mercado de capitais e da venda das suas ações, o que as possibilita captar recursos mais rapidamente do que por meio das instituições bancárias. No entanto, a autora destacou que, assim como o Governo Federal implementou nas IES públicas, as IES privadas também “introduziram inovações gerenciais voltadas para o enxugamento de quadros ou precarização do trabalho” (MANCEBO, 2017, p. 886).

Portanto, o que pôde ser visualizado no contexto das IES privadas, foi o crescimento da dúvida em relação à qualidade da educação oferecida (MANCEBO, 2017). Diante do exposto, comprovamos que a ascensão do MDB ao poder com sua agenda neoliberal, impactou o processo de expansão do ensino superior, sobretudo o público, por meio de algumas medidas tomadas, como o caso do corte de verbas para as instituições federais.

No entanto, a expansão da educação superior pública não se deu somente via o aumento do número das instituições federais. Conforme foi abordado no PNE 2001, é importante observar que o crescimento do setor público na educação superior se deveu, nos últimos anos, à ampliação do atendimento no âmbito estadual. Desse modo, conforme ressalta o documento, a contribuição das instituições estaduais de ensino no processo de ampliação ao acesso à educação superior deve ser considerada (BRASIL, 2001).

1.3 – A expansão da educação superior no âmbito das IES públicas estaduais

Como foi analisado no ponto anterior, o ensino superior brasileiro, sofreu a partir da década de 1990, um processo de expansão por meio de instituições públicas e privadas. Ocorreu, ainda, um acentuado processo de diversificação, introduzido nesse nível de ensino, por meio do Decreto nº 2.306/1997, que permitiu que a educação de nível superior passasse a ser oferecida por diferentes organizações acadêmicas como universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (ANDRADE, 2011).

No que se refere ao ensino superior público, além da diversificação das instituições, a LDB 9.394/96 determinou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão seus respectivos sistemas de ensino, em regime de colaboração, apesar de ainda hoje não ter sido definido de que modo a cooperação entre os entes deve ocorrer. No que se refere ao sistema de ensino superior federal, este, segunda a mesma lei, contempla as organizações federais de educação, as instituições federais e as privadas. Em relação aos sistemas estaduais e municipais, que são mantidas respectivamente por estes poderes, fazem parte do mesmo sistema: as instituições de ensino superior municipal, estadual e pelo Distrito Federal (BRASIL, 1996)

No presente trabalho, abordaremos a educação superior oferecida no âmbito do governo estadual, em função de, historicamente, os estados contribuírem significativamente no acesso ao ensino superior, antes mesmo da implementação do REUNI. De acordo com Andrade (2011), “é importante considerar o peso das universidades estaduais na geração de conhecimento e no impacto em diferentes áreas que se estendem país afora” (p. 1). Ainda segundo a mesma autora, as universidades estaduais “ocupam em seu contexto histórico político um espaço territorial e de oferta da educação superior pelos Estados, face à ausência da União, sobretudo no interior do país” (ANDRADE, 2011, p. 7).

Segundo Martins (2000), a expansão das universidades estaduais se intensificou após a década de 1980. No entanto, o autor relatou que, ainda na década de 1930, o sistema superior de ensino estadual já aparecia no quadro histórico da educação superior, devido à criação da Universidade Estadual de São Paulo - USP, que, como “unidade mais rica da federação [...] criou um sistema de instituições próprias que sempre usufruiu de uma tradição de autonomia diante do poder federal” (MARTINS, 2000, p. 46).

Assim, conforme Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998) apontaram, foi “a partir dos anos 30 [...] que se ampliou o número de faculdades estaduais e particulares em resposta à demanda por ensino superior que, desde a década de vinte não parava de aumentar” (SAMPAIO, BALBACHESKY E PEÑALOZA, 1998, p. 4). Dessa forma, ainda de acordo com as mesmas autoras, nesse contexto, foram sendo criadas algumas instituições estaduais, como a já mencionada USP, e a do Rio Grande do Sul, em 1934.

Entretanto, o movimento de expansão das IES estaduais começou a apresentar redução já no ano de 1946, quando se iniciou o processo de federalização das IES existentes. Esse processo ocorreu em uma conjuntura de disputas entre o estado, que defendia a política de federalização, e a legislação da época, que buscava limitar o número de instituições federais. No entanto, apesar dos embates, foi iniciado o processo de federalização das instituições estaduais existentes e esse movimento teve continuidade até os anos 1960 (SAMPAIO, BALBACHESKY E PEÑALOZA, 1998). Dessa forma, “a consequência do processo de federalização iniciado na década de 1940 foi a significativa redução no número das universidades estaduais” (SAMPAIO, BALBACHESKY E PEÑALOZA, 1998, p. 6). Saviani (2010), em concordância com as autoras anteriormente citadas, afirmou que

A partir da década de 1940 e ao longo da década de 1950 vão ocorrer as federalizações estendendo-se pelas décadas de 1960 e 1970 o processo de criação das universidades federais [...] a rede federal se amplia especialmente com a “federalização” de instituições estaduais e privadas (SAVIANI, 2010, p.7-8).

Todavia, conforme foi mencionado anteriormente por Martins (2000) e por Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), “a expansão do número de universidades estaduais intensificou-se a partir da década de 1980, precisamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988” (p. 7). De acordo com Saviani (2010), houve uma retomada das instituições estaduais também a partir da década de 1990, quando o movimento de federalização das instituições superiores de ensino sofreu uma relativa estagnação, e iniciou-se o processo de incentivo à expansão do ensino superior por meio do estímulo ao sistema privado, especialmente a partir do governo FHC. Desse modo, o mesmo autor acima citado afirmou que, mesmo representando um crescimento tímido quando comparado à ampliação do ensino superior privado, as instituições estaduais voltam a aparecer no cenário da educação superior brasileira (SAVIANI, 2010).

Nesse sentido, é importante analisar por meio dos dados do *Censo da Educação Superior Brasileira de 2004*, como se organizou o número de IES estaduais nos oito anos do governo de FHC. Os dados do censo de 2004 foram selecionados em função dos censos de 2002 e 2003 não contemplarem a evolução do número de IES estaduais, especificamente.

Tabela 5: Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo FHC (1995-2002):

ANO	INSTITUIÇÕES ESTADUAIS
1995	76
1996	74
1997	74
1998	74
1999	72
2000	61
2001	63
2002	65

Fonte: Inep/Censo da educação superior/resumo técnico 2004, acesso em 27/08/2019.

Ao analisarmos as informações contidas na tabela 5, constatamos que, ao final da década de 1990, sobretudo, a partir do Governo FHC, iniciado em 1995, ocorreu uma queda do número de IES estaduais. O período mais expressivo em relação à redução de instituições ocorreu entre os anos de 1999 e 2000, quando se tem a redução de 11 instituições de um ano para o outro. Verificamos também que o único ano em que não ocorreram reduções foi entre

2001 e 2002, quando o número de IES estaduais passou de 63 para 65. Todavia, isto representou um número significativamente reduzido quando comparado ao número de instituições que existiam ano de 1995.

Com o objetivo de compreender se o movimento de contração da IES estaduais continuou ocorrendo nos governos sob a gestão do PT, analisamos também os dados do *Censo da Educação Superior do ano de 2010*, no decorrer do último ano do Governo Lula e, em 2015, primeiro ano do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, antes do seu impeachment.

Tabela 6: Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo Lula (2003-2010)

ANO	INSTITUIÇÕES ESTADUAIS
2003	65
2004	75
2005	75
2006	83
2007	82
2008	82
2009	84
2010	108

Fonte: Inep/Censo da educação superior/Resumo Técnico 2010, acesso em 21/06/2019.

Diferentemente do que ocorreu no Governo FHC, verificamos por meio da tabela 6, que no Governo Lula, o movimento de expansão da IES estaduais retornou, chegando ao ano de 2010 com 108 instituições. Portanto, surgiram 43 novas instituições em um período de oito anos. Percebemos que o único momento de refreamento no número de IES ocorreu entre os anos de 2006 e 2007, quando houve a redução de uma instituição e que se manteve no ano de 2008. A partir de 2009, o crescimento foi retomado. Desse modo, o salto mais significativo no número de IES estaduais acontece entre 2009 e 2010, quando foram criadas 24 novas instituições.

Tabela 7: Número de instituições de educação superior estaduais no contexto do Governo Dilma (2011-2015)

ANO	INSTITUIÇÕES ESTADUAIS
2011	110
2012	116
2013	119
2014	118
2015	120

Fonte: Inep/Censo da educação superior/Resumo Técnico 2015, acesso em 27/08/2019.

A partir dos dados da tabela 7, percebemos que o Governo da Presidente Dilma Rousseff deu continuidade à expansão das IES estaduais, iniciada no governo de seu antecessor. O processo de ampliação ocorreu de forma constante, sem apresentar momentos de retração como nos governos anteriores. Portanto, a partir do contexto apresentado e analisado, inferimos que a educação superior de âmbito estadual iniciou seu processo de expansão na década de 2000, mais especificamente no ano de 2009, quando surgiu um movimento de ampliação constante no número de IES.

Cabe aqui ainda destacar que esse processo de expansão das estaduais ocorrido nos governos petistas acontece simultaneamente ao movimento de ampliação e interiorização das IES federais promovida por meio do programa REUNI, criado por esse governo. Assim, conforme Andrade (2011), “apesar da expansão e interiorização da educação superior na rede federal na última década, temos uma parcela significativa de matrículas na rede estadual, tradicionalmente localizadas no interior do país” (ANDRADE, 2011, p. 6). Portanto, este fato reafirmou mais uma vez que, apesar de todas as críticas dirigidas ao governo PT, em relação a como se implementou o processo de expansão da educação superior pública, quando comparado ao governo anterior, pode-se dizer que houve um saldo positivo.

Nos quadros abaixo, podemos visualizar como se deu o movimento de expansão das IES estaduais por regiões do país, no período do governo do Partido dos Trabalhadores.

Tabela 8: Evolução do número de IES estaduais por regiões do país, no período do Governo Lula (2003-2010):

REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	4	6	4	4	4	4	5	5
Nordeste	17	18	18	19	16	16	17	17
Sudeste	22	28	30	37	39	39	43	67
Sul	18	19	19	19	19	19	15	15
Centro-oeste	4	4	4	4	4	4	4	4

Fonte: Inep/Censo da educação superior/Resumo Técnico 2012, acesso em 22/10/2019.

A partir da tabela acima, verificamos que a região Sudeste foi a que apresentou uma expressiva expansão no número de IES públicas estaduais. No caso do Nordeste, percebemos que há um pequeno crescimento nos anos de 2004 a 2006, mas que logo se desfaz no ano seguinte, em 2007, quando o número de IES cai de 19 para 16. No entanto, a região fecha o ano de 2010 com o mesmo número de IES existentes no ano de 2003. Nos casos das regiões Norte e Sul, percebemos também um movimento de oscilação, entretanto, enquanto a região Norte encerra o ano de 2010 com um número de instituições maior do que o apresentado no ano de 2003. A região Sul finaliza 2010 com um número reduzido de IES, quando comparado ao de 2003, perdendo um total de 3 instituições. A região Centro-oeste foi a única que apresentou um movimento constante, porém reduzido, do número de IES estaduais, no período observado.

Tabela 9: Evolução do número de IES estaduais por regiões do país, no período do Governo Dilma (2011-2015):

REGIÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	5	5	5	5	5
Nordeste	15	16	16	15	15
Sudeste	71	76	79	84	86
Sul	15	15	15	9	9
Centro-oeste	4	4	4	5	5

Fonte: Inep/Censo da educação superior/Resumo Técnico 2015, acesso em 27/08/2019.

Analisando os dados expostos na tabela acima, verificamos que o processo de expansão das IES estaduais continuou ocorrendo de forma constante e significativa na região

Sudeste, alcançando no final de 2015, o total de 86 instituições. Em contraponto ao que ocorre no Sudeste, as regiões Nordeste e Sul apresentam um processo de redução no número de instituições oriundas da esfera estadual. No que tange às regiões Norte e Centro-oeste, notamos que continuaram existindo um número reduzido de instituições, todavia, que se mantiveram constantes ou com um ínfimo crescimento, como no caso da região Centro-oeste. Considerando que o número total de IES públicas estaduais em todo o Brasil, no ano de 2015, eram de 120 instituições, concluímos que a região Sudeste era a grande detentora do oferecimento da educação superior pública no âmbito da esfera estadual.

No que tange especificamente às universidades estaduais, segundo o cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, disponível na página e-mec, existem em março de 2020, 41 universidades públicas estaduais espalhadas por todo Brasil. O Quadro 1 mostra os nomes das universidades e as regiões onde estão situadas.

Quadro 1: Número de universidades estaduais por região do país

REGIÃO	UNIVERSIDADE
NORTE	<ul style="list-style-type: none"> • UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ – UEAP, • UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA • UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS • UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DO MARANHÃO – UNIVIMA
NORDESTE	<ul style="list-style-type: none"> • UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE • UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB • UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN • UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB • UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – UNEAL • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS – UNCISAL • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB • UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA • UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
SUDESTE	<ul style="list-style-type: none"> • FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UNIVESP • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP • UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG • UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF • UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – UNESP
SUL	<ul style="list-style-type: none"> • FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR • UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL – UERGS
CENTRO OESTE	<ul style="list-style-type: none"> • UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO – UNEMAT • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG • UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - e-MEC, acesso em 11/03/2020.

Portanto, como se pôde analisar no início desse tópico, as instituições de ensino superior estaduais estão presentes na história da educação superior brasileira desde a implementação desse nível de ensino no país. Isto, ocorreu, sobretudo, a partir da década de

1930, quando ocorreu a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu o sistema universitário, por meio do qual, foram criadas universidades estaduais, como o caso da USP. Segundo Andrade estas “precederam as federais e surgiram em decorrência de um projeto vinculado à construção de instituições universitárias sólidas [...]” (ANDRADE, 2011, p. 5).

Dessa forma, como foi observado, após a criação da Universidade de São Paulo, muitas outras universidades estaduais foram sendo criadas pelos estados da federação. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a primeira instituição universitária criada foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ “cujo primeiro curso data de 1950, sendo reconhecida como universidade em 1953” (SAMPAIO, BALBACHESKY E PEÑALOZA, 1998, p. 17). Entretanto, quarenta anos depois, foi criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, idealizada por Darcy Ribeiro e fundada em 1993, no interior do Estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense, na Cidade de Campos dos Goytacazes.

A UENF surgiu como uma universidade criada em uma região localizada no interior do estado, no qual predominavam instituições de ensino superior privadas, com o objetivo de expandir nessa região o acesso ao ensino superior público. Desse modo, a UENF se enquadrou no contexto em que as IES estaduais exerceram funções estratégicas para a expansão do acesso ao ensino superior nas regiões localizadas no interior dos estados (SILVA et al, 2018). No próximo capítulo, a história da instituição será analisada.

Nesse sentido, verificamos que, na década de 2000, a partir do Governo Lula da Silva, ocorreu uma tentativa de democratização do ensino superior público federal e estadual. Isto também foi realizado por meio da promoção de ações de assistência estudantil para os estudantes das classes subalternas, de forma que estes pudessem ter acesso, permanecer e concluir seus estudos nas IES públicas citadas, como será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – As políticas de assistência estudantil no cenário educacional brasileiro

O objetivo do presente capítulo foi o de problematizar o neodesenvolvimentismo⁴, apontando suas principais diretrizes e como a questão social⁵ foi abordada nesse contexto. Posteriormente, contextualizamos as primeiras iniciativas do Estado brasileiro em construir ações direcionadas à assistência estudantil no ensino superior. Por fim, analisamos a elaboração das políticas de assistência estudantil no contexto do chamado neodesenvolvimentismo, que culminou na criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (2007) e, posteriormente, no Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PNAEST (2010).

Como foi abordado no capítulo anterior, o ensino superior brasileiro sofreu uma considerável expansão a partir da década de 1990. Dentre as principais políticas desenvolvidas nessa direção, sobretudo a partir dos anos 2000, destacam-se o FIES, o PROUNI e o REUNI, que buscaram promover essa ampliação por meio do financiamento estudantil, do oferecimento de bolsas de estudos e da expansão do número de vagas nas IES públicas, respectivamente. Portanto, a partir do que ficou demonstrado no primeiro capítulo desse trabalho, o ensino superior brasileiro passou por um movimento de expansão que, possibilitou que classes sociais que, historicamente, vinham sendo excluídas desse espaço de formação, pudessem ingressar neste nível de ensino. Nesse sentido, Andrés (2011) afirma que “o contexto de forte expansão das matrículas universitárias no país, a partir dos anos 90 e, principalmente, os programas de ação afirmativa introduzidos nos últimos 10 anos, [...] têm aberto o acesso ao ensino superior aos estudantes carentes” (ANDRÉS, 2011, p. 14).

No entanto, embora os programas citados acima tenham contribuído para a expansão do acesso ao ensino superior, estes não contemplaram de modo satisfatório a questão da permanência nesse nível de ensino. Assim, conforme Andrés (2011) apontou, “parte do novo alunado não poderia ao mesmo tempo estudar e trabalhar e não dispunha de recursos para pagar alimentação, moradia, material didático, transporte e outros itens fundamentais à vida estudantil, o que acabaria por levar-lhes a abandonar os estudos” (ANDRÉS, 2011, p. 8).

⁴ Termo elaborado pelos intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores à política socioeconômica implementada pelo partido entre os anos de 2003-2014.

⁵ De acordo com Montañó (2012), a questão social expressa a relação entre classes (e seu antagonismo de interesses) conformadas a partir do lugar que ocupam e o papel que desempenham os sujeitos no processo produtivo.

A partir disso, constatamos que a ampliação da possibilidade de acesso ao ensino superior não encerrou toda a problemática relacionada à questão da tentativa de democratização desse nível de ensino. Ao se expandir o acesso das classes subalternas ao ensino superior, instaurou-se uma nova pauta, relacionada à questão da permanência deste novo alunado nesse espaço. Desse modo, é aprofundada a discussão referente à política de assistência estudantil - AE no âmbito do ensino superior, analisada nesse trabalho como um vetor que pode contribuir para a permanência dos estudantes oriundos das classes subalternas nesse nível de ensino.

2.1 – O governo do Partido dos Trabalhadores e a política econômica neodesenvolvimentista

O nascimento do Partido dos Trabalhadores - PT é proveniente da acirrada oposição ao período da ditadura empresarial-militar (1964-1965), que, nos seus últimos anos, vivenciou incontáveis greves, sobretudo, do movimento sindical do ABC paulista, além da mobilização dos demais movimentos sociais. A criação do chamado novo sindicalismo, do qual emergiu Luiz Inácio Lula da Silva, assim como a articulação com os setores mais progressistas da sociedade no contexto da chamada redemocratização brasileira constituíram a base social do PT. Contudo, o mesmo partido só obteve a vitória política no ano de 2002, após três tentativas anteriores, em um contexto nacional e internacional bastante diferente da década de 1980.

De acordo com Antunes (2018), as medidas neoliberais da era FHC (1995-1998 e 1999-2002) já haviam sido postas em prática, apesar da forte resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Portanto, nesse quadro, a vitória do PT nas urnas representou a possibilidade de ultrapassar esse cenário, no qual o movimento sindical não encontrava respostas para a superação do cenário neoliberal, tendo sido saudada por todos os movimentos sociais articulados à esquerda na região (SOARES, 2013). Entretanto, o caminho escolhido pelo bloco hegemônico que compunha o PT, juntamente com as suas coligações eleitorais à época, foi outro. Desse modo, conforme Antunes afirmou, “a vitória do Partido dos Trabalhadores e da esquerda se deu quando o transformismo já havia começado a metamorfosear o PT em um partido da ordem” (ANTUNES, 2018, p. 228).

De acordo com Castelo (2012), ainda no período dos anos 1990, já se podia sentir o desgaste que o modelo político econômico neoliberal havia alcançado em toda a América Latina, em especial no Brasil. Os danos sociais foram sentidos e, diante disso, abriu-se

caminho para uma mobilização popular contrária ao modelo neoliberal, o que possibilitou que partidos que pregavam resistência ao modelo vigente fossem eleitos, como ocorreu no Brasil, com a eleição do Partido dos Trabalhadores (CASTELO, 2012). Entretanto, corroborando com o que foi dito anteriormente por Antunes, Castelo salientou que, “em alguns casos, as lideranças não mantiveram sua linha de resistência após a posse e aderiram ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo e o governo Lula é o caso mais emblemático dessa adesão ao projeto de supremacia burguesa” (CASTELO, 2012, p. 624).

Diante do exposto, pode-se constatar que, quando eleito, “o PT já não era mais um partido da classe trabalhadora, oscilando entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação de uma nova ordem política, muito mais moderada, policlassista e adequada à ordem capitalista típica da era da financeirização” (ANTUNES, 2018, p. 228). Este novo projeto foi denominado pelos principais intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2000) do partido, a saber: Marcio Pochmann, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo, de neodesenvolvimentismo. De acordo com Castelo, “o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento e logo se apresentou como uma terceira via tanto ao projeto liberal quanto do socialismo” (CASTELO, 2012, p. 624). Nesse sentido, Sampaio Jr. (2012) ressaltou que:

Os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo [...] e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimento [...]. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos positivos do neoliberalismo [...] com aspectos positivos do velho desenvolvimentismo (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

É importante chamarmos a atenção para o fato de que a teoria neodesenvolvimentista foi criada com base na corrente teórica desenvolvimentista, que vigorou no Brasil entre os anos de 1930 e 1960, com seu auge nos anos 1950-1960 (CASTELO, 2012). Esta tinha por proposta a promoção do crescimento econômico e a superação do subdesenvolvimento do país, por meio de três medidas: “forte intervenção governamental, política econômica voltada para o fortalecimento da indústria e a criação de um projeto nacional” (PAULANI, 2017, p. 136). Entretanto, é fundamental salientar também que, diferentemente do chamado nacional-desenvolvimentismo, o neodesenvolvimentismo apesar de ter buscado investir no setor industrial, não tinha como meta a construção de um projeto nacional. Houve uma reduzida intervenção estatal e possibilitou a abertura no país para a entrada do capital internacional, na medida em que apostou na primazia do mercado e do setor privado (PAULANI, 2017).

Segundo Bresser Pereira (2004), o novo desenvolvimentismo e o nacional desenvolvimentismo se distinguiam em pontos como: abertura do comércio internacional, pois, enquanto o primeiro buscava a abertura da conta comercial do país, o segundo buscava proteger a conta comercial, e a definição da estabilidade macroeconômica, já que o novo desenvolvimentismo buscava o equilíbrio de pagamentos e uma taxa razoável de pleno emprego, enquanto o nacional desenvolvimentismo se preocupava somente com a inflação e o equilíbrio fiscal (BRESSER PEREIRA, 2004).

Em concordância com o autor acima citado, Pfeifer (2014) relatou que, enquanto o nacional desenvolvimentismo buscava alavancar a economia do país por meio da promoção da indústria interna, visando superar a dependência do Brasil em relação aos países de capitalismo central, o neodesenvolvimentismo, em um movimento de adesão ao novo contexto chamado pós-neoliberalismo, percorreu o caminho contrário da corrente anterior. Esta última buscaria o desenvolvimento econômico do país, por meio da abertura da economia ao capitalismo global e, portanto, estreitando seus laços de dependência (PFEIFER, 2014; grifos nossos).

Contudo, segundo Castelo (2012), “com o aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais, a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena acoplada dos prefixos “novo” e “social” e tornou-se o tema da moda no Brasil” (CASTELO, 2012, p. 614). Complementando o que foi dito pelo autor supracitado, Sampaio Jr. (2012) ressaltou que:

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal de renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

Portanto, de acordo com os teóricos oficiais do governo PT, as tênues melhorias no campo econômico e social, amparadas em políticas sociais mais abrangentes, ainda que de caráter assistencial, associado ao estímulo aos grandes capitais, principalmente industrial e financeiro (ANTUNES, 2018), foram consideradas por estes como um novo projeto político.

É importante atentarmos que esse novo projeto político poderia ser referenciado por meio de dois prefixos, novo e social. Contudo, esses dois prefixos vão além de uma variação de palavras para explicar um mesmo conceito e determinam a existência de várias correntes

dentro do chamado projeto neodesenvolvimentista. De acordo com Paulani (2017), estas podem ser caracterizadas basicamente em três: a) os novos-desenvolvimentistas precursores [...]; b) os novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos [...]; e c) os social-desenvolvimentistas” (PAULANI, 2017, p. 141). No entanto, segundo a mesma autora, os fundamentos teóricos dos novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos se aproximam muito dos utilizados pelos social-desenvolvimentistas, o que resulta no estabelecimento de apenas dois grupos, ou seja: os novos-desenvolvimentistas precursores e os social-desenvolvimentistas (PAULANI, 2017).

Os novos-desenvolvimentistas e os social-desenvolvimentistas se diferenciam em alguns aspectos como: confiança no mercado, pois, enquanto o primeiro grupo confia nas virtudes do mercado, o segundo possui menos confiança neste; o modelo de política fiscal, já que o primeiro grupo defende uma política fiscal apertada, enquanto o segundo reivindica uma política fiscal responsável, com possibilidade de um controle menos rígido; e a política de empregos e salários, pois, enquanto a primeira corrente defende o aprimoramento da qualidade dos postos de trabalho e a possibilidade de redução dos salários, a segunda corrente defende o desenvolvimento de políticas que visem o pleno emprego e o crescimento do salário mínimo (PAULANI, 2017).

No que tange ao projeto neodesenvolvimentista executado pelo governo PT, verificamos que este se aproximou mais da corrente dos novos-desenvolvimentistas precursores, já que esta corrente está associada a figura de Bresser Pereira (PAULANI, 2017). De acordo com Castelo (2012), “os primeiros escritos do novo desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula, no tinteiro de Luiz Carlos Bresser Pereira” (CASTELO, 2012, p. 624). Desse modo, percebemos que o conceito de neodesenvolvimentismo foi formulado, inicialmente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, pelo intelectual que foi responsável pela instauração da Reforma do Estado brasileiro em 1995, no governo FHC, e que contribuiu para a consolidação das medidas neoliberais no país. Portanto, ainda segundo Castelo (2012), “o novo desenvolvimentismo brasileiro emergiu [...] do seio da intelectualidade Tucana que implementou o neoliberalismo no país” (CASTELO, 2012, p. 624).

Entretanto, os intelectuais do PT abraçaram a teoria neodesenvolvimentista, com o objetivo de tentar diferenciar a política econômica posta em curso pelo partido, das medidas neoliberais implementadas na gestão anterior. Nesse sentido, Castelo apontou que:

Um grupo de intelectuais ligados ao PT tenta sustentar a tese de que uma inflexão nas políticas econômicas [...], sociais e externa no Brasil a partir de 2007-08 teria levado o país a romper com o neoliberalismo e viver uma época pós-neoliberal [...], uma grande transformação [...] e/ou a emergência de um padrão de acumulação chamado de social-desenvolvimentismo, baseado na produção de bens e serviços e na distribuição equitativa da renda (CASTELO, 2012, p. 626).

De acordo com o que foi exposto acima, percebeu-se que era objetivo do PT tentar se diferenciar das metas neoliberais executadas durante a gestão do PSDB no país, buscando conservar sua base de sustentação, ao mesmo tempo em que buscava a construção de um projeto baseado na premissa da conciliação de classes. Contudo, de acordo com os principais teóricos do partido, anteriormente citados, a política econômica neodesenvolvimentista se diferenciava da neoliberal devido ao seu caráter voltado para a questão social. Portanto, o neodesenvolvimentismo, diferentemente do neoliberalismo, visava não só o crescimento econômico como também o social. Isto é, “o desenvolvimento para os novos-desenvolvimentistas é visto não só como crescimento econômico e a industrialização, mas também como a redução das desigualdades sociais e melhorias no padrão de vida da população” (BRESSER PEREIRA E THEUER, 2002, p. 823).

Paulani (2017) afirmou que, foi “a partir do segundo mandato de Lula, nas referências a mudança nos rumos da política econômica, que começa a ser ouvido o termo neodesenvolvimentismo” (PAULANI, 2017, p. 138). Segundo a autora, este “passou a ser associado às políticas que, contrariando o cânone liberal vigente, apelavam para polpudos programas de investimento público [...] e para expedientes de intervenção na atividade econômica [...]” (PAULANI, 2017, p. 139). Nesta mesma direção, Sampaio Jr. (2012), ressaltou que “o diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial e a desigualdade social” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

Porém, para Boito Jr. (2018), o neodesenvolvimentismo se caracterizou como “[...] uma frente política ampla, policlassista e de certo modo instável formando a base de sustentação da política de desenvolvimento” posta em curso pelo partido dos trabalhadores (BOITO JR., 2018, p. 103). Em outras palavras, a frente neodesenvolvimentista tentou executar uma política de conciliação de classes ao integrar nessa frente diferentes grupos como a burguesia interna, os trabalhadores sindicalizados, o campesinato, os trabalhadores

informais e até mesmo as chamadas massas marginais⁶ (BOITO JR., 2018). Nessa perspectiva, constatou-se que o autor confirma a proposta de uma política econômica e social diferenciada durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, ao contrário dos demais autores aqui citados, que caracterizaram o modelo neodesenvolvimentista como a mesma face do projeto neoliberal. Nesse sentido, Santos (2018), em uma tentativa de diferenciar os autores marxistas que abordam o tema neodesenvolvimentismo, assevera que:

Boito Jr. apresenta o fenômeno (neodesenvolvimentismo) como uma frente política que agrega diferentes classes e frações de classes, sob a hegemonia da grande burguesia interna, sendo um programa bem menos ambicioso que o nacional desenvolvimentismo. Por outro lado, Plínio Jr. (referenciado nesse trabalho como Sampaio Jr.) e Castelo fazem uma leitura de que o neodesenvolvimentismo seria uma proposta de terceira via entre neoliberalismo e o velho desenvolvimentismo, com uma proposta de suposta conciliação de classes, sustentada pelo crescimento econômico, sem fugir dos parâmetros do neoliberalismo, e sem enfrentar os problemas históricos da formação econômico-social brasileira, focando na conjuntura imediata (SANTOS, 2018, p. 101, grifos nossos).

É importante chamarmos atenção para o fato de que a burguesia interna foi a classe que exerceu o poder hegemônico na frente neodesenvolvimentista. Nesse sentido, conforme salientado por Boito Jr., “o governo [...] preserva os interesses estratégicos da burguesia interna” (BOITO JR., 2012, p. 73). Aos demais integrantes da frente, foi oferecida uma política econômica voltada para a execução de programas de transferência de renda, programas de financiamento, aumento do emprego (sobretudo, informal) e aumento salarial, “não desencadeando nenhum processo amplo de regulamentação do mercado de trabalho ou de recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais” (BOITO JR., 2012, p. 73).

Portanto, as medidas executadas pelos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, em seus respectivos governos, voltadas para a redução da desigualdade social e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, estavam relacionadas ao desenvolvimento de políticas sociais de caráter redistributivo. Pode-se, portanto, concluir que “a plataforma da política neodesenvolvimentista (do governo PT) estava centrada na implementação de medidas redistributivas voltadas para a inclusão social [...]” (PFEIFER, 2014, p. 746). Seguindo as mesmas ideias, Boito Jr. (2018) destacou que, o neodesenvolvimentismo poderia ser caracterizado como “um programa de política econômica e social que busca o crescimento

⁶ Termo utilizado por Boito Jr. (2018, p. 112-113), para fazer referência à parte da população que é social e politicamente desorganizada e que foi atendida pelos programas de transferência de renda que foram desenvolvidos pelo governo do PT.

econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda” (BOITO JR., 2018, p. 105).

Nesse contexto, segundo Paulani (2017), o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instaurado no final do primeiro governo de Lula, foi o grande demonstrativo da mudança que viria a acontecer nos rumos da política econômica implementada pelo PT. O PAC se caracterizou por um “programa de investimentos públicos, envolvendo recursos da ordem de 13% do Produto Interno Bruto – PIB, para serem gastos em quatro anos em setores de infraestrutura (transporte, energia, recursos hídricos e saneamento básico)” (PAULANI, 2017, p. 138).

No entanto, outras políticas sociais foram sendo desenvolvidas pelo PT durante seu governo. No que tange às outras ações, observamos que o Programa Bolsa Família e a política do aumento do salário mínimo são as que melhor retratam o perfil do conjunto de políticas sociais de caráter redistributivo promovidas pelo governo (PAULANI, 2017). Além dessas ações, as políticas sociais ligadas ao sistema de financiamento como o Minha Casa Minha Vida, o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e a abertura do sistema bancário e o consequente acesso ao cartão de crédito, foram desenvolvidas sob o discurso de ampliar o desenvolvimento social. Portanto, se caracterizariam como ações direcionadas a promoção da redução das desigualdades sociais e ao aumento do consumo (PFEIFER, 2014; grifo nosso).

Contudo, podemos notar que, a partir do desenvolvimento dessas ações, gerou-se o que a Pfeifer (2014) chamou de “inclusão social via consumo de massa que, [...] conforma um modelo de política social como fator de crescimento econômico” (p. 747). Desse modo, o que podemos analisar é que, o governo petista, a partir de sua política econômica neodesenvolvimentista, vai construir uma articulação entre política social e desenvolvimento econômico. Em outras palavras, as políticas sociais implementadas, apresentam um duplo objetivo: promoção da redução das desigualdades, tratadas apenas como desigualdade de renda, e aquecimento do mercado (economia) via oferecimento de oportunidades (renda) para que a população pudesse consumir bens e serviços (PFEIFER, 2014).

Diante do exposto acima, é importante atentarmos para o fato de que os processos de acumulação financeira e privatização, pilares da política neoliberal, foram assegurados por meio das políticas sociais redistributivas e ligadas ao financiamento, desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, Pfeifer (2014) afirmou que:

O acesso aos bens e serviços sociais considerados no âmbito das necessidades humanas e no escopo da cidadania, vem sendo possibilitado não mais pela operacionalização direta do Estado na sua provisão – dentro da esfera pública estatal e de gratuidade, caracterizado por um Estado provedor -, mas sim, verifica-se que as políticas públicas sociais passam a viabilizar o acesso aos bens e serviços sociais utilizando-se dos recursos públicos para a compra de vagas, de bens e de serviços oferecidos e comercializados pelo setor privado [...]. Verifica-se, assim, uma tendência geral no neodesenvolvimentismo: o Estado é o grande consumidor dos bens e serviços sociais mercantilizados (PFEIFER, 2014, p. 757).

A partir do quadro retratado acima, percebemos que, apesar da tentativa de defesa do governo PT e de seus teóricos no que se refere à implementação de uma nova plataforma política econômica, pretensamente desvinculada da ideologia neoliberal, o que se observou no referido governo foi a permanência dos mesmos pressupostos, com o resgate de alguns princípios desenvolvimentistas. Nesse contexto, diferentes autores como Sampaio Jr. (2012), Castelo (2012) e Paulani (2017), argumentaram que não houve o rompimento com o neoliberalismo, contrariando o discurso oficial. No que se refere à obra de Boito Jr. (2018), o autor defende que o neodesenvolvimentismo foi uma nova frente política econômica, sendo “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., 2018, p. 106). Isto é, o referido modelo político econômico funcionaria de acordo com os limites impostos pela corrente neoliberal.

Portanto, Segundo Sampaio Jr. (2012), “toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal” (p. 680). Nesse sentido, o mesmo autor ressaltou que “o neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que um corpo de doutrina para orientar a ação do Estado” (SAMAPAIÓ JR., 2012a, p. 12). Em concordância com os autores anteriormente citados, Paulani destacou que, apesar da defesa de não rompimento com o neoliberalismo, “ao longo do tempo, os governos Lula e Dilma (grifo nosso), foram se diferenciando de seus antecessores, porque, combinadas com a continuidade dessa agenda neoliberal, foram sendo adotadas políticas sociais de alto impacto” (PAULANI, 2017, p. 147).

Dessa forma, compreendemos que, apesar do fortalecimento da agenda política econômica neoliberal, o governo do Partido dos Trabalhadores, sob os mandatos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, promoveram a implementação de diferentes políticas sociais, algumas que já vinham sendo reivindicadas pelos movimentos sociais em contextos anteriores, como é o caso da política de assistência estudantil, que será abordada nas próximas seções desse trabalho.

2.2 – O processo de construção da assistência estudantil no Brasil

Antes de analisarmos a construção das políticas de assistência estudantil, é fundamental resgatar as primeiras iniciativas do Estado brasileiro sobre esta temática, na década de 1930. Contudo, é importante salientar que estas diretrizes ocorreram em um contexto no qual o ensino superior atendia um número muito reduzido de indivíduos provenientes das classes subalternas, e, em função disso, a assistência estudantil não ocupava um lugar estratégico nas demandas estudantis. Isto só irá ocorrer em um momento em que o sistema educacional iniciou a inserção de grupos que não eram pertencentes às elites econômicas e políticas do país, a partir da década de 1960.

O desenvolvimento de ações relacionadas à assistência estudantil – AE no Brasil, tiveram início ainda na década de 1930, por meio de programas voltados ao fornecimento de alimentação e moradia para estudantes universitários (IMPERATORI, 2017). No entanto, de acordo com os autores Dutra e Santos (2017) e Imperatori (2017), a primeira ação voltada para a assistência estudantil ocorreu em 1928, com a construção da Casa do Estudante Brasileiro, situada em Paris, que foi criada e mantida por meio de recursos do governo brasileiro, com o objetivo de oferecer condições de moradia aos estudantes brasileiros que iam estudar no país e tinham dificuldades de se manter no exterior.

Entretanto, no início do ano de 1930 já havia sido desenvolvida uma ação voltada para assistência estudantil, no âmbito do ensino superior, em território nacional. De acordo com Dutra e Santos (2017), “uma importante ação de assistência prestada ao estudante [...] foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos de 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 150). Conforme Jesus, Mayer e Camargo (2016) apontaram, a responsável pela fundação da Casa do Estudante foi Ana Amélia, eleita no ano de 1929 como a rainha dos estudantes. Ainda de acordo com os mesmos autores, a criação desta instituição se caracterizou como uma “demonstração de pioneirismo e luta pela assistência estudantil, haja vista que, além de abrigo, funcionava no primeiro andar dessa casa um restaurante” (JESUS, MAYER e CAMARGO, 2016, p. 251).

Nesse mesmo contexto, ocorreu também a fundação da União Nacional dos Estudantes – UNE. Esta nasceu no interior da Casa do Estudante do Brasil, por meio da realização do primeiro Conselho Nacional do Estudante, no ano de 1937 (DUTRA e SANTOS, 2017).

Portanto, de acordo com os autores Jesus, Mayer e Camargo (2016), “a UNE foi fundada no dia 11 de agosto de 1937, [...] na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, pelo Conselho Nacional de Estudantes, que conseguiu consolidar esse projeto de criação de uma entidade máxima para os estudantes” (JESUS, MAYER e CAMARGO, 2016, p. 250). A partir de então, a UNE vai se tornar umas das principais entidades voltadas para a reivindicação e luta pela consolidação da política de AE brasileira (DUTRA e SANTOS, 2017).

Assim, a preocupação do movimento estudantil com as ações de AE remonta aos anos 1938, quando ocorreu o II Congresso Nacional de Estudantes, que trazia como uma de suas pautas a questão da dificuldade financeira destes. No entanto, foi a partir da década de 1960 que a questão sobre a AE ganhou maior visibilidade na sociedade civil, devido ao movimento que reivindicava a reforma universitária (DUTRA e SANTOS, 2017), no qual a UNE teve um papel estratégico.

Nascimento (2013) afirmou que, a UNE “defendeu fervorosamente a reforma universitária e, no seu interior, a pauta da assistência estudantil emergiu como uma das principais bandeiras de luta dos estudantes” (NASCIMENTO, 2013, p. 100). Todavia, devido à instauração da ditadura empresarial-militar, a UNE passou a ser fortemente perseguida, só conseguindo reiniciar seus trabalhos no final da década de 1970, a partir do esgotamento do modelo ditatorial e reorganização dos movimentos sociais no país (DUTRA e SANTOS, 2017). Segundo Jesus, Mayer e Camargo (2016):

Ao final dos anos 1970, [...] a UNE começou a se reestruturar com os estudantes, voltando a tomar as ruas, junto dos sindicalistas e outros expoentes da sociedade civil, conclamando a população em defesa da redemocratização do país. O Congresso de reconstrução da UNE aconteceu em Salvador, em 1979, reivindicando mais recursos para a universidade, defesa do ensino público e gratuito e pedido da libertação de estudantes presos no Brasil (JESUS, MAYER e CAMARGO, 2016, p. 252-253).

No que tange especificamente à política de assistência estudantil, ainda no contexto da década de 1970, “houve algumas tentativas de estruturação da AE em âmbito nacional, como por exemplo, a instituição do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 152). Segundo Andrés (2011), o DAE efetivou os programas de alimentação e moradia universitária como política. Por meio dele foram desenvolvidas ações de AE, como a bolsa voltada à execução de atividades laborais, denominada bolsa de trabalho e, ainda, a bolsa de estudo, que concedia determinado valor aos estudantes para que eles garantissem sua manutenção nas instituições

de ensino. A bolsa de estudo, diferentemente da bolsa de trabalho, não exigia a contrapartida de que o estudante trabalhasse. Além dessas duas modalidades de bolsas, foram desenvolvidas ações de AE voltadas para a oferta de alimentação, moradia e assistência médica aos estudantes (IMPERATORI, 2017). Entretanto, “no fim dos anos 1980, o DAE foi extinto e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino” (IMPERATORI, 2017, p. 288). É importante sinalizar, que as ações citadas acima foram elaboradas no contexto de um Estado de exceção, ignorando as reivindicações do movimento estudantil.

Somente a partir do contexto da chamada redemocratização brasileira, iniciada em 1985, as discussões sobre a AE foram retomadas e ganharam novos sujeitos, tais como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos – FONAPRACE. Este foi criado em 1987, a partir dos encontros realizados pelos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (DUTRA e SANTOS, 2017). Estes “se reuniram preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes (REVISTA FONAPRACE, 2012, p. 14). Portanto, o Fórum, elaborado como “um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)” (ANDRÉS, 2011, p. 5), foi desenvolvido com o objetivo de pensar e debater medidas de permanência para os estudantes das universidades federais, buscando também, propor ideias relacionadas às políticas de assistência para o MEC (LESSA, 2017).

Desse modo, Correio (2018) afirmou que o FONAPRACE iniciou no ano de 1994 “uma pesquisa amostral para traçar o perfil socioeconômico dos alunos matriculados nas universidades federais brasileiras, com a finalidade de criar uma política de assistência estudantil que atendesse às demandas dos estudantes” (CORREIO, 2018, p. 53). As pesquisas foram realizadas em dois períodos distintos: em 1996/1997 e em 2003/2004 (ANDRÉS, 2011, p. 5). Segundo Correio (2018), elas foram repetidas nos anos de 2010 e 2016. Entretanto, os resultados da primeira pesquisa foram “apresentados à ANDIFES e ao MEC ainda no ano de 1997” (CORREIO, 2018, p. 53).

De acordo com Dutra e Santos (2017), “os resultados dessas pesquisas terão um importante papel no processo de legitimação da AE em âmbito governamental” (p. 155). Segundo Andrés (2011):

Com base nos resultados da primeira pesquisa, o FONAPRACE, no final de 1999, solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no 1º Plano Nacional de Educação-PNE – tendo sido prontamente atendido pelo Deputado Nelson Marchezan, relator do PNE, que determinou a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa – trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (ANDRÉS, 2011, p. 5-6).

Além da inclusão da assistência estudantil no primeiro PNE, Dutra e Santos (2017), ressaltam que “a partir dos resultados dos primeiros levantamentos, o FONAPRACE elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, cuja versão final foi encaminhada para a Andifes em 4 de abril de 2001” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 155). No entanto, o documento não obteve sucesso no governo FHC, que efetivava uma política de desresponsabilização do Estado brasileiro com a educação superior pública (LESSA, 2017).

Em 2004, a UNE realizou um manifesto reivindicando a construção de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, reforçando a importância em assegurar a permanência dos estudantes nas IES (CORREIO, 2018). Entre as pautas reivindicadas, destacam-se às de “moradia, alimentação, creches, acessibilidade às pessoas com deficiência e acompanhamento médico, psicológico e odontológico” (CORREIO, 2018, p. 54).

É importante ressaltar, que alguns autores como Paiva (2011) e Franco (2012), salientam que a UNE assumiu um posicionamento favorável ao governo de Lula e a reforma universitária realizada pelo mesmo. De acordo com Paiva (2011), a UNE apoiou a candidatura de Lula e, com sua vitória, a entidade apoiou as ações do governo. Desse modo, Franco (2012), afirmou que a reforma da educação superior brasileira, realizada pelo governo PT sob a forma de decretos e medidas provisórias, aproximavam cada vez mais a educação superior aos moldes do sistema neoliberal. No entanto, todas as iniciativas gestadas, como, por exemplo, o PROUNI e o REUNI, foram “apresentadas pelo governo através de discursos democráticos e modernizantes” (FRANCO, 2012, p. 7), que foi assimilado pela corrente hegemônica que compõe a UNE. Assim, em concordância com Franco, Paiva (2011), diz que:

A UNE passou a defender um projeto de imposição de um modelo mercantil universitário, em que o diferencial, em relação ao governo FHC, é que estas diretrizes estavam sendo implementadas como se fossem iniciativas que visavam a democratização do acesso da população pobre à universidade (PAIVA, 2011, p. 114).

Portanto, de acordo com o exposto acima, notamos que, apesar dos movimentos de reivindicação por melhorias na educação superior que continuaram ocorrendo por meio da UNE, durante a gestão do PT, como no caso do manifesto reivindicando a construção de um Plano Nacional de Assistência Estudantil citado anteriormente, a UNE assumiu posição crítica

mais branda em relação às iniciativas postas em prática pelo governo Lula. Dessa forma, conforme citado por Franco (2012), a UNE adotou “uma postura omissa em relação aos impactos da reforma universitária em curso no Brasil” (FRANCO, 2012, p. 13).

Em relação à questão da assistência estudantil especificamente, durante o segundo mandato do presidente Lula da Silva, no ano de 2007, o documento referente ao “Plano Nacional para a Assistência Estudantil foi atualizado e tornou-se meta prioritária para o FONAPRACE (REVISTA FONAPRACE, 2012, p. 31). Conforme Correio (2018) apontou, “embasado em pesquisas realizadas em 1997 e 2004, o plano afirma que é necessário atender às necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, esporte, lazer, inclusão digital, transporte e apoio acadêmico aos estudantes (CORREIO, 2018, p. 54)”. Dessa forma, iniciou-se o processo de debates e discussões acerca da instituição da política de assistência estudantil junto ao MEC (REVISTA FONAPRACE, 2012).

2.3 – A assistência estudantil no governo neodesenvolvimentista petista: a implementação do PNAES e do PNAEST

Como foi apontado em seções anteriores, a política econômica implementada pelo governo PT começou a se modificar no final do primeiro mandato do Presidente Lula da Silva, a partir da instauração do PAC, voltado para o desenvolvimento de políticas sociais na área de infraestrutura. Portanto, o PAC pode ser caracterizado como o precursor no que tange ao conjunto de medidas sociais desenvolvidas pelo governo PT cujo objetivo, segundo o discurso oficial do governo, era a redução das desigualdades sociais. De acordo com Moraes (2009), “depois do anúncio oficial do Programa de Aceleração do Crescimento, o governo já sinalizou vários desdobramentos para o PAC” (MORAES, 2009, p. 5). No que diz respeito a área da educação, a autora cita que “em abril de 2007 lançou-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), imediatamente renomeado de PAC da educação” (MORAES, 2009, p. 5).

Como já citado anteriormente nesse trabalho, o PDE foi um plano de metas desenvolvido em prol da educação nacional em todos seus níveis. Em relação ao ensino superior, incorporou o PROUNI, ampliou o FIES e criou o REUNI. Entretanto, as três ações citadas foram criadas visando à expansão da oferta de vagas no ensino superior e, apesar de o texto que instituiu o REUNI, prever a ampliação da assistência estudantil, este não contemplava, satisfatoriamente, a questão da permanência. Desse modo, visando garantir a

permanência dos estudantes oriundos das classes subalternas nas instituições de ensino superior públicas federais, o PDE instituiu por meio da Portaria Normativa nº 39, do dia 12 de dezembro de 2007, o *Plano Nacional de Assistência Estudantil* – PNAES (BRASIL, 2007). O PNAES, como foi visto anteriormente, foi o resultado de um longo processo de reivindicação e luta pela construção de uma política de assistência estudantil de âmbito nacional, que teve como principais agentes reivindicadores a UNE e o FONAPRACE.

De acordo com Dutra e Santos (2017), a instituição do PNAES representou “um grande marco na história da luta pela AE no país, constituindo-se uma importante conquista para aqueles que batalharam pela incorporação dessa pauta na agenda governamental” (DUTRA e SANTOS, 2017, p 156). Assim como os autores citados, Imperatori (2017), afirmou que a criação do PNAES “tratou-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil” (IMPERATORI, 2017, p. 294).

Dessa forma, o PNAES é criado com o objetivo de auxiliar no processo de tentativa de democratização do ensino superior público federal, iniciado por meio da implementação do REUNI, segundo o discurso oficial. Para Saviani, o PNAES pode ser “definido como um desdobramento necessário da democratização do acesso propiciada pelo REUNI” (SAVIANI, 2009, p. 19). Assim, no que tange aos objetivos do PNAES, destaca-se:

A democratização das condições de permanência dos estudantes das IES públicas federais; a diminuição das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão no ensino superior; a minimização da taxa de evasão e promoção da inclusão social por meio da educação (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016, p. 768).

No que se refere às ações de AE determinadas pelo PNAES, estas consistem em iniciativas nas seguintes modalidades: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (VASCONCELOS, 2010).

Contudo, é importante ressaltar que, embora o PDE tenha proposto várias ações no campo educacional, o "plano" não assegurou recursos para os programas que foram criados. Em função disso, todos estavam condicionados à disponibilidade de recursos do Ministério da Educação. Isso, inclusive, foi um fator que impossibilitou a continuidade de várias das ações propostas, das quais, se destaca o PNAEST, que é o nosso objeto de análise. Após a sua criação, o MEC poderia disponibilizar editais determinando quais os recursos poderiam ser

gastos com o programa. Por outro lado, a adesão ao PNAEST era condicionada à implementação do *Sistema de Seleção Unificada - SISU* pelas universidades estaduais. Isso acarretou em que as IES recebessem alunos provenientes de várias regiões do país, embora os recursos não ocorressem em fluxo contínuo. A questão da descontinuidade da referida política fica evidente quando se observa que os editais referentes a ela foram lançados apenas nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Retornando ao PNAES, em relação ao público-alvo a ser atendido pela política, “o PNAES indicou a prioridade do atendimento para os: estudantes de graduação presencial, preferencialmente de primeira graduação, oriundos de escola pública e com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio” (BORSATO, 2015, p. 6). No entanto, é importante salientar que o atendimento a esse grupo era de caráter preferencial, não excluindo a possibilidade de as instituições definirem outros critérios para o direcionamento da verba (BORSATO, 2015).

No que tange à verba descentralizada para a execução da política do PNAES, de acordo com os autores Jesus, Mayer e Camargo (2016), esta correspondeu, no ano 2007, ao valor de 125.000.000,00 reais, que foi sendo ampliado nos anos seguintes. No entanto, FELIPPE (2018), ao realizar estudo sobre a execução do PNAES nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, no Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro, localizado na Cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que de acordo com os dados recolhidos no portal da transparência, “no ano de 2008, primeiro ano de vigência do PNAES, inicia-se a previsão de uma verba específica para a oferta da assistência estudantil, um pouco mais de 67 milhões de reais” (FELIPPE, 2018, p. 119). O referido autor também pontuou que a verba foi sendo ampliada com o passar dos anos, chegando ao ano de 2016 com o estabelecimento do valor de 1, 2 bilhões de reais. Em relação à instituição pesquisada pelo autor, esta recebeu, no espaço temporal estudado, os valores de R\$: 4.465.891, R\$: 4.311.565, R\$: 5.368.244 e R\$: 4.763.663 (FELIPPE, 2018).

No ano de 2010, a Portaria Normativa n° 39 foi transformada no Decreto n° 7.234, “instituído o PNAES nas universidades federais” (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016, p. 768). Conforme Imperatori (2017) ressaltou, a regulamentação por meio do decreto tornou o PNAES “um instrumento jurídico com mais força e que permitiu maior estabilidade ao programa” (IMPERATORI, 2017, p. 296). Nesse contexto de transformação de portaria para decreto, Correio (2018) salientou que:

De acordo com o Decreto nº 7.234, de 2010, as despesas do programa correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente registradas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, precisando o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de estudantes atendidos com as dotações orçamentárias existentes, vistos os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira em vigor (CORREIO, 2018, p. 49).

Um fato importante a ser ressaltado é que “antes da aprovação do Pnaes, cabia a cada Universidade definir no momento da elaboração de seu orçamento, uma parte do total de recursos estipulados a ela pelo MEC, para a Assistência Estudantil” (BORSATO, 2015, p. 8). No entanto, com a implementação da política, as ações de AE passam “a ter a previsão de recursos financeiros direta no orçamento do Ministério da Educação, descrito na previsão orçamentária de cada universidade, como [...] um recurso para ser utilizado exclusivamente em ações de assistência estudantil” (BORSATO, 2015, p. 8).

Visto isso, não podemos negar que a implementação do PNAES representou uma conquista no que tange a regulamentação da política de AE. Todavia, essa regulamentação só abrangeu o ensino superior público federal, não atendendo às IES públicas estaduais e municipais que, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, também compõem o conjunto de IES públicas brasileiras.

Nesse cenário de tentativa em contribuir para a permanência no ensino superior público brasileiro, no dia 28 de dezembro de 2010, foi criado também pelo MEC, por meio da Portaria Normativa nº 25, o *Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais* – PNAEST. Dessa forma, ampliou-se as ações de AE para as instituições estaduais de ensino superior. Assim como o PNAES, o PNAEST foi instituído com a finalidade de expandir as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual (BRASIL, 2010). Segundo o artigo 1, inciso primeiro, da Portaria Normativa MEC nº 25, são objetivos do PNAEST:

I – fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; IV – aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes; V - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

No que tange às áreas a serem atendidas pelo PNAEST, estas dizem respeito às mesmas elencadas pelo PNAES: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e permanência de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Tanto no caso do PNAES como no PNAEST, as ações desenvolvidas por essas duas políticas têm por meta o atendimento prioritário de estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, o que caracteriza a sua estratégia de focalização⁷. Além disso, segundo ambos os documentos, cabem às instituições de ensino superior, a definição dos critérios de utilização e a metodologia de seleção dos graduandos a serem beneficiados (BRASIL, 2010).

De acordo com Dutra e Santos (2017), as bases das concepções da AE se fundamentam “em alguns pares de oposição, tais como: gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade, etc” (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 162). Dito isto, ao analisarmos as políticas de AE instituídas nos anos 2000, por meio do PNAES e do PNAEST, entendemos que ambas se fundamentaram na concepção da AE como um investimento, um direito social, todavia, voltado para um determinado público e baseado na lógica do amparo às necessidades básicas dos estudantes. Portanto, notamos que as bases que configuraram a AE no Brasil estão relacionadas às ideias de investimento, direito, seletividade e recursos mínimos.

Nesse contexto, conforme citado no trabalho de Dutra e Santos (2017), alguns autores como Silveira (2012), Nascimento e Arcoverde (2012) e Leite (2008 e 2012), criticam essa concepção de AE. Essas críticas estão associadas ao caráter focalizado e seletivo desta, isto é, ao fato de a AE ser uma ação voltada para apenas um grupo, que seriam os estudantes socioeconomicamente pauperizados. Esses autores defendem que a AE deveria ter um caráter universal, atendendo a todos os estudantes, de acordo com a necessidade apresentada pelos mesmos (DUTRA e SANTOS, 2017). Dito isto, consideramos importante ressaltar que, assim como defendido pelos autores referenciados, acreditamos também em uma política de assistência estudantil de caráter universalista, isto é, que atenda a todos os estudantes, segundo as suas necessidades. Além disso, entendemos que é de suma importância que, além de medidas como bolsas auxílios, sejam desenvolvidas ações de assistência estudantis voltadas para o coletivo, como no caso do oferecimento de restaurantes, alojamentos e creches universitários.

Ainda sobre o PNAES e o PNAEST, verificamos que, apesar de ambas as políticas possuírem pontos similares tais como: o objetivo em expandir as condições de acesso,

⁷ De acordo com Montañó (2002), trata-se de políticas que não possuem um viés universalista, voltadas para um público determinado, com o objetivo de reduzir a ação do Estado nesse campo, ou, no qual, o perfil, em geral, é determinado por seus financiadores.

permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública, o desenvolvimento de ações de AE em áreas pré-estabelecidas e o atendimento preferencial à estudantes de acordo com determinado recorte socioeconômico, existe uma questão que as diferencia, esta diz respeito à forma de utilização da verba pelas IES. Assim, no que se refere ao PNAES, as instituições federais podem fazer uso da verba para fins de bolsificação, ou seja, as IES podem desenvolver ações de AE em formato de bolsas auxílios em que realizam a transferência direta do dinheiro para o estudante. De acordo com Felipe (2018), no Instituto Federal Fluminense pesquisado por ele “a maioria absoluta do dinheiro foi utilizada para o pagamento de bolsas diretamente aos estudantes” (FELIPPE, 2018, p. 122).

A questão colocada acima corrobora com a afirmativa de que a verba oriunda do PNAES pode ser utilizada para fins de bolsificação, o que foi vetado no PNAEST, diferenciando assim os dois programas. De acordo com o artigo 3, inciso 1, da Portaria Normativa MEC nº 25: é vedada a utilização dos recursos do PNAEST para concessão de bolsas e benefícios pecuniários similares diretamente aos estudantes (BRASIL, 2010). Portanto, a verba do programa não poderia ser utilizada para fins de transferência direta aos estudantes, o que excluiu a possibilidade de criação de ações de AE relacionadas às bolsas auxílios, como também limitou a utilização da verba para a execução de outras ações, como o auxílio moradia, por exemplo, como veremos mais adiante.

É importante ressaltarmos que a questão da utilização da verba do PNAES foi uma das pautas abordadas no III Seminário de Assistência Estudantil da UNE, realizado em maio de 2014 na Universidade Federal de Ouro Preto. De acordo com uma matéria lançada na página da UNE, o referido seminário resultou no lançamento de uma campanha em prol da assistência estudantil, intitulada “*Entrar, Permanecer e Disputar a Concepção das Políticas de Assistência e Permanência Estudantil*”, que tinha dois objetivos: a ampliação dos recursos para a AE e o combate a utilização da verba do PNAES para pagamento de bolsas ligadas a execução de atividades administrativas nas IES, isto é, para o pagamento de bolsa trabalho. Assim, apesar de defender a utilização da verba para a implementação de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, a matéria chama a atenção para o fato de que a ampliação da verba deveria ter por meta, a criação de ações de AE, como bandeirão, creches, rede wi-fi livre, apoio psicopedagógico e moradia estudantis, ou seja, havia uma defesa pelo desenvolvimento de ações de AE voltadas para o coletivo, contrariando o estabelecimento de um único modelo de AE, de caráter individualista, como é o caso da bolsificação.

Retornando a discussão do PNAEST, no que refere à forma de adesão da política pelas IES públicas estaduais, um dos requisitos para as instituições concorrerem aos editais do programa e assim, receberem os recursos oriundos dele, era a obrigatoriedade de adesão do *Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM* e do *Sistema de Seleção Unificada – SISU* (ENEM/SISU), como já foi mencionado anteriormente. É importante salientar, que o ENEM/SISU se caracteriza por uma política de acesso ao ensino superior criada no ano de 2009 e executada a partir de 2010. Por meio dela, passou-se a oferecer bolsas de estudos em IES privadas e a reservar vagas nas IES públicas para estudantes que participavam do ENEM (SANTOS et al, 2017).

As instituições interessadas na adesão do PNAEST deveriam apresentar um plano de trabalho no prazo fixado no Edital do SISU, descrevendo a forma de aplicação dos recursos pretendidos, a partir das exigências expressas na Portaria Normativa MEC nº 25. Assim, o PNAEST seria ofertado por meio de editais, lançados de acordo com a disponibilidade de verba orçamentária do governo para tal programa e firmados por meio de convênios (BRASIL 2010). Segundo Junior (2018), o repasse da verba seria realizado “mediante submissão de projetos no valor correspondente ao que tem direito cada IES, por meio do Sistema de Convênios (SICONV) do Ministério do Planejamento/Governo Federal” (JUNIOR, 2018, p. 10).

Dessa forma, no que se refere aos recursos a serem repassados para as IES que tivessem seus projetos aprovados, o PNAEST trazia uma faixa de financiamento. De acordo com a portaria normativa 25, os recursos do PNAEST estavam relacionados ao número de vagas que a instituição oferecia através do SISU. Desse modo, as IES que oferecessem até 200 vagas por meio do SISU, receberiam o valor de até 150 mil reais. Já aquelas que ofertassem o número de vagas entre 201 e 1000, poderiam receber uma verba de até 750 mil reais, enquanto as IES que tivessem acima de 1000 vagas, chegariam a receber o valor de até 1,5 milhão de reais. Além disso, havia também uma bonificação, oferecida de acordo com a porcentagem de vagas ofertadas pela IES na primeira edição do SISU de cada ano. Assim, as IES que ofertassem entre 50% e 80% do total das vagas, receberia uma bonificação de até 30% sobre o valor estabelecido. Já as IES que ofertassem acima de 80%, a bonificação seria de até 50% sobre o valor repassado (BRASIL, 2010). Nesse sentido, o PNAEST tinha por objetivo, em última instância, 'induzir ' a ampliação do número de vagas nas IES estaduais, sem, contudo, garantir o fluxo contínuo de recursos.

Em síntese, notamos que as políticas PNAES e PNAEST foram desenvolvidas na década de 2000 como ações que dariam suporte a expansão do ensino superior iniciada pelo governo Lula. Dessa forma, observamos que, assim como as demais políticas implementadas pelo governo PT, no contexto denominado de “neodesenvolvimentismo”, a política de assistência estudantil, foi instituída sob o discurso de atenuação da desigualdade social, representada pelo desnivelamento nas condições de permanência na educação superior, vivenciada pelos estudantes oriundos das camadas com baixa condição socioeconômica que, historicamente, vieram sendo excluídas dessa modalidade de ensino.

No que se refere ao caráter redistributivo das políticas sociais criadas durante o referido governo, as políticas de assistência estudantil PNAES e PNAEST também estimulam o consumo e as parcerias público-privadas, dentro dos marcos do chamado projeto social-liberal (ANTUNES, 2018) com o qual o Partido dos Trabalhadores se identificava. Apesar de compreendermos que as bolsas auxílios representam um meio de garantia da permanência dos estudantes nas IES, não podemos deixar de ressaltar, que este modelo de AE estimula o consumo, uma vez que essas bolsas são utilizadas para o pagamento de alugueis de imóveis, compra de alimentação ou pagamento de mensalidades em creches privadas, estimulando assim, as várias frações do setor empresarial.

A questão abordada acima fica evidente em alguns editais que as IES públicas lançam, ofertando vagas para a adesão do auxílio creche, por exemplo. Assim, ao analisarmos os editais lançados pela Universidade Federal Fluminense - UFF⁸ e pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM⁹, voltados para essa medida de AE, observamos que há o direcionamento para que o valor recebido seja utilizado exclusivamente para o pagamento de mensalidades de creches, sendo vedado o pagamento de pessoa física, como no caso de uma prestadora de serviços. Portanto, esses editais corroboram a afirmativa de que a verba pública, representada aqui por meio da bolsa auxílio, acaba sendo utilizada de forma a estimular segmentos do setor empresarial.

No que tange, especificamente, ao PNAEST, o processo de transferência direta da verba ao estudante é proibido, portanto, não se pode fazer uso da verba do programa para fins de bolsificação, como no PNAES. No entanto, enquanto a política fecha as portas para o

⁸ Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/informes/programa_auxilio_creche_2019_.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

⁹ Disponível em: <https://progesp.ufam.edu.br/programas-e-auxilios/auxilio-academico/62-departamento-de-assistencia-estudantil-daest/314-edital-001-2019-auxilio-creche.html>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

consumo direto do estudante para com o comércio, esta estimula o processo de privatização, ao permitir que a verba do programa seja utilizada para o pagamento de serviços de alimentação e moradia ofertados por restaurantes e imobiliárias, por exemplo. Desse modo, o PNAEST possibilita que as IES públicas estaduais contratem empresas, via processo licitatório, que ofereçam serviços que atendam às necessidades estudantis, como moradia e alimentação, por exemplo, fazendo uso da verba do programa para o pagamento dessas empresas.

Portanto, podemos aferir que as políticas de assistência estudantil desenvolvidas pelo governo PT reforçam o que Pfeifer (2014), salientou em relação ao papel do Estado como “o grande consumidor dos bens e serviços sociais mercantilizados” (p. 757). É importante salientar, que essa mudança no papel do Estado teve sua gênese na instauração da Reforma do Estado brasileiro de 1995, abordada no capítulo anterior, que teve como uma de suas bases o processo de terceirização. Desse modo, ao transferir para o setor privado serviços auxiliares como o de limpeza e alimentação, por exemplo, permitiu-se que algumas ações de assistência estudantil, como a do âmbito da alimentação, fossem desenvolvidas por meio de restaurantes privados que funcionam no interior do espaço universitário público, reforçando assim, as parcerias público e privado e, garantindo o funcionamento e manutenção de empresas da esfera particular por meio da verba pública.

Desse modo, compreendemos que, assim como foi dito na primeira seção desse trabalho, que, as políticas de assistência estudantil deveriam ser desenvolvidas com o objetivo principal de promoção da diminuição das desigualdades de permanência e exclusão dos seguimentos socioeconomicamente pauperizados das IES públicas brasileiras. Entretanto, constatou-se que estas se enquadram no modelo neodesenvolvimentista de promoção de políticas sociais voltadas para o desenvolvimento econômico e, que, atendem de forma pontual, às demandas dos estudantes pertencentes às classes subalternas. Desse modo, Junior (2018) apontou que:

Mesmo sob a aparência de resolubilidade imediata para as vidas dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, os referidos programas, também são funcionais ao capital, na medida em que injetam recursos diretos nas relações comerciais locais, ao repassarem os recursos financeiros para os estudantes e fomentarem a contratação de aluguéis e serviços de alimentação na iniciativa privada (JUNIOR, 2018, p. 8).

Em suma, verificamos que a relação entre educação e desenvolvimento econômico, tão debatida no que se refere ao oferecimento dos serviços educacionais via rede privada e o financiamento das empresas educacionais privadas por meio da verba pública, como nos casos

do FIES e do PROUNI, se encontram presentes também no que tange às políticas de assistência estudantil. Assim, verificou-se a predominância da lógica do mercado e a valorização do setor empresarial, impregnada em todas as ações desenvolvidas no âmbito da educação de nível superior, no contexto do governo PT. Contudo, é importante registrar que estas ações foram sendo desenvolvidas sob um discurso de democratização do acesso e da permanência no ensino superior.

No entanto, apesar de toda a situação retratada e críticas feitas, não podemos negar que a expansão do ensino superior permitiu que um grupo de estudantes, antes excluído desse nível de ensino, pudesse começar a adentrar nesse espaço. Assim, conforme Andrés (2011), “a partir dos anos 90, o que se pode dizer é que o alunado de ensino superior alcançou expansão inédita em comparação com as décadas precedentes, pressionando naturalmente por mais ajuda estudantil” (ANDRÉS, 2011, p. 6). Desse modo, além de representar uma vitória no que diz respeito à regulamentação da AE em âmbito governamental, a instituição dos programas de assistência estudantil analisados representou também uma tentativa de garantia desse novo alunado em acessar, permanecer e concluir seus estudos em nível de graduação, embora com muitas limitações.

No que se refere especificamente ao PNAEST, entendemos que a implementação do referido programa representou uma conquista para o ensino superior público estadual e um reconhecimento da importância que as IES estaduais ocupam no campo do ensino superior público, especialmente, nas regiões localizadas no interior dos estados brasileiros. Neste sentido, Silva et al sugerem que:

Embora grande parte da revisão bibliográfica sobre o ensino superior esteja centrada no sistema federal de ensino, as universidades estaduais, historicamente, vêm ocupando um papel estratégico na ampliação do acesso ao ensino superior, principalmente para alunos localizados no interior dos estados, antes da implementação do REUNI (SILVA et al, 2018, p. 93).

Portanto, notamos que, a instituição do PNAEST se caracterizou com uma tentativa de expansão da política de assistência estudantil para todas as IES públicas estaduais brasileiras. No que tange, especificamente, ao Estado do Rio de Janeiro, este é responsável por três instituições de ensino superior, sendo duas universidades e um centro universitário. São elas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, criada em 1950, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, criada no ano de 1993 e Fundação Centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro – UEZO, criada em 2002.

É importante sinalizar que, a UERJ e a UENF, se tornaram, em 2003, “pioneiras na implantação das ações afirmativas por meio da Lei Estadual nº 4.151, que instituiu reserva de vagas para o ingresso de alunos pretos, pardos e oriundos da rede pública de ensino nas universidades estaduais do Estado do Rio de Janeiro” (SILVA et al, 2018, p. 94). A UEZO, após ser criada, também inseriu a política de ação afirmativa.

A Lei de Ação Afirmativa nº 4.151, em 2008 foi revogada pela Lei nº 5.346. Assim, a referida lei passou a visar a reserva de vagas nas IES do Estado Rio de Janeiro, para estudantes negros e indígenas, alunos oriundos de escolas públicas, pessoas que apresentam alguma deficiência e estudantes que sejam filhos de militares mortos ou incapacitados em serviço. Além de garantir a reserva de vagas para grupos historicamente excluídos, a lei 5.346 passou a prever que esses alunos recebam uma bolsa-auxílio, atualmente no valor de 500,00 reais, visando a sua permanência na universidade (RIO DE JANEIRO, 2003). Portanto, a bolsa auxílio cota se tornou uma ação de AE que passou a ser ofertada pelas IES públicas do Estado do Rio.

Em relação ao PNAEST, das três instituições citadas, apenas a UENF e a UEZO, aderiram ao programa. Como citado anteriormente, o principal critério para a IES estadual aderir ao PNAEST dizia respeito a participação desta no sistema ENEM/SISU. Nesse sentido, a UERJ, por ter vestibular próprio, não acolheu o sistema ENEM/SISU e, portanto, não se caracterizou como uma instituição apta para concorrer aos editais do referido programa.

Cabe aqui salientar que, mesmo sem aderir ao PNAEST, a UERJ, desde a década de 1990, tentou desenvolver ações direcionadas à assistência estudantil. De acordo com Lessa (2017), entre os anos de 1993 e 1996, esteve em vigor na universidade, uma bolsa auxílio denominada de bolsa incentivo. Esta foi criada com o objetivo de oferecer condições de permanência para os estudantes que obtinham isenção da taxa de inscrição do exame vestibular e alcançassem aprovação no mesmo. Desse modo, Lessa afirma que:

O primeiro aluno isento do pagamento de taxa de inscrição e aprovado no vestibular, ou seja, aquele que havia comprovado impossibilidade de pagar o processo seletivo, tinha acesso a uma bolsa de apoio para a permanência pelo período de dois anos, renovável por mais um, além de receber material didático do curso e de contar com professor tutor, responsável por seu acompanhamento acadêmico pelo período de duração da bolsa (LESSA, 2017, p. 167).

A referida bolsa foi considerada como a primeira ação voltada para o atendimento de estudantes oriundos das camadas subalternas, da instituição. No entanto, como foi citado anteriormente, a iniciativa teve um período curto de duração, além de se configurar como uma

ação limitada ao contemplar apenas um aluno de cada curso (LESSA, 2017). Após essa iniciativa, a UERJ ficou por um grande período sem dispor de ações voltadas para esse fim, como pode ser notado na afirmação de Lessa (2017) salientando que, “há um significativo lapso de tempo entre essa proposta inicial e a implementação das cotas” (LESSA, 2017, p. 167-168).

Todavia, com a implementação das cotas em 2003 e antes da instauração da bolsa auxílio cota em 2008, a UERJ voltou a criar ações direcionadas à AE. Dessa forma, o estudante cotista passou a ter uma bolsa auxílio, sem valor mencionado, “acesso ao material didático [...], “acesso às atividades acadêmicas instrumentais, culturais e, por fim, o passe livre universitário no município do Rio de Janeiro” (LESSA, 2017, p. 168). Além disso, no ano de 2011, a instituição passou a oferecer assistência estudantil no âmbito da alimentação, por meio de um restaurante universitário (LESSA, 2017).

Retornando aos casos da UENF e da UEZO, como já mencionado, ambas as instituições concorreram aos editais, os vencendo e, portanto, conquistando o direito de firmarem convênio com o governo federal. A partir disso, tiveram recursos disponibilizados para o desenvolvimento de suas ações de assistência estudantil. Em função disso, é objetivo do presente estudo, analisar a implementação do PNAEST na UENF, escolhida como *locus* de estudo em função desta ter sido a única instituição universitária estadual pública no Rio de Janeiro a implementar o PNAEST.

2.4 – A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

O campus principal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF localiza-se na cidade de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense. A referida cidade “vem se destacando pela expressiva concentração de inúmeras instituições de ensino superior” (BOROWSKY, 2018, p. 57). No que se refere à educação superior pública, possui quatro instituições: Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM, que oferece apenas uma graduação, a Licenciatura em Pedagogia; o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF, que oferta um total de 15 graduações a nível de bacharelado, licenciatura e cursos de tecnologia e 9 cursos de pós-graduação a nível lato e strictu sensu; A Universidade Federal Fluminense – UFF, que atualmente possui 9 graduações, 3 licenciaturas e 6 bacharelados e 5 pós-graduações, duas

strictu sensu e três lato-sensu; e a UENF, que possui 19 cursos de graduação em nível de licenciatura e bacharelado, sendo 16 presenciais e 3 na modalidade a distância - EAD e 17 programas de pós-graduação.

Em relação ao polo universitário da Cidade de Campos dos Goytacazes, este é formado por um conjunto de cinco instituições, três oriundas da rede privada e duas públicas. As universidades privadas são a Universidade Cândido Mendes - UCAM, Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e Universidade Estácio de Sá – UNESA. Como visto anteriormente, a UENF e a UFF formam o polo universitário público da cidade. A UFF foi a primeira universidade pública a ser instalada na Cidade de Campos e suas atividades tiveram início “em 1962, somente com o curso de graduação em Serviço Social e, em 2009, criou novos cursos de graduação presencial” (BOROWSKY, 2018, p. 57).

No entanto, a presença da UFF na cidade de Campos se fez por meio de um polo universitário, sendo sua sede principal situada na Cidade de Niterói. Desse modo, até o início da década de 1990, a cidade de Campos não possuía uma universidade em que sua sede fosse localizada na região. Assim sendo, sua criação passou a ser “proposta por iniciativa dos movimentos sindicais, de lideranças políticas regionais, da imprensa local e, sobretudo, da população campista” (SILVA et al, 2018, p. 94). Estes realizaram uma mobilização pública, por meio de um abaixo assinado, que reuniu quase 8.000 assinaturas (SILVA et al, 2018). Dessa forma, a partir dessa mobilização pública, a população de campos conquistou o direito de criação da UENF por meio da Constituição Estadual do ano de 1989 (REZENDE, 2017).

Assim, “em 27 de fevereiro de 1991, por meio do Decreto nº 16.357, foi estabelecido o Estatuto da UENF” (REZENDE, 2017, p. 194). É importante sinalizar, que nesse período, quem governava o Estado do Rio de Janeiro era “o Governador Leonel Brizola, eleito em 1990. Este designou o antropólogo Darcy Ribeiro como responsável pela implantação da UENF” (SILVA et al, 2018, p. 94). Dessa forma, o projeto de criação da UENF que, a princípio, dizia respeito ao agrupamento das IES existentes da cidade de Campos, tomou um rumo totalmente diferente com a liderança de Darcy Ribeiro (REZENDE, 2017).

Portanto, dada a autonomia nas mãos de Darcy, este “instaurou um modelo inovador, com uma estrutura apoiada em laboratórios de pesquisa e não em departamentos [...]. Nesse sentido, conforme Rezende (2017) afirmou:

A proposta de criação da UENF trouxe várias inovações, entre elas a adoção de uma estrutura administrativa simples, composta pela Reitoria, três Pró-Reitorias (de graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão e Assuntos Comunitários), quatro centros e trinta laboratórios. Os centros são os responsáveis por conduzir as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os laboratórios foram formados conceitualmente para serem multi e transdisciplinares, o que significou adotar um modelo totalmente diferente das configurações dos departamentos existentes nas demais instituições brasileiras (REZENDE, 2017, p. 195).

Outro aspecto que diferenciava a UENF das demais IES dizia respeito ao fato de, “desde o início de seu funcionamento, a universidade possuir um corpo docente integralmente composto por doutores” (SILVA et al, 2018, p. 94). Em função disso, esta se tornou a “primeira instituição no Brasil em que todos os servidores docentes deveriam ter doutorado e estar 100% em regime de dedicação exclusiva (DE)” (REZENDE, 2017, p 196).

A UENF teve sua primeira turma em 16 de agosto de 1993, data que ficou estabelecida como a da implantação da universidade (REZENDE, 2017). A UENF, hoje com 26 anos de existência e “em franco processo de consolidação, tem sido apresentada como um exemplo de excelência no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão” (SILVA et al, 2018, p. 94).

Segundo o Plano Orientador (1999) da instituição, umas das metas estabelecidas para UENF referia-se à sua expansão para regiões vizinhas ao município de Campos. Dessa forma, conforme citado no plano:

A Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF deverá dispersar-se por diversos municípios da região. Assim é porque, já no seu ato de instituição, foi escrito o compromisso de implantar centros de ensino de Engenharia na cidade de Itaperuna, de Veterinária em Pádua e de Ciências Agrárias em Itaocara. É recomendável que também instale núcleo de estudo e de pesquisa de Engenharia do Petróleo e do Gás na cidade vizinha de Macaé (Plano Orientador, 1999, p. 16-17).

Portanto, ao analisarmos essa parte do documento, percebemos que a partir da implantação da UENF na região Norte Fluminense, o objetivo seria o de continuar promovendo a expansão do acesso ao ensino superior nessa região e nas vizinhas, por meio da abertura de novos polos da instituição, em outras regiões. No entanto, dentre todos os polos citados pelo plano, apenas o de Macaé foi implementado. Hoje, ele é uma extensão do campus da UENF na cidade de Macaé, oferecendo dois cursos de graduação a nível de bacharelado nas áreas de Engenharia do Petróleo e Meteorológica.

Atualmente a instituição possui 19 cursos de graduação distribuídos por diferentes áreas (biológicas, humanas e engenharias). Além disso, possui 17 programas de pós-graduação, 16 strictu sensu e 1 lato sensu (SILVA et al, 2018). Desse modo, a universidade vem atendendo a um total de 7.668 estudantes distribuídos nesses cursos, sendo 59,7%

mulheres e 40,3% homens, cumprindo assim seu papel no que tange a interiorização do ensino, pesquisa e extensão na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro (REZENDE, 2017).

Após essa breve apresentação do *lócus* de estudo da presente pesquisa, o terceiro e último capítulo desse trabalho dissertativo se atentara em abordar o objeto de estudo dessa pesquisa, o PNAEST. Desse modo, no próximo capítulo buscaremos desenvolver a descrição e análise do processo de implantação e execução do PNAEST na UENF.

CAPÍTULO 3 – A implementação do PNAEST na UENF

O objetivo deste capítulo consistiu em problematizar o processo de implementação e execução do PNAEST na UENF. Primeiramente, discutimos os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa, assim como os resultados obtidos a partir dos dados coletados. Posteriormente, com o objetivo de enriquecer a discussão, realizamos um mapeamento das ações de assistência estudantil oferecidas pela universidade antes da adesão ao PNAEST, assim como as que ainda estão em processo de tentativa de implementação.

3.1 – Referencial teórico-metodológico

A fim de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, o presente estudo foi desenvolvido por meio da abordagem de cunho quanti-qualitativo. Essa abordagem, também denominada de método misto, se caracteriza pela “[...] real integração ou conexão dos dados quantitativos e qualitativos” (CRESWELL, 2010, p. 39). Conforme Minayo (2011) assegurou, as abordagens qualitativa e quantitativa “não são incompatíveis, [...] entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2011, p. 22). Desse modo, a parte qualitativa desse estudo está relacionada à realização de entrevistas, análise de documentos e levantamento bibliográfico. Na parte quantitativa, foi realizado o levantamento de dados referentes aos valores disponibilizados por meio da verba do PNAEST, assim como, o número de ações de AE criadas.

A partir disso, o percurso metodológico dessa pesquisa consistiu, primeiramente, no levantamento e na leitura da bibliografia sobre o tema proposto e seus desdobramentos, a fim de aprimorar o embasamento teórico do trabalho. De acordo com Gerhardt e Silveira:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).

Paralelamente ao levantamento bibliográfico, foi iniciada a inserção no campo de pesquisa, com o objetivo de coletar dados relacionados à implementação e execução do PNAEST na UENF. Inicialmente, acreditamos que as informações relacionadas a esta política seriam encontradas no setor da universidade responsável pelo empréstimo das bicicletas disponibilizadas aos estudantes, já que esta foi uma das ações de AE criadas por meio da adesão do PNAEST na universidade. No entanto, a responsável pelo setor afirmou que desconhecia o PNAEST e nos encaminhou para outro setor, no qual o responsável poderia nos conceder as informações necessárias.

Chegando ao setor informado, o responsável pelo mesmo solicitou o envio de uma comunicação interna – CI pelo Programa de Pós-Graduação ao qual a pesquisadora está vinculada. Por meio da CI, deveriam estar listadas as informações necessárias para a realização do estudo. É importante ressaltar que o responsável pelo setor afirmou não poder conceder nenhuma informação sem o envio desse documento.

Como foi requisitado, foi elaborada uma CI pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, apresentando a pesquisadora, bem como o objeto e objetivo da pesquisa. Além disso, foi enviado em anexo à carta, o roteiro com as perguntas a serem respondidas. A CI foi entregue ao solicitante no dia 31 de janeiro de 2019. Entretanto, ao invés do roteiro ter sido respondido, no dia 12 de fevereiro de 2019, a pesquisadora recebeu o telefonema da responsável pelo primeiro setor visitado, informando o endereço de e-mail da antiga Pró-Reitora de Graduação, que foi apontada como a principal responsável pela implementação do PNAEST na instituição. A partir do contato e da realização da entrevista com a referida Pró-Reitora, iniciou-se o levantamento das informações referentes à implementação e à execução do programa na UENF.

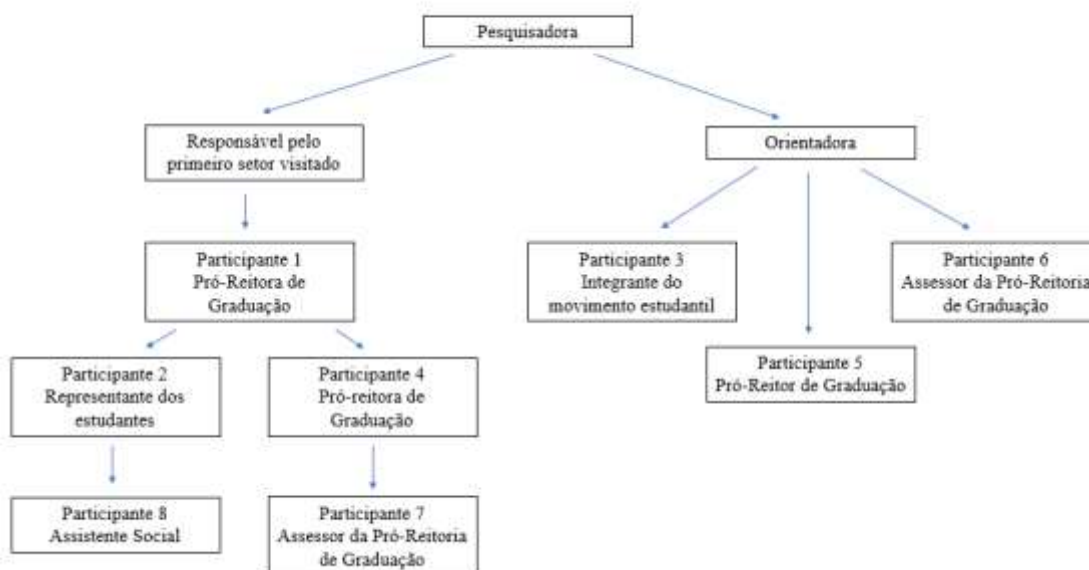
Portanto, no que tange ao campo de pesquisa, a primeira etapa consistiu na realização de entrevistas individuais, de estrutura semiaberta, com pessoas que estiveram envolvidas no

processo de adesão do PNAEST na UENF. No que diz respeito à entrevista, de acordo com Vergara (2012), esta “é uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo” (VERGARA, 2012, p. 3).

Em relação à entrevista do tipo individual, esta é caracterizada por ser uma “conversação um a um, uma interação díade. Espera-se que uma pessoa, o entrevistador, faça as perguntas; e espera-se do outro, o entrevistado, que responda a elas.” (GASKELL, 2002, p. 74). Nas palavras de Bogdan e Biklen (1994), a entrevista em profundidade (individual) tem por objetivo a compreensão do pesquisador sobre o que determinadas pessoas pensam a respeito de um assunto. Em relação à estrutura de entrevista, utilizou-se a semiaberta, pois, apesar de ser focada em determinado assunto, permite que sejam realizadas “inclusões, exclusões, mudanças em geral nas perguntas e explicações ao entrevistado [...]” (VERGARA, 2012, p. 9).

Dessa forma, a fim de alcançar os objetivos desse trabalho, foram realizadas oito entrevistas. As entrevistas foram realizadas com três antigos pró-reitores de graduação da instituição, dois antigos assessores da pró-reitoria de graduação, uma assistente social e dois ex membros do movimento estudantil da universidade. É importante salientar que foi realizado o contato com uma terceira ex assessora da referida pró-reitoria, no entanto, esta não aceitou participar da pesquisa. Além disso, tentou-se contactar outro antigo gestor da instituição, que não respondeu aos e-mails enviados.

Os oito participantes da pesquisa e os outros dois potenciais participantes foram sendo contactados por meio de um processo de indicação. Desse modo, a escolha dos oito entrevistados se deu por amostragem bola de neve, caracterizada por uma “[...] amostra que utiliza cadeias de referências, isto é, [...] recorre-se a documentos e/ou informantes-chaves, a fim de localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa” (VINUTO, 2014, p. 203). Assim, na figura abaixo indicou-se como a seleção ocorreu:



**Figura 1: Seleção dos entrevistados, de acordo com o método bola de neve.
Fonte: Formulação da própria autora do estudo.**

A todos os potenciais participantes, foram enviados e-mails apresentando a pesquisadora, explicando a pesquisa e fazendo o convite para a participação na mesma. Nos casos de aceite de participação, foram marcados encontros dentro da própria UENF para a realização dessas entrevistas. Desse modo, as oito entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2019, como pode ser visualizado no quadro abaixo que lista a relação dos participantes da pesquisa e as datas das entrevistas concedidas.

Quadro 2: Relação dos participantes e datas de entrevistas

Cargo	Dia da Entrevista
Participante 1 – Antiga Pró-Reitora de Graduação	27 de fevereiro de 2019
Participante 2 – Antigo Representante dos estudantes	21 de maio de 2019
Participante 3 – Antiga Integrante do movimento estudantil	27 de maio de 2019
Participante 4 – Antiga Pró-Reitora de Graduação	04 de abril de 2019
Participante 5 – Antigo Pró-Reitor de Graduação	10 de abril de 2019
Participante 6 – Antigo Assessor da Pró-Reitoria de Graduação	24 de setembro de 2019
Participante 7 - Antigo Assessor da Pró-Reitoria de Graduação	01 de outubro de 2019
Participante 8 – Assistente Social	14 de novembro de 2019

Fonte: Formulação própria da autora deste estudo.

Em relação ao número adequado de realização de entrevistas individuais para a execução de uma pesquisa, Vergara (2012) afirmou que:

Existem autores que consideram 15 um número mínimo para entrevistas e 25 um número máximo adequado. Esses limites não podem, contudo, ser tomados ao pé da letra. [...]. Tudo depende do problema da investigação, da metodologia escolhida e da representatividade dos entrevistados (VERGARA, 2012, p. 6).

Nesse sentido, utilizamos a afirmativa da autora quanto ao número de entrevistados depender do problema da investigação e da representatividade dos entrevistados para explicar o número de participantes dessa pesquisa. Como já foi citado nesse trabalho, o objetivo principal do estudo consistiu na investigação de como ocorreu o processo de implementação e execução do PNAEST na UENF. Sendo assim, para se alcançar esse objetivo, foram ouvidas as pessoas indicadas que estiveram realmente envolvidas com todo o processo ou, ao menos tiveram contato com o Programa em função dos cargos ocupados na instituição. É importante lembrar que, como foi já citado acima, algumas pessoas que foram indicadas se recusaram a participar do presente estudo. Além disso, a partir de determinado momento, verificamos que as informações começaram a se repetir, o que nos levou a entender que a primeira etapa do estudo havia sido cumprida.

Dessa forma, a fim de complementar as informações obtidas por meio das entrevistas, iniciou-se o processo de análise dos documentos relacionados ao PNAEST. Foram analisados a Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010, os termos de convênio referentes a adesão do PNAEST pela UENF, assim como os planos de trabalho que a UENF submeteu com o objetivo de garantir o direito de adesão ao Programa. Os termos de convênio e os planos de trabalho foram encontrados por meio de pesquisa no Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil em 3 de dezembro de 2019. Neste, também foi possível levantar os dados referentes aos valores gastos com cada ação de AE desenvolvida na UENF através do programa. Além disso, foi realizada uma pesquisa na página da UENF, com o objetivo de levantar informações a respeito das ações de AE ofertadas pela instituição, anteriores a adesão do PNAEST. Visando complementar essas informações, foram analisados o Plano Diretor da instituição, as atas de reunião do Conselho Universitário da UENF – CONSUNI de dezembro de 2010 e setembro de 2015 e do Colegiado Acadêmico – COLAC de março de 2010 e setembro de 2015.

Em relação à análise de documentos oficiais, Bogdan e Biklen (1994) asseguram que estes fazem referência a “coisas como memorandos, minutas de encontro, boletins informativos, documentos sobre políticas, propostas [...] comunicados a imprensa e coisas semelhantes (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 180). Ainda de acordo com os mesmos autores, muitos desses documentos são de fácil acesso ao pesquisador e, a partir deles, o investigador pode adquirir o ponto de vista oficial do assunto (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Portanto, salientamos que todos os documentos e informações levantadas e analisadas para fins desse estudo se enquadram na perspectiva defendida pelos autores citados, sendo documentos públicos e, portanto, de fácil acesso e que contribuíram para complementar as informações solicitadas nas entrevistas.

Posteriormente, realizou-se o levantamento dos dados e sua análise. No que diz respeito à análise dos dados, segundo Lakatos e Marconi (2003), “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 167). Após a transcrição das entrevistas e a leitura dos documentos oficiais, iniciou-se o processo de categorização e codificação dos pontos importantes desses materiais, isto é, foram definidas as questões primordiais abordadas nas entrevistas e nos documentos que respondiam à questão da pesquisa.

No que tange à análise dos dados quantitativos, esses foram organizados e analisados por meio de gráficos. Conforme Lakatos e Marconi (2003), gráficos “são figuras que servem para a representação dos dados, [...] podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Em geral, são empregados para dar destaque a certas relações significativas” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 170). Dessa forma, os dados referentes ao número de ações desenvolvidas por meio da verba do PNAEST, assim como o montante destinado à execução de cada uma dessas ações, foram organizados em gráficos, de forma que possibilitasse a visualização clara das informações. Portanto passamos agora a segunda parte desse capítulo, voltada exclusivamente para a descrição e análise dos resultados adquiridos.

3.2 – As ações de assistência estudantil vigentes na UENF anteriormente à adesão do PNAEST

No que diz respeito as medidas voltadas para a permanência dos estudantes da UENF, vigentes no período de 1993 a 2010, Lima e Alves (2003) mencionaram que, desde os primeiros anos de funcionamento, a UENF já oferecia uma medida de assistência estudantil aos estudantes pauperizados da instituição, tais como “a bolsa de trabalho, depois designada de apoio acadêmico, que tinha o papel social importante, permitindo que famílias pobres mantivessem seus filhos na universidade” (LIMA e ALVES, 2003, p. 38). Corroborando com a afirmação das autoras, o participante 6 da pesquisa relatou que:

“Sempre teve essa bolsa de apoio acadêmico. Não me lembro como é que era o nome, se era bolsa de apoio acadêmico e sempre foi, mas ela sempre existiu. Desde quando começou essa universidade. [...] O apoio acadêmico já era uma tentativa de fixar o aluno na universidade. Então seria uma forma de oferecer... dar dinheiro... dar um apoio pra que ele pudesse se manter na universidade... em Campos, em moradia e alimentação” (Entrevistado 6 – Antigo Assessor da Pró-Reitoria de Graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

Como visto no capítulo dois desse estudo, a bolsa trabalho surgiu como medida de AE na década de 1970, no contexto do governo militar por meio da criação do DAE. Essa modalidade de bolsa consistia na prestação de apoio do estudante à universidade, por meio da execução de atividades laborais em troca de recursos financeiros que auxiliariam a permanência do estudante na instituição. Nas palavras de Felipe (2018), o programa de bolsa de trabalho consistia na oferta de aporte financeiro ao estudante pauperizado ao mesmo tempo

em que oferecia a este, iniciação na vida profissional. No entanto, como abordado pelo mesmo autor, essa iniciativa foge do campo da assistência estudantil uma vez que a “assistência deve ser compreendida como um direito e não um favor que precisa ser pago com contrapartidas e comprovações de miséria” (FELIPPE, 2018, p. 107). Desse modo, apesar de ter sido pensada como a primeira ação voltada para a assistência estudantil da UENF, entendemos que a bolsa trabalho/apoio acadêmico não se enquadra no conceito de AE defendido nesse trabalho, pois não se trata de uma ação criada como um direito de caráter universal.

No entanto, a referida bolsa continua em vigência na UENF, sendo oferecida atualmente o total de 253 bolsas dessa modalidade, no valor de R\$: 500,00. Ela é ofertada para os estudantes que não ingressam na instituição por meio do sistema de ação afirmativa, mas que se enquadram no grupo referente aos alunos socioeconomicamente pauperizados. Desse modo, de acordo com informações levantadas na página da UENF, para concorrer a bolsa de apoio acadêmico, o estudante deve passar por uma triagem no Serviço Social da universidade. A partir da comprovação da carência socioeconômica, o aluno aprovado entra em uma fila onde aguarda ser chamado para ocupar uma vaga nesta modalidade de bolsa. As atividades devem ser desenvolvidas em horários vagos dos estudantes, sendo necessário cumprir por semana uma carga horária de 12 horas (PORTAL UENF, 2020). Portanto, embora esta bolsa ainda seja considerada pela universidade como uma modalidade de AE, o aluno deve disponibilizar sua força de trabalho por 12 horas semanais em algum setor da instituição, o que, como citado anteriormente, a descaracteriza como ação de AE.

Entretanto, por meio do relato de dois entrevistados da pesquisa se descobriu que, além da bolsa de apoio, a UENF, no início de seu funcionamento, buscou oferecer assistência estudantil no âmbito da alimentação por meio de um restaurante universitário - RU. É importante dizer que a existência desse primeiro RU não é abordada na página da instituição, tampouco em seu Plano Diretor. Desse modo, expomos abaixo, alguns trechos dos relatos desses entrevistados, que relataram a existência e o funcionamento desse primeiro RU na UENF, apelidado de Bandeirão.

“Tinha um bandeirão no início. É tinha sim, tanto é que no início era onde era a biblioteca... biblioteca não... onde é o laboratório de... era no CBB. Só tinha os prédios P1, P2 e P3 que era CBB, CCTA e CCT, o resto tudo era esqueleto. Acho que nem tinha o E1, logo depois criaram o E1 e o E2 também. Isso aí então... onde ficava a administração e lá tinha o bandeirão e depois foi pro CCH. Atendia a todos. Eu comia várias vezes no bandeirão, era muito bom. [...] Era só almoço. Acho que não tinha café da manhã, isso

eu não me lembro. E como eu já era professor então eu volta e meia ia ao bandejão na hora do almoço” (Participante 6 – Antigo Assessor da pró-reitoria de graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

“[...] Naquela época nós não tínhamos o problema do bandejão, tinha bandejão ainda, entendeu? [...]. Desde o início da UENF a gente sempre teve bandejão [...]. A gente tinha um bandejão e um bandejão bem farto, e era almoço, jantar e café da manhã, tinha café da manhã, logo assim no início da UENF, então era bem legal [...]. Atendia os alunos, técnicos e professores. [...] E aliás, no início, o bandejão não era nem pago, era gratuito, né?” (Participante 5 - Antigo Pró-Reitor de Graduação, entrevista realizada no dia 10 de abril de 2019).

Os dois entrevistados afirmaram que o antigo bandejão oferecia o serviço de almoço, sendo que um deles ressaltou que também era oferecido café da manhã e jantar. Ambos os participantes confirmaram que toda a comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos administrativos) tinha acesso ao RU. Os dois entrevistados salientaram que o serviço oferecido era de boa qualidade. Nesse contexto, um dos participantes relatou que, a princípio, o antigo bandejão oferecia o serviço de forma gratuita, pois o RU funcionava por meio do financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, os dois entrevistados relataram que, após um período de funcionamento, o serviço passou a ser oferecido por uma empresa privada, passando então a ser cobrado. Abaixo podemos analisar as falas dos participantes que abordam essa questão:

“[...] Tinha um programa do Estado que financiava isso [...]. Só posteriormente que eles cancelaram esse contrato e aí realmente a minha memória não atinge a precisão necessária pra te dizer data e quando isso é... [...]. Ah e depois do bandejão teve uma questão de colocar uma empresa aqui prestando serviço que também não deu certo. Eu acho que esse funcionou até um tempo no CCH mesmo, onde é hoje a diretoria. Era comida a kilo ou então você pagava o prato feito, e isso obviamente não era o mesmo preço do que era praticado como bandejão [...].” (Participante 5 - Antigo Pró-Reitor de Graduação, entrevista realizada no dia 10 de abril de 2019).

“Quando ele foi pro CCH já foi uma firma terceirizada, aí já não era tão bom, já teve uma caída. Aí teve um período que não teve mais, aí encerrou” (Participante 6 – Antigo Assessor da pró-reitoria de graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

De acordo com a fala de um dos participantes, esse antigo bandejão foi fechado pelo governo do Estado e, a então mantenedora da UENF, a Fundação Estadual do Norte Fluminense - FENORTE, realizou uma licitação visando a contratação de outra empresa para oferecer o serviço de alimentação na universidade. No entanto, em função do alto custo, o

projeto foi abandonado. É importante salientar, que um dos entrevistados nos incentivou a buscar mais informações a respeito desse bandeirão na literatura que aborda a história da universidade. Contudo, como foi citado anteriormente, ao analisarmos o Plano Diretor da instituição, bem como no portal da universidade, no link denominado Institucional – Sobre a UENF, acessado em 10 de janeiro de 2020, não foi encontrada nenhuma menção ao antigo RU, o que nos impossibilitou enriquecer as informações a respeito dessa primeira iniciativa voltada para AE no âmbito da alimentação.

Apesar de não termos obtidos mais informações a respeito do primeiro restaurante universitário da UENF, as informações apresentadas nos permite aferir que, diferente da bolsa trabalho/apoio acadêmico, a medida de AE relacionada ao âmbito da alimentação se enquadra no conceito de AE aqui defendido, pois não impunha nenhuma contrapartida para se obter o acesso a alimentação. Além disso, a política, apesar de não ter se configurado como um direito, apresentou, pelo tempo que perdurou em vigência, um caráter universal uma vez que o RU atendia a todos os estudantes da universidade.

Outra questão que fica visível quando analisamos a narrativa a respeito do antigo RU da UENF, diz respeito a mudança que estava ocorrendo no contexto político econômico nacional. Conforme abordado nos capítulos anteriores, a partir da Reforma do Estado brasileiro de 1995, o estado deixou de ser produtor de bens e serviços e passou a ser apenas um promotor e regulador destes, por meio de processos como o da terceirização, por exemplo. Diante disso, ao analisarmos as falas dos entrevistados sobre a mudança do gerenciamento do restaurante universitário, a princípio comandado pelo estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, comandado por uma empresa privada, percebemos na prática como foi ocorrendo o processo de mudança do papel do estado em relação a oferta de bens e serviços.

Portanto, assim como foi abordado no capítulo dois, concluímos que é essa mudança de papel que vai permitir que no contexto do neodesenvolvimentismo, o estado brasileiro se torne “o grande consumidor dos bens e serviços mercantilizados” (PFEIFER, 2014, p. 757), abrindo caminho para que políticas de assistência estudantil, como no caso do PNAEST, permitam que sejam contratadas empresas privadas para o oferecimento de ações de AE relacionadas a alimentação, por exemplo.

Dito isto, notamos que, a princípio, a UENF executou como ações de AE, a bolsa trabalho, denominada de apoio acadêmico e o antigo RU que, conforme os relatos de nossos entrevistados, funcionou logo nos primeiros anos de funcionamento da UENF, sendo

desconhecida a data de encerramento de sua atividade. Entretanto, em 2008, por meio da revogação da Lei nº 4.151 de 4 de setembro de 2003, que instaurou a política de ações afirmativas do Estado do Rio de Janeiro, a UENF agregou às suas ações voltadas para AE, a bolsa auxílio cota. Como foi citado no final do capítulo dois, com a alteração da Lei nº 4.151 e implementação da Lei nº 5.346 de 11 de dezembro de 2008, a política de ações afirmativas determinou, além da reserva de vagas, o oferecimento de uma bolsa-auxílio, atualmente no valor de 500,00 reais, para os estudantes que ingressam nas IES públicas estaduais do Rio de Janeiro por meio do sistema de cotas. Buscou-se com esta medida oferecer condições de permanência para esses estudantes (RIO DE JANEIRO, 2003). Desse modo, a bolsa auxílio cota passou a integrar o conjunto de ações de AE ofertadas pela UENF.

Importante salientar, que a implementação do auxílio cota marca um período de modificação do perfil dos estudantes que passaram a ingressar no ensino superior. Conforme citado no capítulo dois, na década de 1990 se iniciou o processo de expansão do ensino superior, pressionando o desenvolvimento de ações voltadas para a assistência estudantil (ANDRÉS, 2011). Diante desse cenário, observamos que a criação e reformulação da Lei de Ação Afirmativa do Estado do Rio de Janeiro, se enquadra nesse contexto iniciado em 1990 e acentuado nos anos 2000, onde há o movimento de reivindicação por mais acesso e condições de permanência para o novo alunado que adentrava a educação superior pública.

Posto isto, notamos que, assim como foi construída a política de assistência estudantil no cenário nacional, a política de AE específica da UENF foi sendo desenvolvida por meio de ações pontuais, de forma fragmentada e seguindo o contexto de debates a respeito da temática, isto é, conforme as discussões acerca da política de assistência estudantil foi se ampliando, a UENF foi acompanhando as mesmas, buscando aderi-las como ocorreu com a política de ação afirmativa e com o PNAEST, como será visto no próximo ponto.

Portanto, diante do que foi exposto, não podemos negar que a UENF vem, desde seus primeiros anos de existência, pensando em algumas medidas de AE. Todavia, tendo em vista que o estudo do FONAPRACE, realizado entre os anos de 1997 e 2004, apontou a necessidade em se desenvolver ações de AE em áreas como alimentação, moradia, saúde, esporte, lazer, inclusão digital, transporte e apoio acadêmico aos estudantes, verificamos que as ações de AE ofertadas pela UENF nesse período se tratavam de medidas tímidas e limitadas. Nesse sentido, visando à ampliação de suas ações de AE, a UENF aderiu no ano de 2011 ao PNAEST. Como já foi anteriormente citado, tratou-se de um programa implementado

pelo Governo Federal, criado com o objetivo de expandir a política nacional de assistência estudantil para as IES públicas estaduais.

3.3 – Implementação e execução do PNAEST na UENF

Até o ano de 2009, a UENF realizava seu vestibular junto à UERJ, sendo, portanto, a forma de ingresso na instituição nesse período, exclusivamente por meio do vestibular estadual unificado. O quadro mudou no ano de 2010, quando a universidade aderiu ao sistema ENEM/SISU. De acordo com a participante 1 da presente pesquisa, a escolha pelo sistema ENEM/SISU se deu, primeiramente, devido ao fato de a UENF nunca ter tido um vestibular próprio e depois, devido à questão de o vestibular da UERJ prejudicar a UENF no que se refere ao quantitativo de candidatos. Abaixo, a fala da participante:

“[...] A UENF nunca teve vestibular próprio, né? a UENF sempre usou o vestibular da UERJ [...]. E assim, o vestibular da UERJ não atendia mais a necessidade da UENF. Porque o que acontecia? quando você lançava o edital do vestibular da UERJ, a impressão que a UENF ficava meio escondida, entendeu? a UENF não tinha a mesma visibilidade, ficava meio como uma segunda... então não era muito interessante pra gente porque a gente acaba perdendo candidato... que era o mesmo vestibular. Então com a entrada do SISU... com o ingresso da universidade no SISU a gente passou a ter mais visibilidade no numeral de candidatos [...]” (Participante 1 – Antiga pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

Ainda de acordo com a entrevistada 1, a UENF foi a primeira IES pública estadual a aderir ao sistema ENEM/SISU. Segundo ela:

“[...] quando o SISU foi implementado [...] as universidades estaduais não tinham aderido porque desconheciam o processo, a UENF foi a primeira a entrar, então isso já é uma coisa bem legal” (Entrevistada 1 - Antiga Pró-Reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

O participante 2 complementou a informação dada pela participante 1, ao afirmar que:

“A UENF teve o ingresso 100% pelo SISU e foi a primeira universidade estadual... isso eu tenho certeza, foi a primeira universidade estadual do Brasil a ter o ingresso 100% pelo SISU” (Entrevistado 2 – Antigo Representante dos estudantes, entrevista realizada no dia 21 de maio de 2019).

Desse modo, ao analisar a 131ª ata do COLAC, verificamos que a questão da adesão do sistema ENEM/SISU pela universidade entrou na pauta de discussão no dia 15 de março de 2010. Foram apresentados argumentos tais como a questão da pouca visibilidade que a imprensa dava à UENF quando citava o vestibular estadual e a defesa de que o sistema ENEM/SISU era mais democrático e mais barato para o aluno, além de permitir que alunos de outras regiões viessem ingressar na UENF. Entretanto, alguns pontos negativos também foram apontados, tais como: a credibilidade do sistema e possíveis fraudes na prova. Contudo, ao realizar a leitura da ata, constatamos que as falas positivas em relação à adesão ao sistema foram mais numerosas. Desse modo, a inserção de todos os cursos de graduação da UENF no SISU foi colocada para apreciação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Contudo, de acordo com o relato do participante 6 desse estudo, a discussão sobre a adesão do SISU pela UENF não foi amplamente debatida pela comunidade universitária. Quando questionado sobre sua participação, enquanto professor, nas discussões acerca da implementação do SISU na universidade, este afirmou que:

“Não. Eu só fiquei sabendo. Tá? Porque a discussão foi pouca, eu acho que... eu nem me lembro se teve uma [...]” (Participante 6 – Antigo Assessor da Pró-Reitoria de Graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

O mesmo participante relatou também, ter se posicionado contra a implementação do novo modelo de ingresso, pois, de acordo com ele, o ENEM não serviria como critério seletivo:

“Quando a universidade começou a se manifestar eu me lembro que eu era o único que falava, né? Olha, o ENEM não serve como critério seletivo, a proposta do ENEM é outra, mesmo com o novo ENEM” (Participante 6 – Antigo Assessor de Pró-Reitoria de Graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

Portanto, o que ficou demonstrado a partir do exposto foi que o processo de implementação do SISU pela UENF não foi consensual. Contudo, como foi citado acima, a adesão ao sistema foi aprovada no ano de 2010. Dessa forma, ao instaurar o SISU como forma de ingresso para os cursos de graduação, a UENF se tornou apta a concorrer aos editais do PNAEST, lançados a partir do ano de 2011.

Em relação ao PNAEST, foi encontrada na ata 170, de 10 de fevereiro de 2012, do Conselho Universitário da UENF – CONSUNI e na ata 153, de 06 de fevereiro de 2012, do

COLAC, dentro do tópico relacionado aos convênios, a aprovação do acordo referente à adesão do programa pela universidade. Portanto, concluímos que a adesão ao PNAEST na UENF foi debatida com a comunidade universitária da instituição no âmbito desses dois conselhos.

De acordo com o participante 6, a implantação do PNAEST pode ser considerada como uma contrapartida do Governo Federal à adesão do sistema ENEM/SISU pelas IES públicas estaduais. Segundo ele:

“[...] isso daí foi uma política do governo, tá? de tentar ter mais acesso as universidades públicas e a única forma que ele teve, era justamente tá fornecendo uma contrapartida. Então essa verba, o PNAEST é uma verba que as universidades receberiam se tivessem aderido ao SISU” (Participante 6 – Antigo Assessor da Pró-reitoria de graduação, entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2019).

Nesse contexto, a entrevistada 1 mencionou a seguinte questão, *“Qual a motivação das estaduais em aderirem ao SISU, se não tiver a contrapartida?”* (Participante 1 – Pró-Reitora de Graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

Diante do exposto acima, verificamos que o PNAEST não foi pensado unicamente em função da possível “sensibilização” do Governo Federal em expandir a Política Nacional de Assistência Estudantil para as IES públicas estaduais, apesar de este ter sido o discurso oficial. O lançamento do PNAEST pelo Governo Federal pode ser configurado como um mecanismo de “convencimento” para que as IES estaduais aderissem ao SISU. Essa hipótese fica ainda mais evidente quando analisamos que, diferente do PNAES, que foi transformado em decreto e continua sendo executado nas IES federais, o PNAEST, ainda configurado como portaria normativa, não foi mais promovido desde o ano de 2015. Portanto, o programa se manteve em vigência por apenas quatro anos, que foi o contexto no qual algumas IES estaduais passaram a aderir ao SISU, como pode ser comprovado a partir de matéria publicada na página do MEC¹⁰, que afirma que só no ano de 2011, cinco IES estaduais já haviam aderido ao sistema.

Todavia, é importante destacar, que a crise econômica e política instalada no país a partir de 2015 que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016 e, posteriormente a ascensão de Michel Temer ao poder com sua nova agenda neoliberal

¹⁰ Fonte: <http://redecomunicadores.mec.gov.br/noticias/3543-1o-edicao-do-sisu-de-2011-tem-maior-adesao-de-instituicoes-estaduais>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

focada em promover cortes de verbas para a educação, também pode ter concorrido para interromper o PNAEST.

No entanto, apesar das problemáticas apontadas, a UENF aderiu ao sistema e concorreu a três editais do PNAEST, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Dessa forma, a instituição conquistou o direito de firmar convênios com a Secretaria de Educação Superior do MEC e, captar recursos para serem investidos na implementação de ações de assistência estudantil na universidade. Como foi especificado na Portaria Normativa MEC nº 25, as instituições estaduais que tivessem interesse em aderir ao programa, deveriam apresentar um plano de trabalho descrevendo como o recurso seria gasto.

Importante chamar atenção, que esse novo modelo de acesso a política educacional e, no caso aqui salientado, da assistência estudantil por meio de editais, é característico do estado gerencial instaurado no Brasil a partir da Reforma do Estado que impôs ao país aspectos do ideário neoliberal. Desse modo, o que se observa nesse período é a tentativa de eliminação da universalização de direitos, como no caso da política educacional e de assistência estudantil em detrimento do acesso a essas políticas por meio de editais temporários.

Diante do exposto, foi questionado aos participantes 1 e 2 da presente pesquisa, como foram definidas as ações de AE que seriam implementadas pela UENF, no caso de os planos de trabalho serem aceitos e os convênios firmados. Em resposta a essa questão, a participante 1 relatou que foi criada uma comissão com o objetivo de pensar e discutir quais medidas seriam desenvolvidas por meio do recurso do Programa. Segundo ela:

“[...] Nós fizemos uma comissão na Câmara de Graduação com os coordenadores de curso, então alguns coordenadores de curso se voluntariaram a fazer parte dessa comissão e nós definimos quais seriam as... o que que a gente ia... no que a gente ia usar esse dinheiro” (Participante 1 – Antiga Pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

Apesar de não ter confirmado se foi montada uma comissão para debate do tema, o participante 2 também citou a Câmara de Graduação como o espaço onde ocorreram as discussões. Assim, o entrevistado 2 relatou que:

“[...] eu não lembro assim exatamente, quais eram todos os coordenadores envolvidos, mas eu lembro que na época a gente tava discutindo e que a gente discutia isso na Câmara de Graduação e eu era representante discente e... mas as discussões maiores aconteciam entre ela e eu, porque... eu num me lembro se a gente montou uma comissão, mas a gente queria andar mais

rápido com os trâmites dentro da UENF pra que a gente não perdesse os prazos que o MEC tinha determinado e aí os outros coordenadores não chegaram a participar tanto da nossa programação enquanto... da burocracia que a gente teve que fazer aqui pra poder se integrar ao programa [...]” (Participante 2 – Antigo Representante dos Estudantes entrevista realizada no dia 21 de maio de 2019).

Portanto, ao analisarmos a fala do entrevistado 2, concluímos que ele corrobora a informação dada pela primeira entrevistada sobre ter ocorrido uma discussão coletiva a respeito da execução do PNAEST, que envolveu os coordenadores de curso da instituição. Todavia, o mesmo ressaltou que, apesar das discussões realizadas em conjunto, a maior parte das conversas ocorreu entre ele, que atuava como representante dos estudantes, e a Pró-Reitora responsável pela implementação da Política. Esta questão explica o fato de os entrevistados 1 e 2 serem os únicos participantes dessa pesquisa que demonstraram deter, de forma mais consistente, o conhecimento sobre o processo de implementação e execução do Programa na universidade.

Nesse mesmo contexto, foi questionado ao participante 2 se alguma assistente social da universidade havia integrado o grupo. Este respondeu positivamente e indicou o nome da profissional. Ao ser indagada sobre sua participação nos debates acerca da definição das ações de AE que seriam implementadas na UENF por meio dos recursos do PNAEST, a entrevistada 8 informou ter participado de algumas discussões ocorridas na Câmara de Graduação a respeito da utilização da verba do programa para a criação do auxílio moradia. Entretanto, este projeto foi impedido de ser criado devido às restrições impostas pelo PNAEST que serão abordadas mais à frente nesse trabalho. No entanto, no que tange às demais ações de assistência definidas e que foram executadas, a mesma entrevistada informou não ter participado do processo de discussão. De acordo com ela:

“[...] à época das bicicletas foi decisão da Pró-Reitora de graduação, tá? Do RU, eu não participei não. Eu participei mais foi do projeto de auxílio moradia” (Participante 8 – Assistente Social, entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2019).

A partir da fala da entrevistada, consideramos que, apesar de terem ocorrido discussões na câmara de graduação acerca da política de assistência estudantil da universidade, com foco no que seria feito com a verba do PNAEST, algumas medidas executadas, como no caso das citadas pela própria entrevistada, foram criadas sem a participação da profissional da área do Serviço Social. Além disso, quando foi informada pela

autora dessa pesquisa sobre as outras medidas criadas por meio do recurso, a participante demonstrou surpresa e desconhecimento a respeito do desenvolvimento das ações.

É importante ressaltar, que no primeiro dia de pesquisa de campo, foi detectado que a UENF não possuía um setor de assistência estudantil, sendo suas ações de AE executadas e acompanhadas por diferentes setores da universidade. Assim, ao ouvirmos a fala da participante 8 sobre seu desconhecimento de algumas ações de assistência e da sua ausência na participação no processo de definição de tais medidas, verificamos que, além da significativa descentralização das ações de AE da UENF, muitas delas não recebem o acompanhamento do Setor de Serviço Social. Sobre essa questão, a participante 8 afirmou que:

“O meu trabalho na assistência estudantil é... não sei a partir do ano que vem. É o seguinte, a assistência estudantil se resume a que? a entrevista pra bolsa de apoio, avaliação socioeconômica do cotista, a questão do encaminhamento pra atendimento pra saúde mental [...]” (Participante 8 – Assistente Social, entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2019).

Portanto, diante dessa fala, notamos que dentre todas as ações de assistência ao estudante oferecidas pela UENF, o Serviço Social só participa do processo de execução e acompanhamento de três: bolsa de apoio acadêmico, auxílio cota e atendimento médico, que já vinham sendo ofertadas pela universidade antes da adesão ao PNAEST e que foram implementadas posteriormente. Assim sendo, verificamos que o setor de Serviço Social da universidade não esteve e ainda não está envolvido com nenhuma das ações criadas por meio do PNAEST, no que se refere ao processo de definição das ações e do seu acompanhamento.

A partir disso, discutimos os planos de trabalho submetidos pela UENF, assim como as ações de AE definidas em cada um destes. Desse modo, no que se refere ao primeiro plano, submetido no ano de 2011, este ressaltava que era objetivo da instituição implementar com a verba do programa, ações de AE relacionadas “ao transporte/locomoção, incentivo à cultura com a oferta de estrutura para montagem de eventos, incentivo à cultura com a exibição de filmes, inclusão digital com a compra de computadores e apoio pedagógico com a atualização das bibliotecas” (Termo de referência para aquisição de bens ou contratação de serviços para descentralização de créditos orçamentários, 2011).

Em relação às ações de AE na área de inclusão digital, esta correspondeu à aquisição de computadores; no campo do apoio pedagógico, à compra de livros didáticos para as bibliotecas na universidade e, no que tange à área de incentivo à cultura, as ações de AE

foram promovidas por meio do aluguel de tendas, sonorização, iluminação e piso (tablados) para realização de eventos e também por meio da compra de filmes e outros arquivos digitais para serem exibidos na sala de cinema da universidade. No que diz respeito ao transporte/locomoção dos estudantes, a ação de assistência criada correspondeu à compra de 400 bicicletas. É importante ressaltar que, apesar de terem sido adicionados ao plano de trabalho, os auxílios matrícula e alimentação não foram implementados.

O participante 2 do presente estudo, explicou o motivo da aquisição das bicicletas como forma de promoção da AE no âmbito do transporte/locomoção. De acordo com ele:

“[...] como Campos é uma cidade, em sua maioria plana, e a maioria dos estudantes que vem de fora, vem morar aqui ou mora aqui na frente ou mora nesse mesmo bairro aqui, no máximo moram no Jockey ou moram lá pra sete de setembro, então era um perímetro que gente conseguia abranger com a bicicleta” (Participante 2 – Antigo Representante dos estudantes, entrevista realizada no dia 21 de maio de 2019).

Portanto, a ação de assistência estudantil no âmbito do transporte seria desenvolvida por meio da adesão às bicicletas, devido às características geográficas da cidade de Campos, onde fica situada a UENF. Contudo, essa estratégia não contemplou os estudantes provenientes das áreas periféricas do município de Campos e das regiões vizinhas.

Em relação ao aluguel dos serviços contratados para a realização de eventos, a entrevistada 2 relatou que essa ação ocorreria com o objetivo de financiar a Semana Acadêmica. Esta, se trata de um evento que acontece anualmente na UENF, onde os alunos de determinado período de cada curso têm que organizar um evento acadêmico com realização de palestras, oficinas, visitas técnicas e atividades culturais, de forma a apresentar o curso à comunidade e oferecer um espaço de discussão e troca de conhecimento sobre a área a qual o curso faz parte. Portanto, em função do tamanho do evento e da necessidade de investimentos para ser realizado, pensou-se em direcionar parte da verba do PNAEST para esse fim.

Segundo as informações retiradas no Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil, a proposta desse primeiro plano foi realizada no dia 25 de julho de 2011. A partir do aceite, foi firmado o primeiro convênio, com data de assinatura no dia 16 de dezembro de 2011. Apesar da publicação do convênio no Diário Oficial da União – DOU ter ocorrido em 02 de janeiro de 2012, a data de início de vigência deste foi a mesma do dia de assinatura do acordo. O convênio tinha duração de 1 ano, podendo ser prorrogado. Desse modo, a UENF prorrogou

esse primeiro acordo por um período de três anos, sendo este encerrado no dia 31 de dezembro de 2014.

Conforme foi citado no capítulo 2, os recursos do PNAEST estavam relacionados ao número de vagas que a instituição oferecia através do SISU. Portanto, a UENF tinha direito de concorrer ao valor de R\$: 750.000,00 do edital, pois oferecia 558 vagas pelo SISU, isto é, fazia parte do grupo de instituições que ofereciam entre 201 e 1000 vagas. Além disso, eram somados aos 750 mil o valor de R\$: 375.000,00, devido à bonificação de 50% sobre o valor repassado, oferecida para as IES que ofertassem acima de 80% de suas vagas pelo sistema. Desse modo, no primeiro acordo firmado, a UENF captou do PNAEST o valor de R\$: 898.758,40. Por se tratar de um convênio, a universidade tinha que disponibilizar uma determinada quantia como contrapartida, no qual foi estabelecido o valor de R\$: 224.689,60. Dessa forma, à UENF foi disponibilizado o montante de R\$: 1.123.448,00 para ser investido na política de assistência estudantil da instituição.

A figura abaixo descreve como foi executada a primeira verba do PNAEST pela UENF.



Figura 2: Desembolso praticado com a primeira verba no PNAEST.
Fonte: Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil

No gráfico acima, observamos que a área de incentivo à inclusão digital foi a que mais recebeu estímulo financeiro para sua execução, sendo direcionado quase meio milhão de reais para esse campo. A segunda área que mais recebeu investimento foi a de apoio pedagógico, seguida de transporte/locomoção. O campo do incentivo à cultura foi o que menos recebeu investimento, apesar de o cronograma de previsão de execução da verba ter apontado a quantia de R\$: 227.448,00 de investimento nessa área. Nesse sentido, ao compararmos os

valores previstos com os valores praticados, consideramos que a área de inclusão digital foi a única que alcançou a meta proposta no cronograma, já que estipulava a quantia de R\$: 496.000,00 para a compra de computadores. O campo do transporte/locomoção chegou perto da meta prevista de R\$: 100.000,00, enquanto o campo do apoio pedagógico fez uso de pouco mais da metade da verba sugerida de R\$: 300.000,00.

Observamos ainda que o montante de R\$: 1.123.448,00 não foi totalmente utilizado pela UENF nos três anos em que esteve disponível. É importante sinalizar que a esse valor inicial, foram somados a quantia de R\$: 97.743,43 referentes aos rendimentos de aplicação. Portanto, com a inclusão desse valor, notamos que o montante em caixa a ser utilizado para o desenvolvimento de ações de AE passou a corresponder ao valor de 1.221.191,43. Desse modo, ao subtrairmos a quantia de R\$: 789.536,18 gasta nas quatro áreas citadas anteriormente, concluímos que a UENF teve que devolver o valor de R\$: 431.655,25. Segundo o relatório de prestação de contas, R\$: 378.746,53 deveria ser devolvido ao Governo Federal, enquanto 52.890,72 deveria ser enviado ao governo do estado do Rio de Janeiro, por se tratar do valor referente à parte da contrapartida dada pela UENF.

A dificuldade em desenvolver ações com a primeira verba do PNAEST, assim como a necessidade de devolução de parte do recurso foi relatada pela participante 1 da presente pesquisa. Segundo ela:

“O primeiro foi essa coisa de nós comprarmos... a gente financiou semana acadêmica, teve coisas que a gente não conseguiu fazer, sabe? que foi assim, a gente pensou e na hora de executar o dinheiro acabou sendo devolvido, porque melhor você devolver do que gastar errado, entendeu? porque a gente tava aprendendo também a usar [...]. Então, mas a gente tinha assim, essa coisa... e pela dificuldade de gastar mesmo o dinheiro, entendeu? pra gastar esse milhão é tanta exigência, é tanta cobrança, é tanta coisa. [...] Agora a primeira edição, assim eu me lembro que a gente chegou... a gente não gastou, a gente devolveu, foi feita a prestação de contas” (Participante 1 – Antiga Pró-Reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

A partir do relato acima, pôde-se constatar as dificuldades burocráticas vivenciadas pela instituição para gastar integralmente os valores disponibilizados por meio do PNAEST. A excessiva exigência na prestação de contas, por exemplo, se articula aos princípios da nova gestão pública - NGP, que foi implementada no Brasil a partir da década de 1990, que promoveu "duras críticas à estrutura rígida, burocrática e centralizada" (OLIVEIRA, 2015, p. 631 - 632) do modelo administrativo anterior. Sob o discurso da 'modernização' do Estado, a

NGP foi assimilada por setores estratégicos do Estado, principalmente no campo da educação. Portanto, pode-se inferir que, esta "surge em contraposição à administração pública, buscando influenciar novos modos não só de organizar e gerir a coisa pública, mas também novos modos de governo, já que ela interfere nos objetivos da ação pública" (OLIVEIRA, DUARTE e CLEMENTINO, 2017, p.711)

Portanto, de acordo com Oliveira (2017), a NGP norteou as reformas educacionais implementadas no Brasil a partir da década de 1990, com o discurso de promover maior eficiência e racionalidade técnica à administração pública. Nesse contexto, o papel do Estado é drasticamente alterado, buscando ampliar suas articulações com a 'nova' sociedade civil, por meio de parcerias e da instauração de estratégias gerenciais em seu interior. Além disso, a mesma autora chama atenção para a radical mudança no âmbito da organização das instituições educativas, tais como os conceitos de autonomia escolar e prestação de contas, que foram resignificados e sofreram profundas reformulações na gestão escolar.

No Estado gerencial, o conceito de *accountability* é um dos seus eixos centrais, podendo ser definido como a prestação de contas com responsabilidade, no qual as organizações devem prestar contas às instâncias disponibilizadoras dos recursos orçamentários. Curiosamente, há uma excessiva rigidez e controle nos recursos repassados, apesar da NGP defender estratégias mais flexíveis e menos 'burocráticas' de gestão. Isso, portanto, conduz a uma espécie de 'camisa de força' para as instituições que recebem os recursos, pois, na medida em que estas não conseguem se encaixar nas diretrizes definidas pelo órgão executor, estes valores devem ser devolvidos, relativizando a possível autonomia proposta pela NGP.

Portanto, a fala da entrevistada retoma a questão das restrições impostas pelo PNAEST no que diz respeito ao uso da verba, citadas no capítulo 2 desse trabalho. Como foi abordado no referido capítulo, o artigo 3, inciso 1, da Portaria Normativa MEC nº 25 salientava que a utilização dos recursos do PNAEST para concessão de bolsas e benefícios pecuniários similares diretamente aos estudantes, era vedada (BRASIL, 2010), isto é, não se poderia realizar transferência direta do recurso para os estudantes. Com base nisto, a entrevistada 1 relatou que:

“Em 2011 saiu o primeiro edital do PNAEST e a UENF concorreu. Aí vinha lá especificando quais eram as rubricas que podiam participar, que tipo de dinheiro que... por exemplo, não podia pagar bolsa, não por dia dar dinheiro de forma alguma, tinha toda uma exigência [...]” (Participante 1 –

Antiga Pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

Ainda sobre as limitações impostas, de acordo com o participante 2, enquanto representante dos estudantes, ele tinha a função de explicar aos estudantes da universidade que o Programa impunha restrições, de forma que o recurso não poderia ser utilizado para o desenvolvimento de algumas ações reivindicadas pelos discentes. Nesse sentido, verificamos a ausência de flexibilidade da União no que se refere ao processo de elaboração do PNAEST e as dificuldades vivenciadas pelas instituições executoras. De acordo com mesmo participante:

“Então a assembleia não queria saber que o MEC não autorizava, a gente queria já R\$ 1.125.000,00 pra gastar. Então a gente queria que esse dinheiro saísse, que a gente gastasse esse dinheiro, que esse dinheiro não era nosso era de assistência estudantil né, mas tu tinha todas essas restrições, então eu fazia esse papel de tentar explicar pra assembleia porque que não podia gastar, porque queria que pagasse auxílio moradia, a gente queria que pagasse auxílio alimentação, a gente queria que o recurso fosse utilizado no restaurante universitário pra funcionar o mais rápido possível [...]” (Entrevistado 2 – Antigo Representante dos estudantes, entrevista realizada no dia 21 de maio de 2019).

A limitação imposta pelo Programa em relação à transferência direta da verba para os estudantes se configurou como uma barreira para a implementação de diferentes ações de assistência, especialmente, aquelas que vinham sendo reivindicadas pelo corpo estudantil da UENF, como é o caso do auxílio moradia. Segundo o entrevistado 2, chegou-se a cogitar a possibilidade de se realizar um processo licitatório com as imobiliárias de Campos, com o objetivo de alugar imóveis onde os alunos pudessem morar. O processo licitatório seria a única maneira de a UENF implementar a AE de moradia com o recurso do PNAEST, pois não haveria transferência do dinheiro aos estudantes e, sim, para a imobiliária contratada. No entanto, o fato de os apartamentos ao redor da UENF pertencerem a diferentes proprietários e não à uma única construtora impediu que o projeto fosse levado a frente, tornando a implementação da AE no âmbito da moradia, por meio do recurso do PNAEST, inviável.

Dessa forma, como pôde ser visto, a quantia de quase meio de milhão de reais restante do PNAEST 2011, que poderia ser utilizada para o desenvolvimento de novas ações de assistência na UENF, teve de ser devolvida aos governos federal e estadual, em função das dificuldades em se implementar as medidas pensadas e sugeridas pela universidade.

Antes de passarmos para a execução do segundo e terceiro PNAEST, referente aos editais de 2012 e 2013, consideramos importante citar os bens e serviços adquiridos pela UENF através do primeiro recurso. Contudo, é necessário também informar, que apesar de o cronograma de previsão de desembolso apontar que deveriam ser comprados 231 computadores, 400 bicicletas, 2000 livros, 200 filmes e realizados 4 alugueis de estrutura de eventos, a quantidade de bens e serviços que realmente foram obtidos não foi informada no portal da transparência. Desse modo, as únicas informações disponibilizadas referem-se ao nome do bem ou serviço adquirido e o valor desembolsado para a compra ou aluguel destes. No quadro abaixo, mencionamos esses dados:

Tabela 10: Bens e serviços adquiridos com a primeira verba do PNAEST

Bens e serviços	Valor desembolsado (R\$)
Computadores completos	495.889,50
Bicicletas	99.000,00
Livros Didáticos	167.552,99
DVDs graváveis	4.394,54
Material Didático– telecurso	3.739,15
Aluguel de estrutura para evento	18.950,00

Fonte: Portal da Transparência/Plataforma mais Brasil

Diante do exposto, duas questões precisam ser justificadas. A primeira se refere ao fato das ações de AE desenvolvidas pela UENF com a verba do primeiro PNAEST, apresentarem um caráter mais universalista, no sentido de buscar o atendimento a toda a comunidade discente. Como citado no capítulo 2, a política do PNAEST preconiza que as ações de AE desenvolvidas por meio do Programa devem ter como objetivo o atendimento preferencial aos estudantes oriundos da rede pública de ensino ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Nesse sentido, de todas as ações criadas por meio do PNAEST 2011, apenas a relacionada ao transporte/locomoção atendeu ao recorte socioeconômico sugerido pela política, pois a assistência referente ao empréstimo de bicicleta tem como critério o atendimento prioritário dos estudantes cotistas. Além disso, é importante salientarmos, que essa ação também não contemplou os alunos residentes nas zonas

periféricas e municípios vizinhos da universidade, o que a tornou ainda mais limitada. No entanto, no que tange às ações de inclusão digital, apoio pedagógico e incentivo à cultura, notamos que todos os alunos da UENF poderiam ter acesso a elas, fato que as configura como ações de AE de caráter universalista.

A segunda questão que precisa ser sinalizada diz respeito ao fato de as medidas criadas pela UENF não serem as mesmas reivindicadas pelos estudantes. Conforme relatado pelo representante dos estudantes, as ações de assistência mais reivindicadas pelos alunos nas assembleias eram as de: alimentação, moradia e transporte. Como podemos notar, se tentou resolver a questão do transporte com o empréstimo das bicicletas, que não contemplou os estudantes que moram em regiões mais distantes da universidade e que estudam no período noturno, por exemplo. Em relação aos outros dois quesitos, o auxílio moradia, como já foi citado neste trabalho, ficou impossibilitado de ser desenvolvido com o recurso do PNAEST devido às limitações impostas. Felizmente o quadro mudou quando se tratou da questão da alimentação que, apesar de não ter sido implementada com a primeira verba do programa, conseguiu ser executada, como veremos a partir de agora, com os recursos captados nos editais de 2012 e 2013.

Dessa forma, em relação aos planos submetidos nos anos seguintes, 2012 e 2013, estes, diferente do primeiro, foram desenvolvidos exclusivamente para a implementação da assistência estudantil no âmbito da alimentação. Segundo foi narrado pela entrevistada 1, a princípio, se pensava em implementar a assistência na área da alimentação por meio da compra e do oferecimento de cestas básicas aos estudantes, oferta de vale alimentação ou de quentinhas. No entanto, todas essas ações foram sendo barradas pelo MEC, pois se caracterizavam como transferência direta de verba ao estudante, o que era proibido pelo Programa.

Desse modo, os projetos de 2012 e 2013 foram sendo ajustados de forma que a verba já captada pela UENF foi sendo prorrogada a fim de ser utilizada no auxílio do funcionamento do restaurante universitário da instituição que, no período, já estava em construção. Segundo a entrevistada 1,

“[...] como o bandejão estava assim em vias de ficar pronto, mas nunca ficava, a gente acabou pedindo pra alimentação... pra financiamento... mas a gente nem sabia como é que o bandejão ia ser gerido, porque o bandejão não tava pronto, depois a gente fez ajustes no termo de... no plano de trabalho e a verba foi usada exclusivamente pro bandejão, no segundo e no terceiro edital, entendeu?” (Entrevista 1 – Antiga Pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 27 de fevereiro de 2019).

É importante registrar, que apesar da medida de assistência no âmbito da alimentação representar, no período, a ação mais reivindicada pelo corpo discente da universidade, a decisão pela execução dessa única ação com a verba dos dois últimos PNAESTs, impediu que outras medidas de assistência fossem pensadas e desenvolvidas pela instituição. Dessa forma, apesar da AE no âmbito da alimentação executada pela UENF se enquadrar na concepção de assistência estudantil defendida nesse trabalho, já que se trata de uma ação que atende a todos os discentes e que é voltada para o coletivo, entendemos que ao focar somente nela, a assistência estudantil promovida por meio dos PNAESTs 2012 e 2013 ficou restrita apenas às reivindicações básicas, concorrendo com outras medidas referenciadas pela política, como nos casos da assistência a saúde, esporte, creche, tendo em vista que as demais ações sugeridas foram desenvolvidas ou ao menos sofreram uma tentativa de criação com o recurso de 2011.



Figura 3: Obra da Construção do restaurante universitário da UENF
Fonte: Arquivo pessoal de professor da instituição

Apesar do exposto, os recursos do PNAEST 2012 e 2013 foram utilizados exclusivamente para a AE no âmbito da alimentação, por meio da inauguração do Restaurante Universitário Cicero Guedes, no ano de 2014.

No que tange ao segundo convênio, a proposta foi realizada no dia 30 de maio de 2012, sendo assinada no dia 07 de dezembro de 2012 e publicada no DOU em 10 de dezembro de 2012, data de início da vigência do convênio. O montante referente ao segundo convênio foi de R\$: 1.125.000,00, sendo R\$: 1.109.000,00 oriundo do Governo Federal e

R\$:19.000,00 de contrapartida da UENF. Contudo, é necessário salientar que se adicionou a esse montante, a quantia de R\$: 197.000,00 referentes aos rendimentos da aplicação financeira. Dessa forma, os recursos captados corresponderam ao valor total de R\$: 1.322.000,00. Esta quantia que foi sendo prorrogada e permaneceu disponível na universidade por um período de quatro anos, sendo finalizada no dia 30 de abril de 2017.

A partir disso, passamos agora a análise dos dados correspondentes ao desembolso do segundo recurso do PNAEST disponibilizado à UENF. A partir das informações coletadas no portal da transparência/plataforma mais Brasil, descobrimos que a verba do PNAEST 2012 foi utilizada na contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas, realizada por meio de processo licitatório; além da aquisição de jogos de mesa com cadeiras tipo refeitório e no complemento do pagamento do serviço de fornecimento de refeição. É necessário informar que a complementação do pagamento das refeições está relacionada ao oferecimento do subsídio no valor da refeição, dado aos alunos cotistas de forma integral e aos não cotistas de maneira parcial. Assim, o estudante cotista da UENF teria o direito a uma refeição gratuita, enquanto o aluno não cotista tinha sua refeição subsidiada no valor de 7,00 reais, isto é, do valor real da refeição estipulado em 10,00 reais, esse estudante pagaria a quantia de 3,00 reais. A figura abaixo apresenta quais valores foram direcionados para cada uma das metas estabelecidas.



Figura 4: Desembolso praticado com a segunda verba do PNAEST.
Fonte: Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil

Diante do gráfico exposto, notamos que quase todo o recurso do PNAEST 2012 foi utilizado, diferentemente do que ocorreu com o PNAEST 2011. A previsão dos gastos era a seguinte: R\$: 1.106.000,00 para contratação da empresa, R\$: 19.000,00 para a compra do mobiliário do refeitório e R\$: 197.000,00 para complementação do pagamento das refeições dos alunos. Dessa forma, ao analisarmos os dados expostos no gráfico, concluímos que a meta

prevista para contratação da empresa foi cumprida, enquanto as demais metas foram parcialmente cumpridas.

Importante salientar que, apesar de terem sido adquiridos bens por meio da compra das 12 unidades de mesas e cadeiras acopladas para o refeitório, parte significativa do segundo recurso do PNAEST foi utilizado para o pagamento de serviços. Isto evidencia o que foi sinalizado no capítulo dois, a respeito de o programa estimular as parcerias público-privadas, garantindo a utilização da verba pública para o pagamento de serviços de alimentação e moradia, ofertados por imobiliárias e restaurante privados.

Ao somarmos os valores executados chegamos ao montante de R\$: 1.308.570,63, quantia bem próxima do recurso total disponível de R\$: 1.322.000,00 e que mostra que o valor restante foi o de R\$: 13.429,37. Contudo, devido ao período de crise econômica enfrentado pelo Estado do Rio de Janeiro no ano de 2016, o valor restante do recurso do PNAEST 2012 não foi devolvido ao caixa do Governo Federal no ano de 2017 como previsto. Segundo foi informado no relatório de prestação de contas desse convênio, a devolução do recurso não utilizado foi impedida devido ao processo de bloqueios judiciais que o Governo do Estado do Rio de Janeiro realizou nas contas de convênios ativas no Estado, no ano de 2017. Desse modo, a devolução do restante do recurso, no valor de R\$: 16.538,14 devido a acréscimos referentes a rendimentos da aplicação, ocorreu somente em setembro de 2019.

Com o objetivo de aprofundar o investimento na AE no âmbito da alimentação, a UENF submeteu um novo projeto a fim de captar recursos do PNAEST 2013. Assim sendo, a nova proposta realizada no dia 18 de setembro de 2013 levou quase um ano para ser aceita e publicada no DOU, sendo assinada no dia 10 de novembro de 2014 e publicada em 11 de novembro do mesmo ano. No que se refere ao valor da verba desse terceiro convênio, foi disponibilizada a quantia de R\$: 1.124.905,00 resultante da soma de R\$: 1.012.414,50 do recurso e R\$: 112.490,50 da contrapartida. Assim como os demais recursos, a verba do PNAEST 2013 foi sendo prorrogada de forma que perdurou na UENF por um período de três anos, com o encerramento de vigência em fevereiro de 2018.

Como ocorreu com o PNAEST 2012, o recurso do programa do ano de 2013 também foi utilizado na contratação de empresas fornecedoras de refeições prontas e no complemento do pagamento dessas refeições. Apesar de a verba ter sido direcionada para os dois campos citados, o cronograma de execução não distinguiu os valores que seriam determinados para

cada um desses campos. Portanto, a figura do desembolso do PNAEST 2013 se apresenta da seguinte forma:



Figura 5: Desembolso praticado com a terceira verba do PNAEST.
Fonte: Portal da Transparência/Plataforma Mais Brasil

Como pode ser visto no gráfico, menos da metade do recurso do PNAEST 2013 foi utilizado. No entanto, antes de iniciarmos a explicação dos dados expostos neste, é importante lembrarmos que as verbas captadas por meio dos PNAESTs 2012 e 2013, não foram utilizadas assim que foram liberadas, antes foram sendo prorrogadas de forma que pudessem ser usadas assim que a construção do RU da instituição fosse finalizada. Desse modo, como foi visto na explicação do desembolso do PNAEST 2012, a verba do programa possibilitou que o restaurante construído pudesse ter suas atividades iniciadas em dezembro de 2014.

Portanto, o RU da UENF foi mantido em funcionamento durante os anos de 2015 e 2016 com os recursos do convênio de 2012, ficando o recurso do PNAEST 2013 guardado para ser utilizado a partir do ano de 2017. Entretanto, de acordo com o relatório de prestação de contas desse terceiro convênio, a UENF encontrou dificuldade em utilizar a verba do PNAEST 2013 por dois motivos: o primeiro diz respeito a desistência da empresa que fora contratada para ofertar as refeições a partir de 2017 e o longo tempo exigido para a abertura de um novo processo de licitação. Assim sendo, apesar da licitação ter ocorrido em 26 de abril, a contratação da nova empresa só se consolidou em 14 de julho de 2017.

O segundo motivo está relacionado à greve dos servidores técnicos-administrativos e docentes ocorrida entre agosto e dezembro de 2017, em função de ausência de condições de funcionamento da instituição e ao atraso de quatro meses de salários dos servidores e dos bolsistas, que paralisou as aulas nesse período. Conseqüentemente, isto reduziu significativamente o número de estudantes que faziam uso do RU, com exceção daqueles que

permaneciam frequentando a universidade devido às atividades acadêmicas não paralisadas como as de estágio e de iniciação científica, por exemplo. Portanto, o RU da UENF permaneceu fechado durante o primeiro semestre do ano letivo de 2017 e, após sua reabertura, atendeu a um público reduzido por razão da greve, o que impediu o uso do recurso.

Soma-se ainda às questões acima apontadas, o fato de o prazo de vigência do terceiro recurso se encerrar no início do ano de 2018. O relatório de prestação de contas aponta que o prazo de vigência da verba poderia ser estendido, o que permitiria que o recurso fosse ao menos utilizado durante o ano de 2018. Entretanto, segundo o mesmo documento, em função de dificuldades técnicas, a UENF perdeu o prazo de renovação do convênio. Desse modo, notamos que dos três convênios, o recurso do último foi o menos aproveitado, sendo devolvida a quantia de R\$: 1.036.221,21 referente a soma da verba restante mais os rendimentos da aplicação.

Consideramos importante informar que, mesmo com o fim do recurso do PNAEST em 2018, a UENF continuou executando a AE da alimentação com a verba oriunda do Estado. Assim, conforme o participante 4:

“O governo (estadual) começou a liberar cotas financeiras suficientes pra mantermos o programa de assistência alimentar. Então os alunos tem o subsídio, né? a refeição que a empresa nos fornece a 12 reais (valor atual), o estudante de graduação paga somente 3 reais a refeição e o cotista ainda é subsidiado gratuitamente em uma das refeições. E aí o estudante de pós-graduação ainda também tem o subsídio, isso em função de liberação do governo estadual” (Entrevistada 4 – Antiga Pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 04 de abril de 2019).

Contudo, retornado ao PNAEST, como foi citado inicialmente neste capítulo, a UENF concorreu somente a três dos quatro editais do programa. Dessa forma, questionamos a participante 4 sobre o motivo de a instituição não ter participado do edital de 2014. Em resposta ao questionamento, a entrevistada apresentou o seguinte relato:

“O último edital que foi aberto foi em 2015 (2014), a UENF não concorreu porque nós tínhamos três editais ainda do PNAEST pra fechar, né? dois efetivos que eram do bandeirão [...]” (Entrevistada 4 – Antiga Pró-reitora de graduação, entrevista realizada no dia 04 de abril de 2019).

Portanto, diante do exposto, verificamos que além de não captar recursos do Programa, referente ao ano de 2014, a UENF perdeu parte significativa do valor recebido nos três convênios firmados. Assim, do montante de R\$: 3.668.096,43 adquirido por meio dos

acordos feitos nos] anos de 2011, 2012 e 2013, a UENF precisou devolver a quantia de R\$: 1.484.414,60, que representa mais de um terço de toda verba liberada. Nesse sentido, consideramos que as restrições impostas pelo programa e as dificuldades internas encontradas (desistência de empresa, greves e perda de prazos), foram os principais fatores de impedimento da implantação de uma política de assistência estudantil mais estruturada. Além disso, é importante destacar que, embora o PNAEST tenha sido apresentado pelo Governo Federal, no contexto ‘neodesenvolvimentista’, como ação para a assistência estudantil nas IES públicas estaduais, o formato de editais, sem regularidade definida e a inexistência de verbas próprias, em fluxo contínuo, asseguradas no orçamento, impossibilitam a efetivação de ações mais estruturadas no campo da AE.

Em função disso, não por acaso, no ano de 2017, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM, composta por 45 instituições, participaram de reuniões com o Poder Legislativo, exigindo o retorno das verbas disponibilizadas para o PNAEST, pois, após 2014, nenhum edital havia sido publicado. De acordo com matéria publicada no portal republicanos 10, o presidente da ABRUEM na época, o Prof. Dr. Aldo Nelson Bona, afirmou que as instituições estaduais são responsáveis por aproximadamente 43% da produção científica do país. Contudo, este recurso, de acordo com o mesmo professor, não chega a 30 milhões por ano¹¹ (MATÉRIA PORTAL REPUBLICANOS 10, 2017).

No ano de 2017, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, no contexto de instauração do projeto ultraneoliberal (ANTUNES, 2018), foi criada uma Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas Estaduais e Municipais no Congresso Nacional, liberada pelo deputado Cleber Verde, com o objetivo de pressionar o Ministro da Educação na gestão Temer, Mendonça Filho, a publicar um novo edital do PNAEST. Outro ponto abordado em uma destas reuniões, é que muitas instituições, assim como a UENF, aderiram ao Sistema SISU com o objetivo de ampliar os seus recursos junto ao Governo Federal, tais como o PNAEST, passaram a atender muitos alunos de outras localidades e não dispõem de recursos suficientes para assisti-los. Assim, conforme matéria publicada no portal republicanos 10, o reitor da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2017, Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa, afirmou que isso compromete a manutenção do próprio SISU nas instituições estaduais:

¹¹ Fonte: <https://republicanos10.org.br/noticias/parlamentares/cleber-verde-reune-reitores-de-todo-o-brasil-na-camara-e-cobra-retorno-do-pnaest>. Acesso em 08 de março de 2020.

Não temos condições de manter esses alunos e isso resulta numa evasão muito grande. Havia previsão orçamentária, mas foi cortada no momento em que houve uma grande mobilização das universidades para aderir ao Pnaest. Ou seja, aconteceu o corte e nenhum edital foi publicado. Isso impediu que as novas instituições aderissem ao plano e as anteriores, que aderiram, não receberam os recursos anteriores¹² (MATÉRIA PORTAL REPUBLICANOS 10, 2017).

No entanto, apesar de toda problemática apontada, não podemos deixar de afirmar que o recurso do PNAEST foi fundamental para dar início a AE relacionada à ação de alimentação, especialmente no ano de 2016, período em que a UENF passou por um processo de sucateamento devido à crise econômica enfrentada pelo Estado do Rio Janeiro, que passou a reduzir e atrasar o desembolso dos recursos de custeio da instituição (SILVA et al, 2018). Diante desse quadro de crise, a pesquisadora desse presente estudo, enquanto aluna de graduação, escutou por diversas vezes o representante dos estudantes relatar em assembleias estudantis, que o RU da universidade só se mantinha de portas abertas devido a verba federal oriunda do PNAEST. Desse modo, concluímos que, além de ter impulsionado a implementação da AE no âmbito da alimentação a partir de 2014, o recurso do PNAEST foi imprescindível para a manutenção dessa medida de assistência no turbulento período pelo qual a universidade passou no ano de 2016.

Ainda sobre as ações de AE criadas na UENF por meio do PNAEST, consideramos importante informar, que por se tratarem de ações mais amplas, isto é, que atendem de alguma forma a todo corpo discente, fica inviável contabilizar a quantidade de estudantes que foram e são beneficiados por elas. Só conseguimos ter noção da cobertura da ação relacionada ao subsídio total do valor da refeição devido ao fato desta medida ter como público alvo apenas os alunos cotistas da universidade. Desse modo, dos 2.016 estudantes de graduação matriculados atualmente na UENF, 974 são cotistas e, portanto, alunos que são contemplados com a AE referente ao oferecimento da gratuidade de uma refeição.

A amplitude e as características das medidas de assistência implementadas pela UENF por meio do PNAEST, também dificultam a análise a respeito do acompanhamento e execução das ações. Assim, as ações de AE referentes à alimentação e ao transporte/locomoção (empréstimo de bicicletas), são as únicas que recebem

¹² Fonte: <https://republicanos10.org.br/noticias/parlamentares/cleber-verde-reune-reitores-de-todo-o-brasil-na-camara-e-cobra-retorno-do-pnaest>. Acesso em 08 de março de 2020.

acompanhamento. Desse modo, o empréstimo de bicicletas é executado e acompanhado pela Secretaria da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, enquanto o funcionamento do restaurante universitário é acompanhado pela Prefeitura da UENF.

No que tange a relação estabelecida entre as ações de AE criadas e a taxa de evasão da universidade, apesar de o entrevistado 7 da presente pesquisa ter declarado que: “tem um gráfico que mostra que a taxa de evasão é mais ou menos constante desde o início da UENF” (Participante 7 – Antigo Assessor da Pró-reitoria de graduação, entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2019), não nos foi concedido acesso aos dados relacionados ao quantitativo de matrículas e de trancamentos durante o período em que a instituição utilizou os recursos do PNAEST, nos impedindo assim, de realizarmos uma análise a respeito das taxas de evasão da instituição. Desse modo, consideramos importante registrar, que mesmo sendo criadas com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes, sobretudo, os oriundos de classes subalternas, não podemos apontar nesse estudo se as ações de assistência criadas por meio do PNAEST provocaram mudanças nas taxas de evasão da UENF.

Em suma, verificamos que, apesar de todas as problemáticas apontadas, a implementação e execução do PNAEST na UENF contribuiu para a expansão do programa de assistência estudantil da universidade, sobretudo, no âmbito da alimentação. Entretanto, como já sinalizado, parte significativa do recurso se perdeu, devido a todas as questões também já tratadas, impedindo que se implementasse com a verba do programa, medidas de assistência caras aos estudantes da UENF e indicadas pelo Programa, tais como o auxílio moradia, o auxílio transporte (para passagem de ônibus), a assistência médica, odontológica, mental, o auxílio creche e o acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais, que, apesar de não terem aparecido nas falas dos entrevistados dessa pesquisa e não foram contemplados pela instituição, fazem parte do conjunto de assistências auxiliaadoras no processo de garantia de permanência dos estudantes nas IES públicas.

Dessa forma, de todas as ações citadas acima, a assistência médica e mental foram as únicas que conseguiram ser implementadas na universidade após o PNAEST. Sobre a assistência médica a entrevistada 8 relatou o seguinte:

“Tem um médico que tá atendendo segunda feira de manhã, a partir de oito e meia, se não me engano e terça à tarde, a partir de três e meia. [...] Quando os meninos precisam a gente manda pra lá, mas ele está atendendo a toda comunidade, não é só estudante não. Não é toda comunidade externa não, é toda a comunidade interna, técnicos, professores, terceirizados, atende todo mundo” (Participante 8 – Assistente Social, entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2019).

Em relação a assistência mental, esta começou a ocorrer na universidade no ano de 2018 por meio de um projeto voluntário de acolhimento intitulado Escuta Clínica e Ações Preventivas: a Saúde Mental no Campus Universitário da UENF, criado através da formalização de um convênio feito entre a UENF e o departamento de psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Diferentemente da assistência médica e mental, o auxílio moradia ainda não foi implementado na universidade. Contudo, foi sendo reivindicado pelos estudantes da UENF como pode ser visto na fala da entrevistada 3:

“[...] a ocupação que a gente fez em 2016, que eu participei da ocupação, a gente fechou a reitoria, a sala de reunião da reitoria pra reivindicar inclusive a questão da moradia” (Entrevistada 4 – Antiga Integrante do movimento estudantil, entrevista realizada no dia 27 de maio de 2019).



Figura 6: Ocupação da reitoria da UENF, realizada pelos estudantes da instituição em 2016 reivindicando a implementação do auxílio moradia.
Fonte: Arquivos de professor da instituição

De acordo com a entrevistada, após a implementação da assistência no âmbito da alimentação, o movimento estudantil passou a reivindicar mais intensamente pela implementação do auxílio moradia, acarretando na ocupação de 2016, como pode ser observado na figura acima. Dessa forma, o resultado de todo esse movimento reivindicatório foi a construção de um projeto voltado para a implementação do auxílio moradia. Segundo a entrevistada 8:

“Nós chegamos a fazer um projeto pra moradia, porque eles reivindicavam o alojamento aqui, só que devido as experiências das outras universidades, era muito trabalhoso, tem mais problema do que solução, ele resolve o problema da moradia, mas tem outros problemas. Então era mais fácil de fazer um projeto de auxílio moradia. Esse projeto foi aprovado na câmara, na ALERJ, só que ele foi aprovado na ALERJ, mas não sei te dizer se a verba foi destinada, porque aluno nenhum recebeu esse auxílio” (Entrevistada 8 – Assistente social, entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2019).

Portanto, a fala da entrevistada demonstrou que o projeto do auxílio moradia foi feito pela UENF e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. O projeto aprovado em dezembro de 2015 tinha como objetivo a implementação de um auxílio no valor de R\$: 500,00 que deveria ser destinado aos 650 estudantes, preferencialmente, cotistas. Todavia, como foi apontado pela entrevistada, não houve até a presente data de fevereiro de 2020, a destinação do recurso para esse fim. A não implementação do auxílio moradia na universidade é explicada pela entrevistada 4 por meio do seguinte relato:

“Então os alunos desde 2013... 2012 eles já, através do Diretório Central dos Estudantes - DCE, reivindicando assistência... moradia estudantil, né? o que facilitaria também a permanência do estudante, mas ainda não conseguimos implementar, principalmente em função da crise econômica do estado e com essa crise econômica o repasse de recursos pra universidade ela foi contingenciada a zero, exceto pagamento de pessoal nos de 2016 e 2017, e em 2018, a partir do meado do ano, é que realmente nós começamos a ter algum recurso pra pensarmos em alguma coisa a mais dentro da universidade e mesmo assim não é suficiente, porque você tem outra prioridades. Se você ficou dois anos sem cuidar da sua casa, são dois anos de acumulo de serviços que tem que ser consertados antes, né? primeiro você que realmente estruturar, reestruturar a casa antes de começar a fazer alguma coisa” (Participante 4 – Antiga Pró-Reitora de graduação, entrevista realizada no dia 04 de abril de 2019).

Como pode ser visto, a entrevistada aponta a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro e o consequente corte de verbas enfrentado pelas IES estaduais, com destaque para a UENF, como a razão de o auxílio moradia ainda não ter sido implementado na instituição. Complementando a informação dada pela entrevistada, uma matéria publicada no portal da ALERJ, mostra que o benefício referente ao auxílio moradia não foi especificado na Lei Orçamentária Anual – LOA, o que dificulta a aplicação do recurso para esse fim. Desse modo, o que pode ser concluído de todo exposto, é que o auxílio moradia ainda não foi implementado na UENF por decisão da própria instituição, que ao enfrentar o processo de cortes e reduções de verba, vem deslocando recursos para áreas consideradas prioritárias, que

não incluem o auxílio moradia. Além disso, o fato de o recurso para esse auxílio não vir especificado na LOA, facilita a decisão da instituição em não direcionar a verba para tal fim.

Posto isto, observamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção de um programa de assistência estudantil consolidado na UENF. De certo, acreditamos que o primeiro passo dado em direção a essa consolidação se refere à criação de um setor de assistência unificado, isto é, defendemos que precisa ser implantado na universidade, um setor que reúna todas as ações de AE ofertadas, tais como: auxílio cotas, apoio acadêmico, assistência mental, assistência médica, alimentação, transporte e, caso seja implementado, o auxílio moradia. A questão da inexistência de um setor unificado voltado para a assistência estudantil foi mencionada com todos os participantes dessa pesquisa e, de forma unânime, todos os entrevistados apontaram a necessidade de criação desse setor.

Atualmente, o papel de apresentar o programa de AE da UENF fica sob a responsabilidade das assistentes sociais da instituição. No entanto, como vimos nesse capítulo, algumas das ações ofertadas na universidade não são executadas e acompanhadas por essas profissionais, como no caso das medidas criadas por meio do PNAEST. Desse modo, compreendemos que, mesmo havendo esse processo de apresentação, algumas dúvidas só podem ser sanadas no setor responsável pela assistência, o que se torna complicado devido ao fato de as ações serem descentralizadas.

Assim, conforme foi apontado pelos entrevistados e defendido por nós, a criação de uma unidade de assistência estudantil é imprescindível. Ao se agregar todas as ações estudantis em um mesmo setor, o programa de assistência da instituição se tornaria mais claro para todo corpo discente, ao mostrar quais ações podem ser adquiridas, acumuladas, assim como o tempo de cobertura de cada uma e o trâmites necessários para renovação ou cancelamento destas. Além disso, a universidade passaria a ter contato maior com cada estudante, conhecendo sua realidade e auxiliando nas dificuldades, detendo dessa forma, um controle maior sobre número de evasões, que como visto ainda é uma questão problemática na universidade.

Dito isto, encerramos esse estudo com o entendimento de que a UENF vem tentando, seja por meio da verba oriunda do governo estadual, seja por meio de recursos advindos de outras fontes, como no caso do PNAEST, expandir as condições de permanência de seus estudantes com a implementação de ações de assistência estudantil. Além disso, não podemos deixar de salientar, que o papel que os estudantes vêm desempenhando em relação aos

movimentos de reivindicação por essas ações, têm sido fundamental para a conquista das mesmas.

No entanto, como foi evidenciado nos dados levantados por meio dessa pesquisa, os recursos oriundos do PNAEST não foram capazes de garantir o estabelecimento de uma política de assistência estudantil mais estruturada na UENF. O impedimento de um programa de AE mais significativo se deu devido as características do PNAEST, que pode ser explicado como uma política governamental limitada e descontínua. Desse modo, concluímos que ainda faltam ações as serem implementadas na UENF, especialmente, às relacionadas à moradia, como também um acompanhamento mais eficaz sobre as medidas de assistências em vigência, por meio da criação de um setor unificado voltado para esse fim.

CONCLUSÃO

No Brasil, a desigualdade do acesso à educação em geral, sempre se apresentou como uma grande problemática. A demora da instauração da educação como direito de todos contribuiu para que, por um longo período, camadas sociais subalternizadas da sociedade fossem excluídas dos bancos escolares. A questão se torna mais acentuada quando tratamos, especificamente, do ensino de nível superior que, como abordado no presente trabalho, começou a ter seu acesso expandido a partir da década de 1990.

Portanto, como visto no primeiro capítulo desse estudo, as mudanças ocorridas no cenário mundial, no âmbito da instauração do mundo globalizado, da sociedade da informação e das transformações no mundo produtivo, exigiram que a força de trabalho de países de capitalismo periférico, dependente e subordinado como o Brasil, fosse qualificada de modo a se tornarem aptas para ocuparem os novos postos de trabalho que o mundo produtivo criara. Desse modo, surge a necessidade em se ampliar o acesso ao ensino de nível superior, visto como um nível de ensino responsável pela formação de força de trabalho qualificada.

Assim, inicia-se na década de 1990 o processo de ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, acentuado nos anos 2000, no governo do Partido dos Trabalhadores. Como registrado no capítulo um, essa expansão foi sendo discutida e promovida por meio de documentos oficiais como a LDB, que regulamentou a diversificação das instituições de

ensino superior, o PNE que apresentou a necessidade em se expandir as vagas nesse nível de ensino e o PDE que instituiu e aprimorou programas que objetivavam promover a expansão na prática como nos casos do REUNI, PROUNI e FIES. Dessa forma, vimos que a ampliação do ensino superior se deu por meio da ampliação de vagas nas IES privadas e incentivos de acesso a essas instituições por meio dos programas do governo como o FIES e o PROUNI, que financiam o setor privado da educação com verba pública. Entretanto, houve também uma tentativa de ampliação das vagas no âmbito do ensino superior público federal por meio do programa REUNI que, em função da contenção do orçamento, impediu que se promovesse uma expansão satisfatória, isto é, sem sobrecarga do trabalho docente, com infraestrutura adequada para atender os novos cursos e receber os novos alunos.

Importante salientar, que além da ampliação das vagas e do acesso às IES públicas federais e privadas, notamos, que no período dos anos 2000, houve um processo expansionista em relação as IES públicas estaduais. Dessa forma, registramos que, apesar da baixa produção de trabalhos a respeito das instituições pertencentes a essa categoria administrativa, as IES estaduais, junto das IES públicas federais e municipais, compõem o campo da educação superior pública brasileira e vem desempenhando um importante papel no processo de expansão e tentativa de democratização desse nível de ensino ao ser responsável, historicamente, por ofertar a educação de nível superior no interior do país.

Passando para o capítulo dois, registramos que o período em que se acentuou a expansão do ensino superior e se tentou democratizar o mesmo, a partir da instauração de políticas de assistência estudantil, foi denominado de neodesenvolvimentista. O referido projeto político foi colocado em prática no país pelo Partido dos Trabalhadores com o intuito de diferenciar a política econômica posta em curso pelo partido, das medidas neoliberais implementadas na gestão anterior do PSDB. Assim sendo, o neodesenvolvimentismo buscava conciliar o crescimento econômico e o social através da promoção de políticas sociais redistributivas e abertura do sistema de financiamento para as camadas pauperizadas. Tendo em vista que o período abordado foi marcado pela implementação de diferentes políticas sociais, algumas que já vinham sendo reclamadas por seguimentos da sociedade foram sendo instauradas, como é o caso da política de assistência estudantil voltada para o ensino superior.

Portanto, diante do movimento de expansão das IES e dentro dos objetivos propostos pelo chamado projeto neodesenvolvimentista, buscando atender às históricas demandas do movimento estudantil brasileiro, foram criadas pelo Governo Federal, nos anos 2000, a

política do PNAES e, posteriormente, do PNAEST. Ambas políticas foram criadas com o objetivo de oferecer condições de permanência aos estudantes pauperizados do ensino superior, por meio de ações de assistência nas áreas de alimentação, moradia, creche, apoio pedagógico, dentre outros. No entanto, apesar de terem sido lançadas sob o discurso oficial de tentativa de democratização do ensino superior público e de preocupação com a permanência dos estudantes socioeconomicamente pauperizados nas instituições públicas federais e estaduais, ao analisarmos os programas percebemos que ambos se enquadram no conjunto de políticas sociais de caráter redistributivo, lançadas pelo governo neodesenvolvimentista do PT, que tentou melhorar as condições de vida da população brasileira e reduzir a desigualdade social do país através do acesso à renda e ao consumo de massa. Dito isto, percebemos que assim como o FIES e o PROUNI, o PNAES e o PNAEST também favorecem o setor privado ao permitir que se faça uso da verba pública para a contratação e pagamento de empresas que prestem serviços voltados para assistência estudantil aos estudantes universitários.

Em se tratando do terceiro e último capítulo do presente estudo, referente ao PNAEST e sua implementação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, registramos que, apesar da criação e execução de algumas ações de assistência estudantil desde o início de seu funcionamento, a UENF buscou no ano de 2011 ampliar suas ações de assistência por meio da adesão ao PNAEST. Assim, através da política pode-se implementar na instituição ações de assistência estudantil voltadas para alimentação, transporte, apoio pedagógico e de incentivo à cultura. No entanto, devido às restrições impostas no que se refere à utilização dos recursos captados, a universidade foi impedida de criar algumas ações reivindicadas pelo corpo discente. Dessa forma, medidas relacionadas à moradia e ao transporte (ônibus), por exemplo, foram impedidas de serem criadas por meio do recurso do programa federal. Entretanto, apesar do exposto, percebemos que a política foi fundamental para impulsionar a execução da AE no âmbito da alimentação, sobretudo, no período de crise pelo qual a universidade passou no ano de 2016. Nesse sentido, podemos apontar como positiva a adesão do programa pela UENF, já que devido a ele, foi possível se colocar em prática a assistência relacionada a alimentação, que era, no período, a principal pauta de reivindicação dos estudantes da instituição.

Portanto, no que tange especificamente ao PNAEST, objeto de análise dessa pesquisa, concluímos que este se tratou de uma política de caráter focalizado, presente no programa neoliberal, já que visava o atendimento preferencial dos estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Além

disso, o programa configurou-se como limitado e descontinuo, ao restringir a forma que o recurso seria utilizado pelas IES estaduais e ao ter sua execução paralisada. De certo, a fragilidade do PNAEST ficou evidente quando percebemos que ele se configurou apenas como um programa governamental, esporádico e descontínuo, criado por meio de uma portaria normativa, e que só poderia ser executado por meio de editais, que tinham sua liberação atrelada à disponibilidade de recursos existentes no MEC.

Além disso, constatamos que, diferentemente do PNAES que, continua em vigência nas IES públicas federais, o PNAEST teve fim no ano de 2014, deixando as instituições estaduais desamparadas no que se refere à manutenção e criação de ações de assistência ao estudante. Portanto, diante de tudo o que foi exposto, o que verificamos é que, apesar da criação do PNAEST, ainda não ocorreu o estabelecimento de uma política de assistência estudantil de âmbito nacional voltada para as IES públicas estaduais. Trata-se de um projeto a ser construído a partir da união, da reivindicação e da luta da sociedade civil, especialmente, dos estudantes, professores e técnicos do ensino superior engajados no estabelecimento de um ensino superior mais justo e democrático para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Edgleuma de. Universidades estaduais no contexto de expansão do ensino superior. In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos, São Paulo: Anpae, 2011, p. 1 – 13. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacaoesRelatos/0357.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019, às 15:17.

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras. Brasília, DF: **Biblioteca Digital Câmara dos Deputados**, p.1-14, outubro 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2019, às 00:35.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BODIÃO, Idevaldo da Silva. Reflexões sobre as ações da Sociedade Civil na construção do PNE 2014/2024. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, p. 335-358, abr./jun, 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.

BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67 – 104.

BORSATO, Francieli Piva. A assistência estudantil no contexto da “democratização” da educação superior brasileira. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luís/Maranhão. Anais eletrônicos. São Luís/Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-assistencia-estudantil-no-contexto-da-democratizacao-da-educacao-superior-brasileira.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2020, às 17:23.

BOROWSKY, Micheli Marques. **“FILHOS DO REUNI”: Avanços e Limites do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na formação Acadêmica dos Estudantes**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

BRASIL. Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, Brasília, novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 14:00.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 22 de maio 14:34.

BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 17:03.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 19:32.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 17:27.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST. Disponível em: < http://www.uel.br/prograd/eventos/enem/documentos/portaria_mec_25_28.12.2010.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019, às 17:18.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 811-829, dez. 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19 setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2020, às 14:21.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: Embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. Rio de Janeiro: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul./out, 2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.**, n.112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. As políticas de educação superior no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001. [S.l]: **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, p. 143-148, jan./abr, 2003.

CORREIO, Larissa Cavalcanti de Albuquerque. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. Passo Fundo: **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 4, n. 2, p. 44-63, abril/junho, 2018.

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 11 de março de 2020, às 20:43.

Censo da educação superior. Resumo Técnico 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em 21 de junho de 2019, às 23:29h.

Censo da educação superior. Resumo Técnico 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em 27 de agosto de 2019, às 13:30h.

Censo da educação superior. Resumo Técnico 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em 21 de junho de 2019, às 23:35h.

Censo da educação superior. Resumo Técnico 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em 22 de junho de 2019, às 13:54h.

Censo da educação superior. Resumo Técnico 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em 27 de agosto de 2019, às 14:00h.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, p. 17-29, 2003.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Rio de Janeiro: **Ensaio**, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

EDITAL AUXÍLIO CRECHE UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/informes/programa_auxilio_creche_2019_.pdf>. Acesso em: 21/01/2020.

EDITAL AUXÍLIO CRESCHE UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Disponível em: <<https://progesp.ufam.edu.br/programas-e-auxilios/auxilio-academico/62-departamento-de-assistencia-estudantil-daest/314-edital-001-2019-auxilio-creche.html>>. Acesso em: 21/01/2020.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. **Assistência estudantil e tendências da política social no Brasil: resultados na permanência dos estudantes do Instituto Federal Fluminense**. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Programa de pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Brasília: **Linhas Críticas**, v. 18, n. 36, p. 455-472, mai./ago, 2012.

FRANCO, Juliana Oshima. A UNE e a reforma universitária no governo Lula. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2012, [S.I.]. Anais Eletrônicos, 2012, p. 1 -14. Disponível em: <
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/singlefile.php?cid=89&lid=5073>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020, às 13:19.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-88.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 117-176.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. São Paulo: **Serv. Soc. Soc**, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

JUNIOR, Nestor Gomes Duarte. Transferência de renda como solução para a assistência estudantil: bolsas e auxílios financeiros como estratégia de permanência nas universidades públicas brasileiras. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, 2018, Vitória, ES. Anais Eletrônicos, Vitória, ES: UFES, 2018, p. 1 – 17. Disponível em: <
<http://teste.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22826>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019, às 17:07.

JESUS, Luciano Nascimento de; MEYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da UNE aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). Maringá: **Acta Scientiarum Education**, v. 38, n. 3, p. 247 – 257, jul./set. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. Rio de Janeiro: **Em Pauta**, v. 15, n. 39, p. 155-175, 2017.

LIMA, Lana Lage da Gama; ALVES, Heloiza Manhães. **UENF, a Universidade do terceiro Milênio: Uma memória (1993-2003)**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2003.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. [S.l]: **Universidade e Sociedade**, v. 55, [S. n], p. 32-46, fev. 2015.

LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. Trabalho Complexo. Rio de Janeiro: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tracom.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019, às 22:10.

LUZ, Ricardo Santos da; BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 17, n. 27, p. 137-165, 22 nov. 2010.

MACIEL, Carina Elisabeth.; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos.; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. [S.L]: **RBPAE**, v. 32, n.3, p. 759-781, set./dez, 2016.

MANCEBO, Deise. Crise Político-Econômico no Brasil: Breve análise da educação superior. Campinas: **Educ. Soc**, v. 38, n. 141, p. 875-892, out./dez, 2017.

MANCEBO, Deise; JÚNIOR, João dos Reis Silva. Expansão da educação superior e a reforma da rede federal de educação profissional. Natal: **Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 73-94, jan./abr, 2015.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar, 2015.

MANCEDO, Deise; LÉDA, Denise Bessa. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 49 – 64, jan./abr. 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Revista São Paulo Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 1-22, Jan./Mar, 2000.

MATÉRIA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SOBRE ADESAO DO SISU PELAS ESTADUAIS NO ANO DE 2011. Disponível em: <<http://redecomunicadores.mec.gov.br/noticias/3543-1o-edicao-do-sisu-de-2011-tem-maior-adesao-de-instituicoes-estaduais>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

MATÉRIA REPUBLICANOS 10 SOBRE REUNIÃO DE REITORES DE TODO O BRASIL NA CAMARA PARA COBRAR O RETORNO DO PNAEST. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/noticias/parlamentares/cleber-verde-reune-reitores-de-todo-o-brasil-na-camara-e-cobra-retorno-do-pnaest>. Acesso em 08 de março de 2020.

MATÉRIA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. Estudantes de todo Brasil se reúnem em Ouro Preto para discutir assistência estudantil. Disponível em: <<https://une.org.br/2014/05/estudantes-de-todo-brasil-se-reunem-em-ouro-preto-para-discutir-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020, às 14:24.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação Superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. [S.l]: **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, [S. n], p.1-19, 2018.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. **Lutas Sociais**, n. 8, p. 53-64, 2002.

MORAES, Glória. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Rio de Janeiro: **FGV CPDOC**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>>. Acesso em: 25/11/2019 às 13:30h. Acesso em: 25/11/2019 às 13:30h.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Por que dois planos nacionais de educação?. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p. 147-182.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 21-40.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. Configuração histórica e mudanças da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 31-89.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos (as) diretores (as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 33, n. 3, p. 707-726, 2017.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Oeste do Paraná, Cascavel, PR.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento de. O PNE (2014-2024) e a educação Superior Brasileira: a expansão em questão. [S.L]: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 195, p. 45 – 57, ago. 2017.

PAULANI, Leda Maria. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?. Rio de Janeiro: **Cadernos do Desenvolvimento**, n. 20, p. 135-155, jan/jun. 2017.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. São Paulo: **Serv. Soc.**, n. 120, p. 746-766, out/dez. 2014.

PLANO ORIENTADOR UENF. Disponível em: <<http://uenf.br/reitoria/pdi/darcy-e-o-plano-orientador-da-uenf/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2019, às 14:15.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Governo Federal/Plataforma Mais Brasil, Convênios/Acordos. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/791874?ordenarPor=data&direcao=desc>. Acesso em: dezembro de 2019.

PORTAL UENF. INSTITUCIONAL – SOBRE A UENF. Disponível em: <<https://uenf.br/portal/>>. Acesos em 10 de janeiro de 2020.

REVISTA FONAPRACE. Histórias, memórias e múltiplos olhares. Organização Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, **ANDIFES**. – UFU, PROEX: 2012.

REZENDE, Carlos Eduardo de. Um registro da Universidade Estadual do Norte Fluminense. In: MARCEL, Phellipe; PAVANI, Iuri; SIQUEIRA, Mauro. **Hoje acordei pra luta!**: Intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017, p. 194-202.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.151, de 04 de setembro de 2003. Dispõe sobre nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument#_Section1>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1b96527e90c0548083257520005c15df?OpenDocument>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

SAMPAIO, Helena; BALBACHESKY, Elizabeth; PEÑALOZA, Verónica. Universidades estaduais do Brasil: características institucionais. São Paulo: **NUPES**, p. 1 -138, 1998.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. São Paulo: **Serv. Soc.**, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Vivemos um processo de reversão neocolonial. **IHU Online**, n. 392, 2012a. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SANTOS, Nivalter Aires. Leituras do Neodesenvolvimentismo: um debate no interior do marxismo. Dourados: **Movimentação**, v. 5, n. 8, p. 85-105, 2018.

SANTOS, Jean Mac Cole. Tavares; SILVA, Maria Kélia da; MELO Silvano Ferreira. Adesão da UERN ao Enem e a democratização do acesso ao ensino superior. [S.l]: **Holos**, v.33, p. 16-31, 2017.

- SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC. Campinas, SP: **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Campinas, SP: **Cad. Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291 – 312, set./dez. 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. [S.l]: **Póiesis Pedagógica**, v.8, n. 2, p. 4 -17, ago./dez. 2010.
- SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. Campinas, SP: **Revista HISTEDBR On-line**, v.18, n. 2, p. 291-304, abr./jun. 2018.
- SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. São Paulo: **Lutas Sociais**, n. 7, p. 1- 9, 2001.
- SILVA, Renata Maldonado, et al. Analisando a crise das universidades estaduais do Rio de Janeiro como parte de um desmanche programado: o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Brasília, DF: **Universidade e Sociedade**, n.62, p. 88-101, jun. 2018.
- SOARES, José de Lima. (2013). As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. Brasília: **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 541-564, set./dez. 2013.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula. [S.L]: **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 49, p. 1-11, abr. 2009.
- VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Uberlândia: **Ensino Em-Revista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Campinas: **Revista Temáticas**, p. 203-220, ago/dez. 2014.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Apêndices

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.

UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é CAROLINA FRANÇA PESSANHA, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é “Educação, Política e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais”. A pesquisa é sobre a Implementação do Programa de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – PNAEST, na UENF, sob a orientação da Professora Dr^a. Renata Maldonado da Silva. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa tem por objeto de estudo o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – PNAEST, instituído em 2010, por meio da Portaria Normativa MEC nº 25. O programa foi instituído com a finalidade de expandir as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual (BRASIL, 2010). Desse modo, o objetivo da presente pesquisa consiste em investigar a implementação do PNAEST na UENF, desde sua primeira adesão no ano de 2012. A pesquisa justifica-se diante da baixa produção acadêmica sobre a política de assistência estudantil acima mencionada, sobretudo, no caso de sua implementação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, que vem exercendo desde sua fundação em 1993, uma função estratégica no que tange à democratização do ensino superior na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

A contribuição com a pesquisa é livre e sem custos para o entrevistador e o entrevistado.

Estou ciente que os dados coletados (depoimentos, fotografias) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da área. E que minha identidade será preservada. Os dados coletados somente serão utilizados na pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. A acadêmica Carolina França Pessanha conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins de pesquisa, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permite a terceiros o acesso para fins idênticos. O entrevistado poderá obter informações do andamento da pesquisa pelo e-mail: carolfrancapessanha@gmail.com ou pelo telefone (22) 998465383. Assim como, se recusar a

participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Carolina França Pessanha


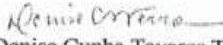
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG _____ ou CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS - PNAEST: UM ESTUDO DE CASO NA UENF” (título provisório), como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora CAROLINA FRANÇA PESSANHA sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento, se for o caso).

Campos dos Goytacazes, RJ, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE B – Carta Interna solicitada para consentimento de informações.

	
<p>Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Centro de Ciências do Homem Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais</p>	
CI PPGPS/CCH/UENF 002/19	Campos dos Goytacazes, 31 de janeiro de 2019.
<p>De: Profa. Denise Cunha Tavares Terra Coordenadora do PPGPS</p> <p>Para: Agência UENF de Inovação (AgiUENF) Convênios & Contratos</p> <p>C/C: Profª. Marina Satika Suzuki Pró-Reitora de Graduação</p> <p>Assunto: Solicitação de informações sobre o PNAEST</p>	
<p>Prezados,</p> <p>Solicitamos que seja dispensada atenção a nossa aluna do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Carolina França Pessanha, orientanda da Professora Renata Maldonado, que está realizando pesquisa sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) para as universidades estaduais. Trata-se de pesquisa com fins estritamente acadêmicos e de interesse institucional, tendo em vista o ainda reduzido número de pesquisas sobre a UENF.</p> <p>A pesquisa tem por objetivo conhecer como se deu a implantação desse programa em nossa Universidade.</p> <p>Certa da colaboração dos senhores, encaminhamos em anexo as questões sobre o PNAEST que são consideradas essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.</p> <p>Colocamo-nos à disposição para quaisquer outras informações que se façam necessárias e ficamos no aguardo de um pronto retorno.</p>	
<p>Atenciosamente,</p> <p> Denise Cunha Tavares Terra Coordenadora do PPGPS</p>	<p>Denise Cunha Tavares Terra Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais CCH/UENF - ID: 44118023</p>
<p>Av. Alberto Lamago, 2000 - Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/ RJ - 28013-602 Tel.: (22) 2739-XXXX, (22) 2719-XXXX - correio eletrônico: XXXX@uenf.br</p>	

APÊNDICE C – Roteiro aplicado ao participante 1 – Antiga pró-reitora de graduação da UENF.

- 1- Como a instituição soube de um programa criado pelo Governo Federal para ajudar a assistência estudantil nas instituições estaduais?
- 2- Houve alguma explicação de como esse programa funcionava? Como ocorreu essa explicação?
- 3- Como ocorreu a adesão da UENF ao PNAEST?
- 4- Como foram definidos os critérios de uso do PNAEST? Você saberia dizer qual setor foi responsável por essa definição?
- 5- Qual setor ficou responsável pelo gerenciamento e execução das medidas desenvolvidas e/ou cobertas pelo PNAES
- 6- Quais ações de assistência estudantil foram desenvolvidas e/ou cobertas com a verba do PNAEST?
- 7- A senhora saberia dizer qual público alvo foi estabelecido para ser atendido pelas ações de assistência desenvolvidas e/ou cobertas pelo PNAEST (perfil dos estudantes)?
- 8- O processo de elaboração e implementação do PNAEST teve participação de estudantes, professores e técnicos da universidade?
- 9- A senhora saberia dizer como os estudantes viram a adesão ao PNAEST?
- 10- Quando a UENF aderiu o PANEST pela primeira vez?
- 11- Quantas vezes a UENF aderiu o PNAEST?
- 12- A senhora saberia dizer qual o valor que a UENF recebeu em cada edital do PNAEST?
- 13- A UENF viu positivamente a adesão ao PNAEST?

APÊNDICE D – Roteiro aplicado aos participantes 2 e 3 – Ex integrantes do movimento estudantil da UENF.

- 1- Qual curso faz na UENF?
- 2- Quando começou a fazer parte do DCE?
- 3- O que o/a levou a participar do DCE?
- 4- Qual sua concepção de assistência estudantil? (O que é, Qual sua importância?, A quem deve se dirigir?)
- 5- Fez parte do movimento de reivindicação por qual (is) ação (s) de assistência estudantil?
- 6- Como foi o processo de reivindicação? (lutas travadas, barreiras enfrentadas)
- 7- Quais ações de assistência estudantil cobertas ou criadas, a partir da instituição do PNAEST, são de seu conhecimento?
- 8- O DCE esteve envolvido no processo de elaboração, tramitação e implementação do PANEST?
- 9- Os setores responsáveis pela implementação e execução das ações de assistência estudantil da universidade permitem a participação dos estudantes, de uma forma geral, ou do DCE, no monitoramento das ações de assistência estudantil?
- 10- O que pensa a respeito das ações de assistência estudantil em vigência na UENF?
- 11- O que pensa a respeito de não existir um setor unificado voltado para a assistência estudantil da universidade?
- 12- Em sua concepção, quais ações de assistência estudantil ainda precisam ser implementadas na UENF?

APÊNDICE E – Roteiro aplicado a participante 4 – Antiga pró-reitora de graduação da UENF.

- 1- A senhora poderia falar um pouco da sua experiência profissional na UENF?
- 2- Em que ano a senhora assumiu a Pró Reitoria de Graduação da UENF?
- 3- Como a senhora caracterizaria a sua experiência como ocupante desse cargo?
- 4- Nesse período em que a senhora está à frente da Pró-Reitoria de Graduação, quais são as ações de assistência estudantil em vigência na UENF?
- 5- Como a senhora entende a assistência estudantil? (O que é?, Qual importância?, A quem deve se dirigir?)
- 6- Qual o objetivo da UENF em oferecer ações de assistência estudantil? A senhora acredita que a universidade apresenta alguma especificidade na área de assistência estudantil?
- 7- As bolsas de iniciação científica, extensão, monitoria e afins, são consideradas pela Pró-Reitoria de Graduação como ações de assistência estudantil?
- 8- A senhora poderia falar um pouco de como ocorreu a implementação do PNAEST?
- 9- Além das ações de assistência estudantil desenvolvidas e/ou cobertas pelo PNAEST, quais outras ações de AE são oferecidas pela UENF?
- 10- Quem são os responsáveis pela execução e monitoramento dessas ações hoje?
- 11- Qual o público alvo dessas ações?
- 12- A senhora saberia dizer o número disponível de vagas para cada ação de assistência estudantil em vigência? (quantos alunos tem acesso ao bandeirão?, quantas bolsas de apoio são ofertadas?, quantas bicicletas são disponibilizadas para empréstimo?)
- 13- No momento, qual o número de estudantes cobertos por essas ações anualmente?
- 14- A senhora considera que as ações de assistência estudantil são suficientes para a garantia de permanência dos estudantes?
- 15- No momento, saberia dizer se ainda há verba do PNAEST para ser utilizada em outras ações ou na manutenção das ações em vigência?
- 16- Caso haja a possibilidade, a instituição concorreria a outro edital do PNAEST? Por que?
- 17- A atual gestão pretende implementar alguma nova ação de assistência estudantil na universidade? Qual seria?
- 18- Quais barreiras são encontradas para a implementação de ações de assistência estudantil na UENF?
- 19- A senhora poderia dizer se, com a adesão do SISU houve aumento no número de cursos e vagas para a UENF?
- 20- Em relação ao número de matrículas, saberia dizer qual foi o número de ingressantes e concluintes do ano de 2010 em diante?

APÊNDICE F – Roteiro aplicado ao participante 5 – Antigo pró-reitor de graduação.

- 1-** O senhor poderia falar um pouco da sua experiência profissional na UENF?
- 2-** Em que ano o senhor assumiu a Pró Reitoria de Graduação da UENF?
- 3-** Como o senhor caracterizaria a sua experiência como ocupante desse cargo?
- 4-** No período em que o senhor esteve à frente da Pró-Reitoria de Graduação, quais eram as ações de assistência estudantil em vigência na UENF?
- 5-** Qual era o setor responsável pela execução e monitoramento dessas ações?
- 6-** Nesse período em que esteve à frente da Pró Reitoria de Graduação, houve o desenvolvimento de alguma nova ação na área de assistência estudantil? Se sim, qual?
- 7-** Em caso afirmativo à questão anterior, qual setor ficou responsável pelo desenvolvimento e execução da nova ação?
- 8-** Nesse período, quais eram os objetivos das ações de assistência estudantil em vigência na UENF?
- 9-** Como, na época, os responsáveis pelas ações de assistência estudantil viam a função das mesmas em relação aos objetivos estratégicos da UENF?
- 10-** Além da Pró Reitoria de Graduação, quais instâncias estavam envolvidas nas ações na área de assistência estudantil?
- 11-** Quais eram os perfis dos estudantes com os quais havia mais preocupação em termos de assistência estudantil durante sua gestão à frente da Pró-Reitoria de Graduação?
- 12-** Foram encontradas barreiras para a implementação de ações de assistência estudantil durante o período em que esteve à frente da Pró Reitoria de Graduação? Se sim, quais?
- 13-** Como o senhor vê atualmente o papel da assistência estudantil em termos de apoio e fixação dos estudantes na UENF?
- 14-** O senhor já ouviu falar do PNAEST? Se sim, poderia elaborar sua opinião sobre este programa?
- 15-** Em sua opinião, quais seriam as mudanças necessárias, se alguma, nas ações de assistência estudantil atualmente executadas em relação ao período em que ocupou a Pro-Reitoria de Graduação?

APÊNDICE G – Roteiro aplicado ao participante 6 – Antigo assessor da Pró-Reitoria de Graduação.

- 1-** O senhor poderia falar um pouco da sua experiência profissional na UENF?
- 2-** O senhor já assumiu algum cargo de gestão na universidade?
- 3-** Em caso afirmativo, como o senhor caracterizaria a sua experiência como ocupante desse cargo?
- 4-** O senhor se recorda de como foi constituída a assistência estudantil na UENF no início de seu funcionamento? (quais ações foram criadas?)
- 5-** Como, na época, a universidade enxergava a função dessas ações de assistência estudantil? (qual era o objetivo delas? qual público buscava atender?)
- 6-** O senhor se lembra dos setores/pessoas que eram responsáveis pela criação e manutenção dessas ações?
- 7-** Como o senhor teve conhecimento da implementação do PNAEST na UENF?
- 8-** O senhor, enquanto professor, participou desse processo de implementação?
- 9-** Qual a opinião do senhor sobre o referido programa?
- 10-** Como o senhor vê atualmente o papel da assistência estudantil em termos de apoio e fixação dos estudantes na UENF?
- 11-** Em sua opinião, quais seriam as mudanças necessárias, se alguma, nas ações de assistência estudantil atualmente executadas na universidade?
- 12-** Qual a opinião do senhor a respeito de não existir na UENF um setor unificado voltado para as ações de assistência estudantil?

APÊNDICE H – Roteiro aplicado ao participante 7 – Antigo assessor da Pró-Reitoria de Graduação.

1-O senhor poderia falar um pouco da sua trajetória acadêmica?

2-Em que momento o senhor iniciou os levantamentos sobre os discentes da instituição?

3-Quais as principais modificações apontadas no seu levantamento em relação aos discentes após o SISU?

4-Qual é o número de vagas ofertados anualmente via SISU? Esse número aumentou nos últimos anos, desde 2011? Qual foi o aumento?

5- Qual o número total de alunos matriculados na instituição atualmente?

6 - Qual foi o número de ingressantes (matriculados) na UENF nos anos de 2010 a 2015?

7 - Qual o número de concluintes a partir do ano de 2014 (até 2018)?

8 - Quantos alunos ingressam por meio do sistema de ação afirmativa? (Quantas vagas são disponibilizadas anualmente?)

9 - Qual foi o número de alunos ingressantes por meio do sistema de cotas no ano de 2010?

10 - Existe o quantitativo de alunos que fazem uso do restaurante universitário anualmente, desde sua implementação?

11- Desse total, quantos alunos têm direito ao subsídio total de uma refeição? (Há um número específico oferecido em todos os anos ou esse número muda anualmente?).

12 - Em caso positivo a questão anterior, qual o número de alunos que tiveram subsídio total de uma refeição nos anos de funcionamento do RU, anos de 2015, 2016, 2017 e 2018?

13 - O senhor saberia informar o número de bicicletas que são oferecidas para empréstimo, anualmente?

14 - O senhor saberia informar quantas bolsas de apoio acadêmico são disponibilizadas anualmente?

15 - O senhor saberia informar qual o número de alunos que tiveram acesso a bolsa de apoio acadêmico e auxílio cotas no período de 2010 a 2018? (Em cada ano, quantos alunos foram assistidos por essas ações).

16- No que se refere aos alunos desistentes, o senhor teria uma taxa de evasão? Qual ano esta taxa foi mais acentuada? Em quais cursos?

16-O senhor saberia nos informar quais cursos utilizam, com mais frequência, o apoio que a universidade disponibiliza aos estudantes?

APÊNDICE I – Roteiro aplicado a participante 8 – Assistente Social da UENF.

- 1 - Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional na UENF.
- 2 - Como foi a inserção da senhora no processo de implementação do PNAEST? (a senhora foi convidada a integrar a comissão).
- 3 - Qual foi o papel da senhora, enquanto representante do setor de assistência social, no processo de implantação da referida política?
- 4 - A senhora participou do processo de discussão, decisão e formulação das ações de assistência estudantil que foram criadas por meio da verba do PNAEST?
- 5 - Houve a participação de mais algum profissional?
- 6 - A senhora saberia dizer o quantitativo de estudantes atendidos pelo PNAEST?
- 7 – Quais foram os contatos do setor da assistência com os alunos?
- 8 - O que a senhora achou a respeito das medidas que foram criadas?
- 9 - O que a senhora acha da assistência estudantil oferecida na UENF? (Todas as ações).
- 10 - Após a criação e execução das ações, houve algum acompanhamento e avaliação das medidas de assistência implementadas via PNAEST?
- 11 - Sobre as outras ações de assistência em vigência na UENF, como o setor de assistência social acompanha e avalia essas ações?
- 12 – A senhora considera necessário haver na universidade um setor unificado de assistência estudantil?

Anexos

ANEXO A: Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010.

PORTARIA NORMATIVA MEC nº 25, de 28/12/2010

Posted: Janeiro 6, 2011 in *Assistência Estudantil*

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST.

O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, Considerando:

A centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso aos estudantes das universidades;

O disposto na Lei nº 9.394/96 e os princípios da eficiência administrativa e da execução orçamentária, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais – PNAEST, com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual, na forma desta Portaria.

§ 1º São objetivos do PNAEST:

- I – fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV – aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes;
- V – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

§ 2º O PNAEST será destinado exclusivamente às instituições estaduais de educação superior gratuitas, cujas organizações acadêmicas, conforme constante no cadastro e-MEC, correspondam às categorias de Universidades ou de Centros Universitários.

§ 3º Não poderão participar do PNAEST as instituições que respondam por processo administrativo para aplicação de sanção, ou que possuam termo ou despacho de saneamento de deficiência no âmbito do Ministério da Educação.

Art. 2º O PNAEST será implementado por meio de ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, para o atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições estaduais de ensino superior gratuitas.

§ 1º As ações do PNAEST atenderão prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições estaduais de ensino superior gratuito em ato próprio.

§ 2º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

I – moradia estudantil;

II – alimentação;

III – transporte;

IV – assistência à saúde;

V – inclusão digital;

VI – cultura;

VII – esporte;

VIII – creche;

IX – apoio pedagógico;

X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do PNAEST para concessão de bolsas e benefícios pecuniários similares diretamente aos estudantes.

§ 2º Caberá à instituição estadual de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas pelas instituições estaduais de ensino superior, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

§ 1º As instituições estaduais de ensino superior gratuito deverão fixar requisitos para a assistência estudantil de forma a promover sua articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º As instituições estaduais de ensino superior gratuito deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAEST, com vistas ao cumprimento do previsto nesta Portaria, bem como prestar informações solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 5º Para fins do previsto nesta Portaria, o PNAEST observará a seguinte correlação na alocação de recursos:

I – Instituições que ofertem, por meio do SiSU, até 200 (duzentas) vagas: até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II – Instituições que ofertem, por meio do SiSU, entre 201 (duzentas e uma) e 1.000 (mil) vagas: até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);

III – Instituições que ofertem, por meio do SiSU, acima de 1.000 (mil) vagas: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º A instituição estadual de ensino superior gratuita que ofertar, por meio da primeira edição do SiSU de cada ano, entre 50% e 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar do SiSU, de acordo com as informações constantes do cadastro e-MEC, o PNAEST destinará uma bonificação de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do recurso a ser repassado na forma do caput deste artigo.

§ 2º A instituição estadual de ensino superior gratuita que ofertar, por meio da primeira edição do do SiSU de cada ano, acima de 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar do SiSU, de acordo com as informações constantes do cadastro e-MEC, o PNAEST destinará uma bonificação de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do recurso a ser repassado na forma do caput deste artigo.

§ 3º Os recursos do PNAEST consubstanciam transferências voluntárias e serão repassados mediante convênios na forma da legislação aplicável.

§ 4º As instituições estaduais interessadas deverão apresentar plano de trabalho no prazo fixado no Edital do SiSU, descrevendo a forma de aplicação dos recursos pretendidos, observadas as exigências expressas nesta Portaria.

Art. 6º Os recursos para o PNAEST correrão à conta das dotações orçamentárias alocadas em ações existentes, anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar o número de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO B: Projeto de adesão do PNAEST pela UENF, ano de 2011.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1 - OBJETO

- *Transporte/locomoção;*
- *Incentivo à cultura com a oferta de estrutura para montagem de eventos;*
- *Incentivo à cultura com a exibição de filmes;*
- *Inclusão digital com a compra de computadores;*
- *Apoio pedagógico com a atualização das bibliotecas.*

2 - JUSTIFICATIVA PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A implantação de uma universidade pública já era um sonho antigo da população de Campos dos Goytacazes (RJ) quando uma mobilização da sociedade organizada conseguiu incluir na Constituição Estadual de 1989 uma [emenda popular](#) prevendo a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O movimento envolveu entidades, associações e lideranças políticas. Seriam necessárias pelo menos 3 mil assinaturas, mas os organizadores conseguiram 4.431, sem contar milhares de outras não qualificadas.

Após um intenso esforço coletivo de sensibilização das autoridades, finalmente foi aprovada pela Assembleia Legislativa a lei de criação da UENF, sancionada pelo então governador Moreira Franco em 08/11/90. A [Lei 1.740](#) autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, com sede em Campos dos Goytacazes. Em 27/02/91, o Decreto 16.357 criava a UENF e aprovava o seu Estatuto. Com a eleição de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro e sua posse em 1991, o projeto da UENF ganhou novos rumos. Cumprindo compromisso de campanha assumido em Campos (RJ), Leonel Brizola pôs em execução a implantação da UENF, delegando ao professor [Darcy Ribeiro](#) a tarefa de conceber o modelo e coordenar a implantação. Darcy fora o criador e o primeiro reitor da Universidade de Brasília (UnB) e autor de projetos de instauração ou reforma de universidades na Costa Rica, Argélia, Uruguai, Venezuela e Peru.

Ao receber a missão de fundar a UENF, Darcy se impôs o desafio de fazer da nova universidade o seu melhor projeto. Concebeu um modelo inovador, onde os departamentos — que, na UnB, já tinham representado um avanço ao substituir as cátedras — dariam lugar a laboratórios temáticos e multidisciplinares como célula da vida acadêmica. Cercou-se de pensadores e pesquisadores renomados para elaborar o projeto da UENF e apresentou-a como a “Universidade do Terceiro Milênio”. Previu a presença da UENF em Macaé (RJ), onde viriam a ser implantados os Laboratórios de Engenharia e Exploração do Petróleo (Lenep) e de Meteorologia (Lamet).

O processo de implantação da UENF começou efetivamente em 23 de dezembro de 1991, quando o decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação. Em 10/12/1992, foi aprovada a [lei n.º 2.043](#), de autoria do deputado Fernando Leite Fernandes, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense, com a missão de manter e desenvolver a

Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense.

As marcas da originalidade e da ousadia que Darcy imprimiu a seu último grande projeto de universidade se tornaram visíveis. O organograma da UENF também a diferencia de outras IES, vez que o relativo aos institutos e faculdades das demais Universidades são substituídos pelos Centros de Biociências e Biotecnologia, Ciências do Homem, Ciência e Tecnologia, Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Cada Centro é formado por um conjunto de Laboratórios, em substituição aos Departamentos, de acordo com as competências de pesquisa de cada um, sendo ainda responsáveis pela oferta e coordenação de diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação, além de um vasto programa de Extensão Universitária. A UENF possui em seu quadro permanente de docentes, 268 Professores Associados e 29 Professores Titulares, todos doutores e com dedicação exclusiva. Em seus 18 anos de existência, a UENF tornou-se referência nacional em diferentes áreas de atuação tendo formado mais de 2000 profissionais entre bacharéis e licenciados em diversas áreas, produziu também 2500 dissertações de mestrado e teses de doutorado. Encontra-se atualmente, de acordo com avaliação do MEC, entre as 15 melhores Universidades do Brasil e ganhou por duas vezes, em três edições, o prêmio Destaque do ano na Iniciação Científica, do CNPq, sendo a primeira em 2007 e segunda em 2009, que premia a instituição de ensino com o maior percentual de ex-alunos participantes da Iniciação Científica ingressando em cursos de mestrado e doutorado.

A UENF foi também uma das instituições públicas pioneiras na oferta de cursos de graduação a distância, cumprindo uma missão conferida pela visão de futuro de seu fundador. Através do Consórcio CEDERJ, a UENF seria a responsável, no início de 2002, pelo primeiro curso de graduação (licenciatura) em Ciências Biológicas a distância implantado no país.

O primeiro vestibular para a UENF foi realizado em 3 de junho de 1993. A primeira aula no campus da UENF foi ministrada aos 16 de agosto de 1993. Aos 08 de dezembro de 1993 foi inaugurada a Casa de Cultura Villa Maria, instalada em palacete de 1918, deixado em [testamento](#) pela senhora Maria Tinoco Queiroz — conhecida como [D. Finazinha](#), falecida aos 18 de dezembro de 1970 — para ser a sede de uma futura universidade.

A localização estratégica da UENF permitiu a consolidação da interiorização de uma Universidade Pública Estadual, com cursos de qualidade e projetos de pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento regional, concretizando assim o projeto de seu idealizador, Darcy Ribeiro.

Em 1999, sintonizada com as demandas regionais e as necessidades reais de contribuir para a melhoria na qualidade da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, a UENF iniciou a oferta de cursos de Licenciatura em Biologia. No ano seguinte, iniciaram-se os cursos de Licenciatura em Física, Química e Matemática, todos oferecidos no período noturno. De 2003 a 2009, a UENF diplomou cerca de 500 licenciados nas quatro áreas de atuação descritas.

Em 23 de outubro de 2001, através da [Lei complementar n.º 99](#), sancionada pelo governador Anthony Garotinho, a Universidade conquista sua autonomia administrativa, separando-se da antiga mantenedora. Ao conquistar a autonomia, a instituição incorpora na prática o nome do seu fundador, passando a se chamar Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, conforme já previsto pela [Lei n.º 2.786](#), de 15 de setembro de 1997.

A partir do reconhecimento de sua autonomia administrativa, a UENF inicia um movimento de aproximação com a sociedade regional, incluindo as prefeituras, as agências de desenvolvimento, as instituições de ensino superior e as entidades da sociedade organizada.

Atualmente a UENF possui 17 cursos de graduação, sendo 15 presenciais e 2 semipresenciais: Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Ciências Biológicas, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Ciências Biológicas (EAD), Licenciatura em

Química, Licenciatura em Química (EAD) Licenciatura em Física, Licenciatura em

Matemática, Engenharia de Produção, Engenharia Metalúrgica e de Materiais,

Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Exploração, de Petróleo, Computação, Pedagogia e Ciências Sociais.

Em 2009, com a criação do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) pelo Ministério da Educação, a UENF optou por ofertar parte de suas vagas para o ingresso de 2010 através do mesmo, tornando-se a primeira Universidade Estadual a utilizar o novo modelo de seleção, acreditando ser este o mecanismo mais democrático de acesso às Universidades Públicas do país. Em 2010, a UENF optou por oferecer todas as vagas através do SiSU, para o ingresso que ocorreu em 2011.

Em seu processo seletivo de acesso, a UENF possui ação afirmativa de inclusão social através de reserva de vagas para cotistas prevista na lei Estadual Nº 5346, de 11 de dezembro de 2008: 20% (vinte por cento) para estudantes negros e indígenas; 20% (vinte por cento) para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Todas as categorias de cotistas devem respeitar o critério de carência determinado pela universidade. A mesma lei preconiza que é dever do Estado do Rio de Janeiro proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes destinatários da ação afirmativa objeto desta Lei, promovendo a sua manutenção básica através do pagamento de bolsa-auxílio durante o período do curso universitário.

A UENF vem cumprindo com o compromisso de assistência ao estudante carente através de auxílio-cotista, bem como através da oferta de bolsa de apoio acadêmico que visa atender alunos carentes não provenientes das ações afirmativas.

Embora o Governo do Estado repasse à UENF, em seu orçamento anual, os recursos utilizados para o pagamento das bolsas, o valor não é suficiente para suprir todas as necessidades e anseios dos estudantes.

O subsídio à alimentação através do restaurante universitário (RU) é um dos grandes desafios que precisa ser superado. No momento a UENF possui um RU em fase final de construção e que certamente precisará de recursos financeiros de diversas fontes para subsidiar a alimentação.

Também de grande importância é a oferta de meio de transporte barato para os estudantes. Em virtude da sua geografia privilegiada de planície, em Campos, a bicicleta é utilizada por muitos como meio de transporte barato, saudável e ecologicamente amigável. Assim, considerando-se uma avaliação preliminar referente às distâncias médias das moradias dos estudantes da UENF, considerou-se que o empréstimo de bicicletas será uma boa solução para o problema do transporte.

Para além dos problemas de alimentação e transporte, entendemos que é fundamental que o estudante tenha acesso a atividades culturais e artísticas, o que pode ser parcialmente suprido através da organização de sessões de cinema, com a compra dos filmes para exibição na sala de cinema que a universidade dispõe, bem como a realização de eventos culturais. A solicitação de financiamento para ambas as ações está prevista no escopo do presente termo. Os eventos culturais previstos serão organizados pela Pró-reitoria de Graduação em parceria com os estudantes e serão sazonais, marcando momentos culturais importantes para a região. O principal objetivo desses

eventos será um maior envolvimento dos estudantes com os aspectos particulares da região, e a conscientização da importância da cultura na formação profissional.

Visando a melhoria do desempenho acadêmico e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, serão adotadas ainda, mais 2 (duas) ações para inclusão digital e apoio pedagógico dos alunos; com a compra e disponibilização de novos computadores para atendimento dos alunos e a atualização das bibliotecas, com a aquisição de livros atualizados de acordo com a demanda dos mesmos.

- *Fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual*
- *Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior*
- *Reduzir as taxas de retenção e evasão*
- *Aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes*
- *Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação*

3 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS COM ORÇAMENTO

Tabela 1 – Especificação MATERIAL CONSUMO					
Nº	Item / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<i>Acervo Bibliográfico (compra de livros para atualização da biblioteca)</i>	Unidade	2000	R\$ 150,00	R\$ 300.000,00
Subtotal MATERIAL CONSUMO					R\$ 300.000,00
Tabela 2 - Especificação MATERIAL PERMANENTE					
Nº	Item / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<i>Bicicleta comum aro 26 sem marcha</i>	Unidade	400	R\$ 250,00	R\$ 100.000,00
2	<i>Compra de filmes para exibição em sala de cinema da universidade.</i>	Unidade	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
3	<i>Computador completo</i>	Unidade	248	R\$ 2.000,00	R\$ 496.000,00
Subtotal MATERIAL PERMANENTE					R\$ 606.000,00
Tabela 3 - Especificação OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					
Nº	Item / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<i>Contratação de empresa para fornecimento da infraestrutura para realização de eventos/aluguel de: tendas (10); iluminação; sonorização; piso (tablado) e consultoria para montagem da estrutura.</i>	Unidade	4	R\$ 54.362,00	R\$ 217.448,00
Subtotal OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					R\$ 217.448,00
Total					R\$ 1.123.448,00

4 – DOS VALORES DO ORÇAMENTO

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes no presente Termo de Referência têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região. A referida pesquisa foi realizada pela(o):

- (i) **NOME DO DEPARTAMENTO / ÁREA DA INSTITUIÇÃO QUE REALIZOU A PESQUISA:** Pró-Reitoria de Graduação
- (ii) **RESPONSÁVEL:** Mariana Queiroz Ribeiro – Matrícula: 20028
- (iii) **CONTATOS DO RESPONSÁVEL:** (22) 2739 7170 / 2739 7010
- (iv) **DATA DA PESQUISA:** 25/07/2011

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução deste objeto será de 12 meses (outubro de 2011 a setembro de 2012).

6- LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/ SERVIÇOS

Endereço da Uenf: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Av. Alberto Lamego, 2000 - Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28013-602

7- ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO

Indicar servidor(es) da instituição (nome completo, matrícula no SIAPE e CPF) que será(ão) indicado para acompanhar as ações e atividades decorrentes da descentralização de créditos orçamentários solicitada.

1) Ana Beatriz Garcia

Matrícula: 00521-5

CPF: 120.205.008-50

2) Mariana Queiroz Ribeiro

Matrícula: 20028

CPF: 073.721.266-73

8 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

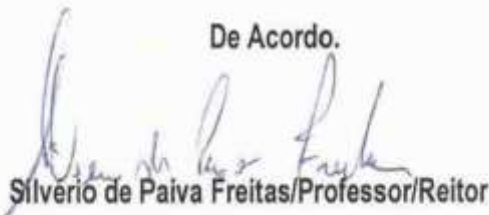
Campos dos Goytacazes, 25 de julho de 2011.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO



Ana Beatriz Garcia/Professora/Pró-Reitora de Graduação
Aline Ribeiro Cordeiro/Secretária/Pró-Reitoria de Graduação
Mariana Queiroz Ribeiro/Secretária/ Pró-Reitoria de Graduação

De Acordo.



Silvério de Paiva Freitas/Professor/Reitor

ii) Admitir a Bahia pela qual a execução física do objeto está assegurada pela existência de dotações, recursos e empenho dos recursos humanos e financeiros que serão empregados na execução do objeto, de acordo com o plano de trabalho aprovado em 07/02/2010, artigo 15 do Plano, inserido no SI 1235006.

iii) Fazer a entrega dos materiais e serviços no prazo previsto no Edital e a entrega de todos os materiais de acordo com o cronograma.

RECLAMADA PRIMÉRIA - 1ª instância, em conformidade com o artigo 28 da Lei Federal Interministerial MPOEMP nº 1235006.

- i) - ser uma empresa física de natureza jurídica de direito privado;
- ii) - estar, e a ser estar, inscrita no cadastro CADIN, integrante do sistema de gestão de dados em âmbito federal de administração direta ou indireta, por meio do qual se estabelece relação com o Fornecedor para fins de fiscalização de acordo com a Lei de Licitação nº 10.520/2002;
- iii) - estar a cargo de sociedade ou contrato de gestão, desde que não haja aplicação de recursos de origem pública ou não esteja sob o controle de uma pessoa física ou jurídica de direito privado;
- iv) - atuar, ainda que em caráter eventual, na mesma que tenha sido inscrita no cadastro, mantendo o caráter de implementação das atividades de planejamento conforme as suas atividades de Plano de Trabalho;
- v) - realizar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento;
- vi) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo interessado mediante a apresentação de comprovante e desde que o seu prazo de entrega tenha ocorrido dentro o prazo de entrega previsto;
- vii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- viii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- ix) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- x) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;

RECLAMADA SEGUNDA - 2ª instância, em conformidade com o artigo 28 da Lei Federal Interministerial MPOEMP nº 1235006.

- i) - ser uma empresa física de natureza jurídica de direito privado;
- ii) - estar, e a ser estar, inscrita no cadastro CADIN, integrante do sistema de gestão de dados em âmbito federal de administração direta ou indireta, por meio do qual se estabelece relação com o Fornecedor para fins de fiscalização de acordo com a Lei de Licitação nº 10.520/2002;
- iii) - estar a cargo de sociedade ou contrato de gestão, desde que não haja aplicação de recursos de origem pública ou não esteja sob o controle de uma pessoa física ou jurídica de direito privado;
- iv) - atuar, ainda que em caráter eventual, na mesma que tenha sido inscrita no cadastro, mantendo o caráter de implementação das atividades de planejamento conforme as suas atividades de Plano de Trabalho;
- v) - realizar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento;
- vi) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo interessado mediante a apresentação de comprovante e desde que o seu prazo de entrega tenha ocorrido dentro o prazo de entrega previsto;
- vii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- viii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- ix) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- x) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;

RECLAMADA TERCEIRA - 3ª instância, em conformidade com o artigo 28 da Lei Federal Interministerial MPOEMP nº 1235006.

- i) - ser uma empresa física de natureza jurídica de direito privado;
- ii) - estar, e a ser estar, inscrita no cadastro CADIN, integrante do sistema de gestão de dados em âmbito federal de administração direta ou indireta, por meio do qual se estabelece relação com o Fornecedor para fins de fiscalização de acordo com a Lei de Licitação nº 10.520/2002;
- iii) - estar a cargo de sociedade ou contrato de gestão, desde que não haja aplicação de recursos de origem pública ou não esteja sob o controle de uma pessoa física ou jurídica de direito privado;
- iv) - atuar, ainda que em caráter eventual, na mesma que tenha sido inscrita no cadastro, mantendo o caráter de implementação das atividades de planejamento conforme as suas atividades de Plano de Trabalho;
- v) - realizar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento;
- vi) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo interessado mediante a apresentação de comprovante e desde que o seu prazo de entrega tenha ocorrido dentro o prazo de entrega previsto;
- vii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- viii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- ix) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- x) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA DIFERENÇA ORÇAMENTÁRIA.

O valor para execução desta Carta, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentas e oitenta e mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) pelo COTAÇÃO Nº 001/2010 e R\$ 120.000,00 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) pelo COTAÇÃO Nº 002/2010, e adicional de execução de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) pelo Plano de Trabalho e o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelo Plano de Trabalho, conforme detalha:

Plano de Trabalho 12.001.123.500.001 - Recursos Adicionais para a Bahia - 2010 no âmbito do Projeto Bahia

Elemento de Despesa	Descrição	EMPENHO	Data	Prazo	VALOR R\$
3.3.90.41	CONTRATAÇÃO	200000001			800.000,00
4.4.90.62	ALUGUELO	200000001			120.000,00
Total:					R\$ 920.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS.

A liberação dos recursos financeiros decorre de uma prestação, conforme plano previsto no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho aprovado no Edital e inscritos em depósito em Carteira de Crédito em nome da Fundação Interministerial MPOEMP nº 1235006. Ressalta-se, ainda, que a liberação de recursos somente ocorrerá mediante a entrega e homologação da prestação pelo SIOPAC, conforme disposto no artigo 28 da Lei Federal Interministerial MPOEMP nº 1235006.

PERÍODO	VALOR	DATA	VALOR
Dezembro/2010	R\$ 540.000,00	Dezembro/2011	R\$ 112.000,00
Jan/2012	R\$ 440.000,00	Jan/2012	R\$ 112.000,00

RECLAMADA PRIMÉRIA - 1ª instância, em conformidade com o artigo 28 da Lei Federal Interministerial MPOEMP nº 1235006.

- i) - ser uma empresa física de natureza jurídica de direito privado;
- ii) - estar, e a ser estar, inscrita no cadastro CADIN, integrante do sistema de gestão de dados em âmbito federal de administração direta ou indireta, por meio do qual se estabelece relação com o Fornecedor para fins de fiscalização de acordo com a Lei de Licitação nº 10.520/2002;
- iii) - estar a cargo de sociedade ou contrato de gestão, desde que não haja aplicação de recursos de origem pública ou não esteja sob o controle de uma pessoa física ou jurídica de direito privado;
- iv) - atuar, ainda que em caráter eventual, na mesma que tenha sido inscrita no cadastro, mantendo o caráter de implementação das atividades de planejamento conforme as suas atividades de Plano de Trabalho;
- v) - realizar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento;
- vi) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo interessado mediante a apresentação de comprovante e desde que o seu prazo de entrega tenha ocorrido dentro o prazo de entrega previsto;
- vii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- viii) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- ix) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;
- x) - efetuar o pagamento em data anterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado a pagamento em condições fora do prazo, desde, no que se refere ao prazo, se demonstrar de estar no cumprimento do prazo para entrega, e desde que se esteja em processo de entrega de acordo com o cronograma previsto;



§ 4º A valor correspondente aos resultados de aplicação no mercado financeiro, relativos ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não compreende o seu emprego no custeio do objeto, deverá ser devolvido pelo beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do edital deve ocorrer em Diário Oficial de União - DOU, sob o condicional de aprovação pelo Conselho de Administração, de forma expressa, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

§ 1º Todas as informações relativas a esta Convênio serão consideradas como informações sigilosas, as mesmas por serem de natureza confidencial, e a serem tratadas como tais.

§ 2º As alterações de endereço e de status de titular, além de quaisquer dos dados acima citados, deverão ser comunicadas imediatamente por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO FÓRUM


Os partidos signatários e seus filiados, estão sujeitos ao foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

§ 1º, por demais esclarecimento de ordem, os partidos firmam o presente instrumento, na presença dos representantes acima indicados, em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.


Luiz Carlos Costa
Secretário de Educação Superior
MEC/SESU


Darcy Edson
Secretário de Política Federal
Diretoria de Estudos de Apoio à Gestão
DCE/SE/DF

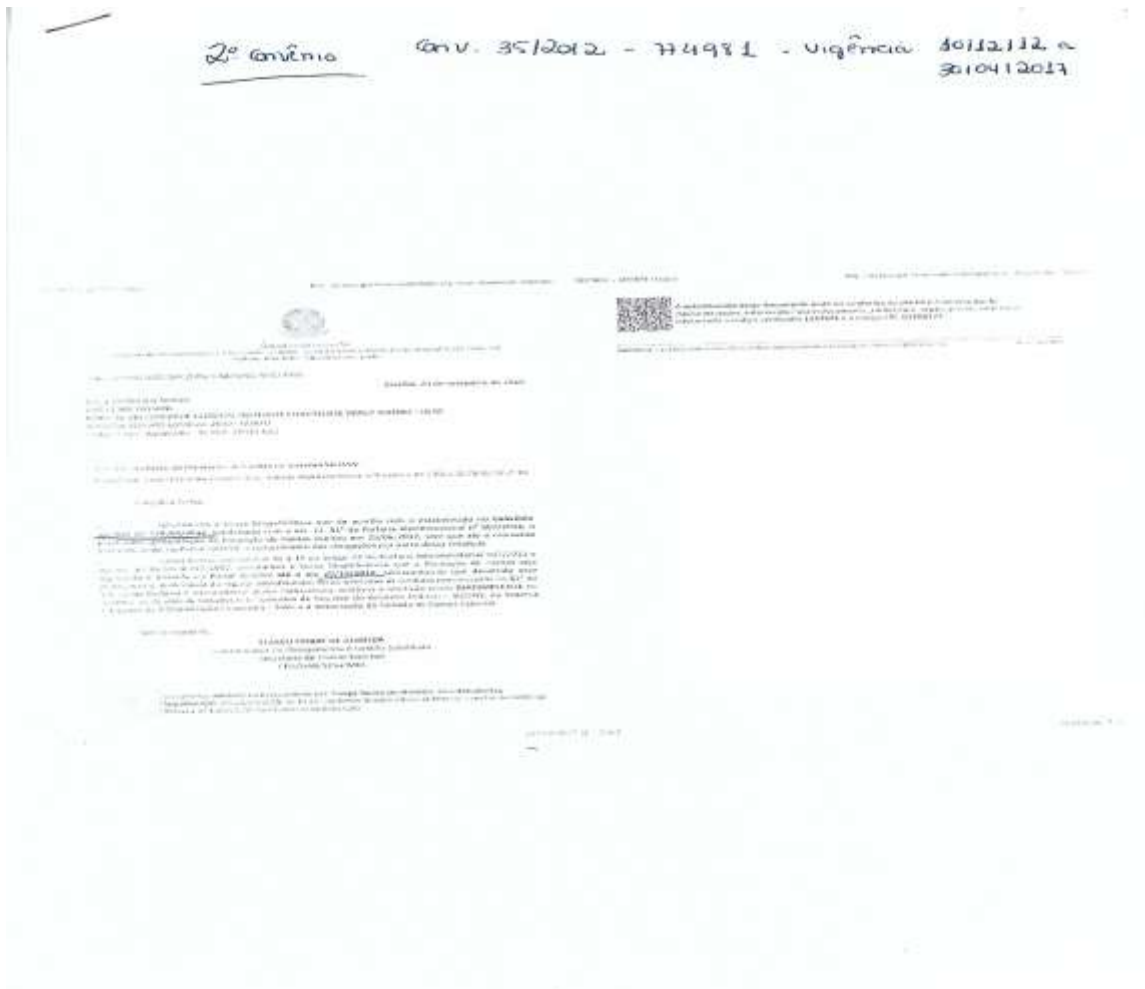
TESTEMUNHAS

Nome: 
CPF: 123.456.789-01
RG: 1.234.567-890-10

Nome: 
CPF: 987.654.321-09
RG: 098.765.432-10

Processo de Convênio nº 2004.01088/2014-21
SICONS nº 794242011

ANEXO D: Termo de Convênio UENF 35/2012 – 774981





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Superior

RESOLUÇÃO QUARTA - estabelece o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

RESOLUÇÃO QUINTA - fixa o conteúdo do curso de graduação de nível de graduação, em conformidade com o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

CLASSIFICAÇÃO - RECONHECIMENTO DE CURSOS

A CONVENIENTE deverá manter os cursos reconhecidos pelo CONICENTE em conformidade com o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGIA DAS RESERVAS

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica às reservas de vagas em cursos de graduação.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DE CURSOS - Caso algum curso de graduação seja cancelado, o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao curso cancelado.

CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE LICENCIAMENTO - O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao regime de licenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E DO AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao controle e ao gerenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DO CURSOS

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica à proteção dos cursos.

Atende-se ao disposto no artigo 1º da Lei nº 11.053, de 14 de maio de 2002, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Superior

RESOLUÇÃO QUARTA - estabelece o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

RESOLUÇÃO QUINTA - fixa o conteúdo do curso de graduação de nível de graduação, em conformidade com o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

CLASSIFICAÇÃO - RECONHECIMENTO DE CURSOS

A CONVENIENTE deverá manter os cursos reconhecidos pelo CONICENTE em conformidade com o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGIA DAS RESERVAS

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica às reservas de vagas em cursos de graduação.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DE CURSOS - Caso algum curso de graduação seja cancelado, o plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao curso cancelado.

CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE LICENCIAMENTO - O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao regime de licenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E DO AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica ao controle e ao gerenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DO CURSOS

O plano de aplicação, formação e desenvolvimento de pessoal de nível de graduação por meio de atividades curriculares para o CONICENTE, para aplicação obrigatória em todos os cursos de graduação, sob a supervisão do Conselho Superior de Educação Superior, não se aplica à proteção dos cursos.

Atende-se ao disposto no artigo 1º da Lei nº 11.053, de 14 de maio de 2002, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006, e no artigo 1º do Decreto nº 6.093, de 24 de maio de 2006.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do volume será CONVENIENTE e de gratuidade no Diário Oficial da União - DOU, que é considerado o meio oficial, mais conveniente, pelo CONVENIENTE, de sua impressão, no e prazo da publicação regular de seu conteúdo, para efeito de prazo máximo de sete dias úteis dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais relativas a este Edital estão disponíveis no Diário Oficial da União - DOU, que é considerado o meio oficial, mais conveniente, de sua impressão, no e prazo da publicação regular de seu conteúdo, para efeito de prazo máximo de sete dias úteis dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO PRAZO

O prazo para entrega do trabalho é de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do Edital no Diário Oficial da União - DOU, que é considerado o meio oficial, mais conveniente, de sua impressão, no e prazo da publicação regular de seu conteúdo, para efeito de prazo máximo de sete dias úteis dele.

Brasília, 07 de dezembro de 2016.

[Handwritten signature]
Diretor de Gestão de Recursos Humanos
Ministério da Educação

[Handwritten signature]
Ministro de Estado do Superior Tribunal de Justiça
Superior Tribunal de Justiça

[Handwritten signature]
Ministério da Educação

[Handwritten signature]
Ministério da Educação

Processo de Seleção nº 2016/11-000000-00
SAC/DF nº 130000000



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação do Estado

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - EDITAL Nº 001

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores, sob a modalidade de contratação por preço unitário, de acordo com o Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de contratação são as constantes no Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO QUANTITATIVA - DOCUMENTOS

As condições quantitativas de contratação são as constantes no Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014, de acordo com o Edital nº 001/2014.


Nome: **[Nome do Licitante]**
CPF: **[CPF do Licitante]**
RUA: **[RUA do Licitante]**

2014/011, 19 de novembro de 2014.

Nome: **[Nome do Membro]**
CPF: **[CPF do Membro]**
RUA: **[RUA do Membro]**


Nome: **[Nome do Licitante]**
CPF: **[CPF do Licitante]**
RUA: **[RUA do Licitante]**

Nome: **[Nome do Membro]**
CPF: **[CPF do Membro]**
RUA: **[RUA do Membro]**

Assinado em 19 de novembro de 2014
por **[Nome do Licitante]**

